



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 7

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 15 de janeiro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada, os trabalhos parlamentares começaram com o ponto prévio referente à [verificação de poderes da Sra. Deputada Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira.](#)

Apresentado o relatório pela Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho (CAPAT), a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), o mesmo foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. De seguida, passou-se para a Agenda da Reunião, que teve como primeiro ponto a [Interpeção ao Governo Regional sobre as negociações em curso a respeito da anunciada redução do dispositivo militar norte-americano e da força laboral portuguesa na Base das Lajes.](#) apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), António Ventura (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Berto Messias (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Concluído o debate referente ao primeiro ponto da Agenda, passou-se para a apresentação e discussão do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/X - cria um apoio extraordinário para os funcionários da administração regional que foram abrangidos pela suspensão de subsídios prevista no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Bruno Belo (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma supracitado foi rejeitado por maioria.

De seguida usou da palavra a Sra. Relatora da CAPAT, a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), para apresentar o relatório referente à **Petição n.º 8/2012 - para que a assinatura de contratos relacionados com a exploração e prospeção dos fundos marinhos do mar dos Açores só possa ser concretizada após um amplo e participado debate público, apresentada por Rui Manuel Ávila de Simas, na qualidade de primeiro subscritor.**

Abertas as inscrições, usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*) e Luís Garcia (*PSD*).

Por fim, foi apresentada e debatida a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/X – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores (SDEA, EPE)** – apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), tendo posteriormente usado da palavra os Srs. Deputados

António Marinho (*PSD*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Sras. e Srs. Deputados, agradece que ocupassem os vossos lugares.

A quem ainda não tive a oportunidade, aproveito o momento para vos desejar a todos um feliz ano novo, com muitas realizações pessoais e profissionais.

Peço e dou a palavra ao Sr. Secretário para fazer a chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila
José António Vieira da Silva Contente
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Lara Fernandes Martinho
Lizuarte Manuel Machado
Lúcio Manuel da Silva Rodrigues
Luís Carlos Martins Maciel
Manuel Alberto da Silva Pereira
Maria da **Graça Oliveira Silva**
Marta Cristina Moniz do Couto
Miguel António Moniz Costa
Pedro Miguel Medeiros de Moura
Renata Correia Botelho
Ricardo Manuel Viveiros Cabral
Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis
António Augusto Batista Soares Marinho
António Lima Cardoso Ventura
António Oldemiro das Neves Pedroso
Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral
Bruno Filipe de Freitas Belo
Cláudio José Gomes Lopes
Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas
Humberto Trindade Borges de Melo
João Luís Bruto da Costa Machado da Costa
Jorge Alberto da Costa Pereira
José Maria de Medeiros de Andrade
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, antes de entrarmos na Agenda da Reunião temos um ponto prévio referente à **Verificação de poderes da Sra. Deputada Benilde Oliveira.**

Peço assim à Sra. Relatora da CAPAT o favor de apresentar o relatório.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO RELATIVO À

VERIFICAÇÃO DE PODERES DE DEPUTADOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 10 de janeiro de 2013, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação do mandato da Deputada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Isabel Almeida Rodrigues (Relatora), José Andrade (Secretário), Graça Silva, Carlos Mendonça, em substituição da Deputada Cláudia Cardoso, Marta Couta, em substituição do Deputado Luis Maciel, Pedro Moura, Renata Correia Botelho, em substituição do Deputado Paulo Borges, Humberto Melo, Luis Garcia, Luis Rendeiro, Luís Silveira e Aníbal Pires.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da

Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DO DEPUTADO

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 29 de novembro de 2012, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pela Deputada Pilar Sousa Lima Damião de Medeiros, por se encontrar em situação de incompatibilidade prevista no artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), a Direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunicou que a vaga será preenchida pela candidata Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira, com efeitos à data de 1 de dezembro de 2012.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 14 de outubro de 2012, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir a Deputada Pilar Sousa Lima Damião de Medeiros.

A candidata Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira apesar de não apresentar qualquer situação de inelegibilidade é professora do quadro da Escola Básica 2,3/S Maria Isabel do Carmo Medeiros, concelho da Povoação, sendo o desempenho de tais funções incompatível com o

exercício do mandato de deputada, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA, pelo que não pode exercer as referidas funções a partir da data em que assuma o mandato de Deputada.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP e o Deputado da Representação Parlamentar do PCP consideram estar verificada a situação de elegibilidade e que a candidata deixará de estar em situação de incompatibilidade à data da cessação das respetivas funções na Escola Básica 2,3/S Maria Isabel do Carmo Medeiros.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível a candidata Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira, e que a mesma está em situação de incompatibilidade, concluindo que, cessando essa incompatibilidade, está em condições de integrar a X Legislatura a partir da data de suspensão do mandato da deputada que substitui, ou seja em 1 dezembro de 2012.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Ponta Delgada, 10 de janeiro de 2013

A Relatora, *Isabel Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Muito obrigada, Sra. Relatora.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, passemos de imediato à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A verificação de poderes da Deputada Benilde Oliveira foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Verificados assim os poderes, convidava a Sra. Deputada Benilde Oliveira a ocupar o seu lugar. Seja muito bem-vinda, Sra. Deputada. Bom trabalho.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito obrigada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar na Agenda da Reunião. Temos como primeiro ponto uma **Interpelação ao Governo Regional**, uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos foram acordados em Conferência de Líderes conforme estipula o artigo 132.º do nosso Regimento. Os tempos estão assim distribuídos: o interpelante, o Partido Socialista e o Governo Regional têm 32 minutos; o PSD, 24 minutos; o CDS-PP, 13 minutos e o Bloco de Esquerda e o PCP, 10 minutos. Para iniciar o debate dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta é a primeira oportunidade prática, nesta legislatura, de promover um debate parlamentar sobre a questão da Base das Lajes. Considero que esta questão tem uma relevância decisiva para o futuro dos Açores e que, em nenhuma circunstância, este Parlamento se poderia eximir das suas responsabilidades nesta matéria.

Alguns dos que participam nesta discussão poderão achar que este não é o momento nem o local para discutir esta problemática. Que não é o momento de submeter o executivo a uma bateria de críticas ou de evidenciar divisões internas de base e natureza partidária.

A quem assim pensa devo dizer que subestima a capacidade do parlamentarismo açoriano para consensualizar posições e de assumir, em questões estratégicas para a Região, uma enorme fortaleza institucional. Tenho a certeza que este debate não constituirá uma exceção a esta regra.

É claro que surgirão diferenças, como é próprio e inerente a sistemas políticos pluralistas e democráticos. Mas mais que as diferenças, o que acho que se tornará patente neste debate é a existência de um amplo consenso político na questão da Base das Lajes. Ora este facto é justamente um dos maiores ativos dos Açores nesta matéria. A existência de uma ampla maioria política e social que partilha a mesma posição de princípio na questão da Base das Lajes e que está pronta a cerrar fileiras em defesa dos interesses açorianos e portugueses neste assunto.

Vejamos os factos. A Administração Obama comunicou oficialmente ao atual Governo Português que pretende proceder a uma grande redução do seu contingente militar e logístico na Base das Lajes e que esse facto será acompanhado de uma substancial redução do contingente laboral português.

Argumenta a Administração norte-americana que está a proceder a uma grande redução das suas colossais despesas militares – que representam cerca de 47% do total mundial - devido ao défice orçamental e dívida externa crescente que o país enfrenta e que, em qualquer dos casos, as suas novas prioridades geopolíticas privilegiam o Leste Asiático. Adicionalmente, os americanos, no âmbito da análise específica da situação referente à base açoriana, argumentam ainda que possuem muitas outras alternativas na Europa, na África do Norte e no Médio Oriente e que os avanços tecnológicos marginalizaram a sua utilidade logística.

A primeira questão é factual. O Orçamento da Defesa norte-americano representa, aproximadamente, 20% do Orçamento Federal e supera os 2% do PIB do país, algo absolutamente insustentável nas circunstâncias económicas que esta superpotência enfrenta. Neste âmbito, o Presidente Obama anunciou, em janeiro de 2012, que a despesa militar seria reduzida em cerca de 487 mil milhões de dólares nos próximos dez anos.

A segunda questão – a viragem para o Pacífico - tornou-se irreversível com a vitória de Obama nas eleições presidenciais disputadas em 2012. A Administração Obama anunciou, recentemente, que em 2020 as despesas militares dos Estados Unidos no Pacífico atingirão 60% do total do esforço

militar norte-americano. Isto significa uma inversão total das prioridades geopolíticas dos Estados Unidos e uma clara desvalorização do Atlântico.

A zona do Pacífico asiático regista, atualmente, um crescimento económico explosivo, sendo que a influência económica e diplomática norte-americana sofreu, ao longo dos últimos anos, um grave retrocesso nesta zona. É aqui que a influência da nova superpotência chinesa mais tem crescido e ameaça destronar a hegemonia americana. De facto, em alguns parâmetros a China já superou os Estados Unidos. As exportações chinesas superam, desde 2007, as americanas e algumas projeções apontam para o facto do PIB chinês poder superar o dos Estados Unidos ainda antes do final desta década. Neste contexto, os Estados Unidos decidiram aumentar a sua capacidade logística nessa zona, de forma a aí manter a supremacia política e militar.

Alguns sectores americanos, nomeadamente no meio académico, consideram errada esta opção geopolítica. O resultado, argumentam eles, só pode ser o início de uma nova corrida armamentística na zona e o aumento das despesas militares a médio prazo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora?!

O Orador: ...uma vez que, em resposta ao aumento da capacidade militar norte-americana, a China também está a incrementar as suas despesas militares. Estas aumentaram 189% entre 2001 e 2010.

Seja como for, o facto é que, no atual contexto, o Atlântico e o Médio Oriente perderam importância no quadro geopolítico de prioridades dos Estados Unidos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh Sr. Deputado!

O Orador: Num artigo publicado há cerca de um mês, Javier Solana, ex-Secretário-Geral da Nato, salientava as grandes alterações geopolíticas que resultarão do enorme aumento da capacidade energética que os Estados Unidos estão a conhecer graças à exploração das suas gigantescas reservas de hidrocarbonetos não convencionais. Assim, em 2020 os Estados Unidos passarão a ser os maiores produtores mundiais de petróleo e de gás. Dentro de apenas dez anos, os Estados Unidos deixarão praticamente de importar petróleo

do Médio Oriente. Pelo contrário, a China importará dessa zona cerca de $\frac{3}{4}$ das suas necessidades energéticas.

Face a estes dados, não pode deixar-se de concluir que o fim da dependência energética dos Estados Unidos em relação ao Médio Oriente desvalorizará, do ponto de vista geopolítico, esta zona para os americanos. O mesmo sucederá com as plataformas de projeção de forças militares histórica e funcionalmente associadas a este teatro de operações.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não vou prolongar, por mais tempo, a análise do quadro económico e geopolítico que serve de contexto à atual redução do dispositivo militar norte-americano. Uma análise mais aprofundada desta questão não cabe nos objetivos do presente debate. No entanto, considero fundamental que Portugal e os Açores realizem um estudo exaustivo da revolução geopolítica em curso, de forma a preparar a nossa posição negocial, a médio prazo, na questão da Base das Lajes.

De facto, as razões apontadas pelos americanos para justificar a diminuição do seu dispositivo militar não parecem reversíveis se levarmos em linha de conta apenas os argumentos americanos. O envolvimento dos Estados Unidos numa escalada militar com a China no Sudoeste Asiático aumentará a necessidade de diminuir, de forma progressiva, o dispositivo militar norte-americano no Atlântico e no Médio Oriente. Assim como a sua autonomia energética em relação ao Médio Oriente tornará, teoricamente, menos necessárias bases de projeção de forças militares como a Base das Lajes.

Neste contexto, o futuro da Base das Lajes apresenta-se sombrio e decadente. A presença militar norte-americana tornar-se-á cada vez mais residual e as contrapartidas açorianas – nomeadamente o contingente laboral – cada vez menos substanciais. Num processo deste tipo, a Base das Lajes transformar-se-á, a prazo, numa espécie de Guantánamo. Ou seja, num território permanentemente administrado por uma potência estrangeira, sem que daqui resulte nenhuma vantagem razoável para a Região e para o país. Este futuro não

nos interessa e julgo que o Governo Regional deve deixar muito clara esta posição. Importa, assim, clarificar e preparar o futuro da Base das Lajes. Não nos interessa um futuro sem futuro.

Na negociação a curto prazo em que a Região está envolvida, quero deixar expresso o apoio político do PPM ao trabalho que está a ser desenvolvido pelo Governo Regional, em especial pelo Presidente do Governo Regional. Considero muito positivo o envolvimento, pessoal e direto, do Presidente do Governo neste processo. É um ato que convém realçar, na medida em que as circunstâncias – é justo reconhecê-lo – não são demasiado otimistas.

Valorizo o esforço de coordenação que o Presidente do Governo Regional tem desenvolvido em relação ao Governo da República. A colaboração leal – embora exigente - com o Governo da República é imprescindível para potenciar a posição açoriana nesta matéria, dadas as limitações óbvias que a Constituição da República estabelece no âmbito da nossa atuação nesta área. Levar o Estado a assumir a nossa posição é a melhor forma de potenciar a nossa posição e a defesa dos nossos interesses.

Valorizo, também, o esforço para envolver a nossa diáspora nos Estados Unidos na defesa dos interesses dos Açores. Na política norte-americana, a influência dos grupos étnicos, económicos e religiosos pode ser determinante no âmbito da tomada de decisão de qualquer Administração. O êxito da nossa Comunidade nos Estados Unidos – inclusivamente no meio político – permite-nos ter cada vez maior capacidade para influenciar a política externa deste país em relação aos interesses dos Açores.

Valorizo o esforço para manter informada a oposição política açoriana, os restantes agentes institucionais e os representantes dos trabalhadores afetados. Finalmente, valorizo e estou de acordo com a adoção de uma estratégia de negociação centrada na defesa dos direitos do nosso contingente laboral e da criação de mecanismos alternativos de compensação à economia dos Açores, em particular da ilha Terceira.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nas relações internacionais entre Estados a gratidão não pode deixar de estar presente. Dissemos presente na II Guerra Mundial e nos piores momentos da Guerra Fria. Dissemos presente nos piores momentos do envolvimento militar norte-americano no Médio Oriente.

Não falhámos e não desertámos nos piores momentos do isolamento internacional dos Estados Unidos e de maior contestação à presença militar americana na Europa.

É, assim, pouco compreensível que os Estados Unidos decidam implementar uma medida com este alcance, no exato momento em que os Açores e o país estão enfrentando uma das piores crises económicas dos últimos 40 anos. Tem de se transmitir aos americanos as consequências exatas da redução da presença militar americana neste contexto e a absoluta inconveniência deste processo neste momento. Ganhar tempo é algo fulcral nas presentes circunstâncias.

No âmbito da atual conjuntura considero, portanto, que estamos a fazer o que devemos e o que está ao nosso alcance. Importa, no entanto, assegurar a nossa posição a médio prazo e encontrar alternativas para a utilização da Base das Lajes num contexto que venha a estar marcado pela progressiva diminuição das contrapartidas norte-americanas. A presença americana não pode, pura e simplesmente, ser aceite sem contrapartidas adequadas.

Continuo convencido que a Base das Lajes continua a ser uma posição de primeira linha do ponto de vista geopolítico. O equilíbrio do poder mundial está a mudar com enorme rapidez. Dentro de vinte anos, algumas das potências emergentes terão ultrapassado, de forma definitiva, as velhas potências ocidentais. Nesse novo quadro geopolítico, os Açores continuarão a ser o que sempre foram: uma posição decisiva no triângulo estratégico entre a Europa, a África e a América. Em nenhuma circunstância os Estados Unidos podem perder uma posição estratégica desta magnitude. Não podem perdê-la enquanto limite exterior da sua segurança, mas fundamentalmente não podem correr o risco que se instale nos Açores uma outra potência.

É por tudo isto que considero que continuamos a ter, na questão da Base das Lajes, um poder negocial bastante significativo. Não o devemos subestimar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Feitas todas estas considerações, cabe-me solicitar ao Governo Regional que descreva, com exatidão, o conjunto de ações levadas a cabo pelo Governo Regional no quadro da anunciada redução da presença militar americana, do decrescimento das valências logísticas e da diminuição do contingente laboral açoriano na Base das Lajes.

Disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E disse muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O n.º1, do artigo 184.º define que para esta figura regimental o debate é aberto e encerrado pelo Deputado interpelante e por um Membro do Governo e por isso dava a palavra ao Sr. Presidente do Governo para uma intervenção.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão que é suscitada pela interpelação da Representação Parlamentar do PPM, aquilo que o Governo Regional gostaria de salientar seriam alguns aspetos que, quer do ponto de vista da decisão em si, quer do ponto de vista do procedimento, me parece útil realçar neste momento do ponto de vista público, sendo certo porém que tem sido feito um esforço no sentido de ir dando conta a um conjunto de entidades regionais daqueles que são os dados que nesta matéria vão surgindo e daqueles que são os dados e os procedimentos que nesta matéria vão sendo seguidos pelo Governo Regional.

Obviamente que o Governo entende que não se deve pronunciar sobre a questão material da decisão dos Estados Unidos, apenas realçar que essa é uma decisão que não se dirige especificamente à Base das Lajes, nem se dirige especificamente a Portugal. É por isso que tem sido dito que a decisão em si (esta decisão dos Estados Unidos) é uma decisão que obviamente não coloca em causa a relação diplomática entre os dois países, nem a amizade entre os dois países. O que pode e deve, na opinião do Governo dos Açores, ter influência nessa relação é a forma como esta decisão é implementada e em

segundo lugar a disponibilidade, ou a falta dela, do Governo dos Estados Unidos para ajudar o Governo Português e o Governo dos Açores a lidarem com o impacto social e económico desta decisão.

Esta diferença, ou essa distinção, não é despicienda, porque coloca, na opinião do Governo, a ênfase exatamente onde ela deve estar – respeitando aquilo que é um poder soberano de um estado de organizar as suas forças militares –, naquilo que é a relação diplomática, a relação de amizade entre dois países e é aí exatamente que esta questão da Base das Lajes deve estar colocada na nossa opinião.

Gostaria de referir, em segundo lugar, alguns aspetos. O primeiro deles tem a ver com o tempo.

Em fevereiro do ano passado, em fevereiro de 2012, foi dado conhecimento ao Governo Regional e ao Governo da República, por parte dos Estados Unidos, da intenção de reestruturarem a sua presença, eventualmente do ponto de vista de diminuição de forças.

É público e são públicas, quer esta notícia (basta confrontar as notícias à época), bem como as diligências que o então Governo Regional desenvolveu para trabalhar neste processo e nesta eventualidade.

Foram comunicados ao longo do ano de 2012 diversos aspetos, diversas preocupações por parte do então Governo dos Açores, do X Governo dos Açores, quer ao Governo da República, quer a um conjunto de outras entidades que poderiam ter influência nesta matéria.

Em novembro de 2012, no dia 19 de novembro de 2012, houve uma reunião entre uma delegação do Governo norte-americano e representantes do Governo Português, na qual o Governo dos Açores não esteve presente, porque foi entendido que não deveria estar presente da parte dos organizadores da reunião, em que foi transmitido o número e os dados concretos relativamente a essa redução. É por isso que o Governo dos Açores entende que não é sua função, nem tem os dados que lhe permitam fazer isso, estar a discriminar, face aos intervenientes desde logo regionais que têm a necessidade de saber esta matéria, os aspetos concretos e determinados daquilo que os Estados Unidos da América

terão transmitido ao Governo Português nessa reunião de 19 de novembro, sendo certo porém que a 21 de novembro o Governo dos Açores foi convocado para uma reunião em que lhe foi transmitido e aquilo que nos foi dito seria essa intenção. Como nós não estivemos presentes em reunião onde da parte do Governo dos Estados Unidos tenhamos tido esse conhecimento direto, é o nosso entendimento que compete a outras entidades, que não ao Governo dos Açores, o esclarecimento cabal da dimensão dos contornos desta decisão.

Houve uma deslocação minha aos Estados Unidos em dezembro do ano passado, uma deslocação que permitiu o contato quer com representantes do Departamento da Defesa, quer com representantes do Departamento de Estado, representantes federais, senadores federais e também senadores estaduais.

Nesta deslocação a mensagem que foi transmitida da parte do Governo dos Açores foi, no fundo, dividida em três partes.

A primeira parte tem a ver com a decisão em si e o que foi dito expressamente foi que nós não gostamos dessa decisão, no entanto respeitamo-la, porque ela diz respeito ao poder soberano de um Estado.

O que nos preocupa, em segundo lugar, é a forma como a decisão vai ser implementada e em terceiro se contamos ou não contamos com o Governo dos Estados Unidos para ajudar a lidar com o impacto social e económico da mesma.

As reuniões foram em Washington com congressistas como, por exemplo, o congressista Jim Costa, o congressista Devin Nunes, o congressista William Keating, James MacGovern, o congressista David Cicilline; senadores, o senador Jack Reed, o senador Whitehouse (ambos eleitos por Rhode Island); e a nível estadual com o senador Marc Pacheco de Massachusetts, com o representante Tony Cabral, participou também um representante do gabinete do senador Michael Rodrigues e também com o próprio governador de Massachusetts.

Em Rhode Island as reuniões foram com o senador Daniel da Ponte, com a senadora Teresa Paiva Weed e com um conjunto de outros, quer representantes, quer senadores estaduais.

As entidades com as quais o Governo dos Açores falou e transmitiu a sua posição foram não só entidades luso-descendentes, mas foram também entidades eleitas por comunidades em circunscrições eleitorais em que as comunidades açorianas têm um peso significativo.

Recordo, porque me parece importante, que a mensagem que foi transmitida foi esta: nós compreendemos essa decisão, compreendemos o seu racional, não gostamos dessa decisão, não concordamos com ela, respeitamo-la e a nossa preocupação é ao nível da sua implementação e ao nível do impacto social e económico que ela pode ter.

Regressado aos Açores foram desenvolvidas diligências no sentido de, quer em relação a estas entidades com quem reuni, quer em relação às entidades que na altura não houve a possibilidade de reunir, transmitir a posição do Governo dos Açores.

Entretanto, a estratégia definida pelo Governo da República para o tratamento desta matéria - e com a qual o Governo dos Açores está absolutamente de acordo - foi a de reconduzir esse assunto a um tratamento ao nível da Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos.

Numa reunião que teve lugar no dia 11 de dezembro, quer da parte do Governo dos Açores, quer da parte do Governo Português, foi colocada uma série de questões ao Governo dos Estados Unidos exatamente dando conta daquelas matérias que para nós são essenciais e falamos então fundamentalmente daquilo que são as questões relativas à implementação.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nós entendemos que devem ser privilegiados aqueles trabalhadores que tenham mais idade e mais tempo de serviço que por esse facto podem beneficiar de outros mecanismos desde logo existentes na lei portuguesa para ser assegurado o seu rendimento e a sua subsistência; nós entendemos que nos casos em que ambos os elementos do casal trabalham na Base das Lajes, a ter que dispensar alguém, seja garantida a permanência de pelo menos um dos elementos do casal; nós consideramos que no caso de agregados familiares deve

ser tido em atenção para que não sejam dispensados todos os elementos do agregado familiar; e, para além destas questões que dizem diretamente respeito à componente substantiva da decisão de implementação, no que tem a ver com o procedimento, o Governo dos Açores entende também que há claramente a necessidade de um maior envolvimento do Governo dos Açores e de um maior conhecimento por parte do Governo da República dos exatos contornos que esta decisão dos Estados Unidos encerra.

Apesar de compreendermos os motivos da decisão e apesar de compreendermos as razões que levam a que a mesma seja tomada, não podemos aceitar que este assunto seja tratado como facto consumado, à margem de um conhecimento, quer da parte do Governo da República, quer da parte do Governo dos Açores.

Não podem existir quaisquer dúvidas sobre esta matéria, sejam elas internas, ou sejam elas externas. A forma como este assunto tem sido conduzido da parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros merece, na apreciação do Governo dos Açores, um voto de confiança e um voto de colaboração franco e leal.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Entendemos que nesta questão aquilo que eventualmente poderiam ser dúvidas, aspetos dos quais optaríamos por seguir um caminho diferente, não deve relevar face à dimensão, face à importância dos interesses que aqui estão em causa.

Há uma necessidade clara e imperiosa de serem reforçados, na opinião do Governo dos Açores, os mecanismos de informação para o Governo da República e para o Governo dos Açores relativamente a esta matéria.

Nós não podemos, nesta questão, aceitar comportamentos que denotem uma postura de intransigência ou pelo menos uma postura de considerar que será no decorrer e na morosidade de um processo de diálogo que se poderá ter ganhos efetivos quanto à implementação da decisão.

Portanto, consideramos que desse ponto de vista os Estados Unidos e o Governo dos Estados Unidos, nesta matéria, devem fazer um esforço acrescido, um esforço que vá para além daquilo que tem feito em fornecer informações e em estar à altura da importância da relação diplomática que existe entre os dois

países e até ao momento existem aspetos em que essa relação diplomática não tem sido devidamente respeitada,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... nem tem sido devidamente acarinhada.

Um terceiro aspeto desta matéria prende-se com a questão daquilo que é, ou daquilo que podem ser, as utilizações futuras da Base das Lajes.

Nestes encontros que tive em Washington, tive a oportunidade de reunir também com representantes do Departamento de Estado que colocam muito interesse e colocam muita esperança numa visita que se realizará em fevereiro deste ano da parte de uma associação não-governamental denominada BENS – *Business Executives for National Security* –, a qual é uma instituição que nos Estados Unidos tem desenvolvido um trabalho de valorização e de dinamização das comunidades que são afetadas por reduções ou pelo fecho de bases militares.

O Governo Regional tem estado a trabalhar com o Governo da República sobre esta matéria na preparação de um programa da visita que permita dar conta da verdadeira dimensão e importância que a Base das Lajes assume nesta questão e assume para a ilha Terceira e para os Açores. Tem estado em contato quer com a autarquia do município da Praia da Vitória, quer com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, e neste momento em que se está a preparar esta visita aquilo que gostaria de deixar hoje patente nesta interpelação é que esta visita não pode ser considerada como o único passo concreto que da parte dos Estados Unidos se deve dar para ajudar a lidar com o impacto social e económico da decisão. Nós colocamos também naturalmente expectativas em relação a esta matéria e a esta visita, mas não nos podemos circunscrever apenas a ela.

O que se coloca em relação a este processo, neste momento, é exatamente uma questão: é saber se independentemente daquilo que são os constrangimentos orçamentais que levam os Estados Unidos a esta decisão, se aquilo de que estamos a falar é mais do que isso, se aquilo de que estamos a falar é a vontade ou pelo menos a ação do Governo dos Estados Unidos de minorizar a relação diplomática com Portugal, agindo com o nosso país (e da mesma forma com os

Açores) com um procedimento, com ações que devem ter em conta a história, devem ter em conta a parceria, devem ter em conta toda a cooperação que ao longo dos anos se estabeleceu entre Portugal e os Estados Unidos.

Há quem defenda que a relação diplomática não está em causa nesta decisão. Pode não estar em causa a relação diplomática em si, pode a relação diplomática – melhor dizendo – entre Portugal e os Estados Unidos ir para além da Base das Lajes. Não pomos isso em causa, mas a Base das Lajes é um alicerce, é um pilar... **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

O Orador: ... (talvez o principal) dessa relação diplomática e se for afetada na forma como o assunto é abordado pelo Governo dos Estados Unidos, se for afetada esta atenção para com o impacto e a importância da presença norte-americana nas Lajes, se não houver o interesse em ajudar a lidar com o impacto social e económico e a implementar esta decisão de forma a acautelar os interesses e os direitos dos trabalhadores açorianos e das suas famílias, essa relação diplomática não pode de forma nenhuma ser a mesma da que é atualmente.

Deputados Berto Messias, José San-Bento (PS) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É esta a posição do Governo dos Açores.

Continuaremos porventura a ser amigos, mas não será certamente a mesma coisa do que foi até aqui.

São estes os dados que neste momento o Governo gostaria de partilhar com a Assembleia (mais uma vez refiro) para além daqueles que têm sido contatos informais de partilha de informação com diversas entidades regionais que acompanham e que têm interesse sobre essa matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PPM trouxe esta interpelação ao Governo (presumo que uma interpelação) de uma matéria de grande relevância para os Açores e para Portugal, que é exatamente a Base das Lajes.

Começo como terminou praticamente o Sr. Presidente. Aliás, aproveito para dizer que o CDS muito tem apreciado o seu comportamento, o chamar a si de uma forma pessoal e ao mais alto nível no Governo Regional a defesa dos interesses dos Açores e a maneira – diria – muito sensata como tem conduzido este processo sem alarmismos e procurando de todas as partes que se chegue aqui a uma conclusão que seja – eu diria – o menos penalizadora para todos (já que penalizadora ela será sempre, temos é que atenuar o grau da penalidade que vamos ter nessa matéria).

É exatamente no ponto das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos, que Portugal não pode de modo nenhum deixar de manifestar as suas mais fortes convicções nessa matéria, relativamente a um país amigo, que é nosso amigo, mas é às vezes com os nossos amigos que nós somos mais exigentes e Portugal deve manter uma posição de exigência relativamente a essa matéria.

Agora, que as Lajes não são o fundamental da relação diplomática entre Portugal e os Estados Unidos... Eu diria que sem as Lajes provavelmente Portugal não teria hoje uma relação diplomática ao nível que tem com os Estados Unidos. Teria uma relação diplomática como tem com qualquer outro país, como se falou da China, como tem com a China (provavelmente!) e não com o grau de proximidade que tantos benefícios trouxe quer a Portugal, quer aos Açores, resultando justamente da importância da Base das Lajes e do estreitamento de relações entre os dois países ao longo de décadas, tendo como esteira, como alicerce, como base e como pilar a Base das Lajes. É isso que tem de ser entendido. A Base das Lajes é um ativo geoestratégico para os Açores e

para Portugal e tem de ser entendido como tal e é nessa matéria que deve ser tratado.

Aliás, permita-me Sr. Presidente (concordará comigo naturalmente que lhe diga) que foi um erro para Portugal, para os Açores, não apenas de agora, mas desde sempre, reduzir a importância da Base das Lajes (com a importância toda que isso poderá ter) aos postos de trabalho. Foi um erro estratégico de futuro reduzir apenas a essa importância.

A Base das Lajes vale muito mais do que isso, muito mais! E nós, quer Governo Regional, quer Governo da República, e se quiser até sociedade civil, universidade, enfim, nunca tivemos a arte e o engenho de retirar, de fazer valer, de ter um pensamento estruturado sobre a importância geoestratégica dos Açores e especificamente da Base das Lajes. Esse foi o grande erro dos Açores ao longo das últimas décadas.

Mas, Sr. Presidente, permita-me também. Nesta interpelação V. Exa. disse (e bem!) que contamos (e contamos, também concordo) com o Governo dos Estados Unidos e também com o Governo da República para minimizar o impacto (com o Governo da República ao nível das suas competências, nomeadamente das reformas - que se incluía os trabalhadores mais velhos, enfim, ao abrigo do acordo; que se mantenha a lei de reformas por trabalhadores de bases estrangeiras -, tudo isso que já foi aqui bem elencado pelo Sr. Presidente), mas eu não posso deixar de perguntar-lhe o seguinte, Sr. Presidente.

Os Estados Unidos devem ter uma atenção especial na minimização do impacto social e económico destes postos de trabalho na ilha Terceira, mas eu pergunto: e nós, Sr. Presidente? E nós, Governo Regional, o que estamos a fazer para diminuir o impacto na economia da ilha Terceira, em particular, e também nos Açores com certeza?

E nós, Governo Regional, o que estamos a fazer?

Vou dar-lhe alguns exemplos e como V. Exa. sabe são entraves colocados nem sequer pelo Governo Americano, são pela Força Aérea Portuguesa (tanto quanto eu saiba), que são as escalas técnicas.

Há algumas diligências que o Governo tenha feito para que se aumente as escalas técnicas na Base das Lajes no curto prazo?

E pergunto-lhe mais: sabendo-se pelo menos desde 2006 e o Governo Regional tendo-o admitido que havia uma redução continuada dos postos de trabalho na Base das Lajes (foi admitido pelo Governo Regional em julho de 2008, uma preocupação aliás que manifestou na Comissão Bilateral Permanente), se o Governo Regional, por exemplo, já não devia ter feito o aumento da placa de estacionamento civil de aviões no aeroporto das Lajes, contribuindo isso para que pudéssemos ter mais escalas técnicas, contribuindo isso para mais postos de trabalho?

Já agora o terminal de carga também do aeroporto das Lajes que ainda não vejo. Portanto, refiro-lhe isso tudo, porque tudo isso podem ser polos dinamizadores da criação de postos de trabalho. Não sei se são vinte, se são trinta, se são cinquenta, se são cem, não sei quantos são. Agora tudo isso diminui isso tudo. Aumenta postos de trabalho.

Portanto, pergunto-lhe Sr. Presidente, qual é a nossa estratégia, as nossas medidas para tomar esse impacto?

Aumento das escalas técnicas, a placa de estacionamento para aviões civis, o porto da Praia, englobando nessa estratégia de criação de emprego?

Portanto, qual é o investimento regional previsto para essa medida altamente negativa para o concelho da Praia da Vitória, para a Terceira e para os Açores?

Quais são - numa situação que eu diria quase de emergência - as medidas que o Governo Regional tem para minimizar esse impacto?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos todos de acordo relativamente à importância e ao facto de ser uma importância de primeira ordem este assunto, em particular do assunto da Base das Lajes, mas obviamente que tem outra importância para a Base das Lajes,

designadamente pela posição geográfica que os Açores ocupam. Portanto, o assunto não é um assunto menor, é um assunto que neste momento está a ser debatido no âmbito da Base das Lajes, mas revela um conjunto de potencialidades para o futuro e os Açores de facto podem ter futuro, no futuro, no âmbito da geoestratégia e da geopolítica.

Estamos todos em sintonia de que mais do que encontrar responsáveis e culpados é necessário convergir numa posição política de consenso, de força, de iniciativa, de atitude e de empenho.

É esta a posição que deve ter este Parlamento regional, em consenso também com o Parlamento da República, Governo da República e Governo Regional.

Reza a história que os Açores, em particular as Lajes, sempre foram reconhecidos por esta posição estratégica no Atlântico. Assim aconteceu com a Inglaterra em 1943, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema foi esse!

O Orador: ... assim aconteceu com os Estados Unidos no último acordo, em 1995.

Também estamos todos de acordo das contrapartidas, dos benefícios decorrentes do Acordo de Cooperação e Defesa. O número de postos de trabalho tem sido o principal benefício que os Açores, e em particular a ilha Terceira, daqui recebem. Acresce obviamente o aluguer das casas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esse é que foi o erro!

O Orador: ... e os serviços prestados pela economia regional e pela economia local da ilha Terceira, que são cerca de 200 empresas, que são contratadas.

Portanto, há aqui uma relação social e económica de grande dimensão na ilha Terceira.

Mas agora parece que tudo se irá modificar por vontade do parceiro dos Estados Unidos com uma redução, não só da presença das forças militares norte-americanas, mas também com uma redução de facto desta força laboral que contrata os Estados Unidos na ilha Terceira.

Isto ocorre, como já foi dito pelo Deputado Paulo Estêvão, numa altura de profunda crise social e económica que atravessa Portugal, mas também que

atravessam os Açores, e os americanos após quase 70 anos de presença na ilha Terceira e nos Açores não podem simplesmente abandonar desta forma abrupta aquilo que durante 70 anos cultivaram e influenciaram em termos económicos, sociais, mas também em termos culturais.

É um abandono que prejudica este relacionamento diplomático. Obviamente que nada poderá ser igual àquilo que era se acontecer de forma abrupta e de forma que não amortença o impacto desta natureza, como aquele que vamos ouvindo que está para ocorrer.

O PSD desde a primeira hora e nesta Assembleia, na legislatura anterior, propôs uma comissão eventual para se estudar o real impacto e a afirmação de uma posição açoriana a um relatório que foi produzido nesta casa, um relatório quase inconclusivo, mas que traz à luz da discussão, do debate e da reflexão, um conjunto de perspectivas interessantes e que não podem morrer por aí.

O PSD também já sugeriu na comissão adequada que este Parlamento, que não pode estar alheio àquilo que está a ocorrer, acompanhe a evolução de facto daquilo que foi anunciado.

Portanto, penso que estão em curso um conjunto de audições que se irão desenvolver no âmbito dessas negociações, designadamente a auscultação dos representantes dos trabalhadores e do município da Praia da Vitória.

Nós também julgamos que não devemos ficar por aqui, ou seja, não nos devemos ficar só por uma posição de resignação. Devemos dar um passo em frente. Devemos aproveitar esta situação para ir mais longe e perceber as nossas potencialidades na geopolítica e na geoestratégia e em especial da Base das Lajes. Ou seja, este Parlamento tem de dar um outro contributo, este Parlamento tem de avançar para soluções no âmbito dessas mesmas potencialidades para a ilha Terceira.

O impacto na ilha Terceira, o impacto no PIB da ilha Terceira, segundo alguns parceiros sociais, ronda entre os 10 a 15%, é dramático, é elevado demais. É de facto um impacto que terá uma recessão maior do que aquela que nós podemos eventualmente prever, porque se agrava uma crise social e económica.

Portanto, nós, nesse sentido, o que queremos é que o Governo Regional estude essas potencialidades para a Base das Lajes.

Deputado José San-Bento (PS): Oh senhor! Os senhores é que têm um gabinete de estudos!

Deputado Berto Messias (PS): E o gabinete de estudos do PSD? Já não têm gabinete de estudos? Faz muita falta!

O Orador: Nós queremos que obviamente este Parlamento recomende ao Governo Regional que não se fique por aqui, para além de todas e eventuais medidas de mitigação no curto prazo e no médio prazo são preciso medidas de longo alcance, de longo prazo e essas medidas de longo prazo só podem obviamente existir se percebermos onde estamos, se compreendermos as novas valências, no caso do Atlântico, no caso dos fundos marinhos, e essas valências têm naturalmente uma rota benéfica de colisão que é a ilha Terceira, que são os Açores e que é a Base das Lajes.

Ou como base, ou como porto, ou como ponte de observação, os Açores apresentam um conjunto de potencialidades que é preciso perceber, compreender, para depois atuar ao nível internacional, ao nível diplomático, ao nível do encontro de novos parceiros, ao nível do encontro de novas vontades que surgem no plano mediático também internacional e daquilo que se vai percebendo que são os novos contornos e a nova arquitetura política no âmbito da geoestratégia, da geopolítica que nasce e que o mundo evolui nesse sentido e pelo surgimento também de novas potências emergentes no âmbito económico, principalmente no âmbito económico.

Portanto, é esta de facto a nossa vontade para que o Governo Regional possa dar esse contributo a esta Assembleia e esta Assembleia, nas suas funções de fiscalização e de acompanhamento, o faça também.

Mas Sr. Presidente do Governo, tinha duas questões para lhe colocar neste momento e também saber a este momento se o Sr. Presidente pode-nos ...

Deputado José San-Bento (PS): Diga, diga!

O Orador: ... anunciar aquelas que são as contribuições económicas e financeiras (porque de números se fala muito), através de impostos diretos e

indiretos, do acordo também que existe com os norte-americanos, com a EDA, com o hospital de Angra. Em termos globais, qual é que é o peso económico, de que quantitativos estamos a falar neste momento ao nível destes contributos?

Porque de muitos números se falam - os trabalhadores têm números, os parceiros sociais têm outros números - e nós precisamos saber a este momento de que milhares ou milhões estamos a falar ao nível do impacto económico da ilha Terceira, da presença norte-americana.

E também perceber se o Governo Regional prevê alguma medida em particular - continuando o atual estado de coisas e o evoluir para que realmente não haja uma aterragem suave, para que o impacto seja abrupto,...

Deputado Francisco César (PS): Ainda não percebi o que isso tem a ver com agricultura!

O Orador: ... para que não hajam medidas de mitigação por parte do parceiro internacional -, se prevê em concreto alguma medida especial para a ilha Terceira no âmbito económico e no âmbito social, por exemplo, no âmbito dos fundos comunitários.

Muito obrigado.

Deputados António Marinho e João Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já que iniciámos os trabalhos desta manhã com uma dissertação sobre ética, gostaria de continuar no mesmo registo e dizer que não há política sem memória, e portanto, vale a pena sobre esta matéria, como sobre qualquer outra, voltar um bocadinho atrás na história.

Há anos que o Bloco de Esquerda/Açores anda a chamar a atenção para a inevitabilidade deste problema, ou seja, para a redução colossal da força laboral portuguesa na Base das Lajes.

Em 2009, com o novo conceito estratégico da NATO, por um lado (aliás, conceito imposto – é bom dizê-lo – pela administração norte-americana), e com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, por outro lado, ficou clara a pretensão norte-americana de desinvestir militarmente na Europa e a compensação a que esta ficava obrigada aumentando a sua despesa militar.

Os dois documentos indiciavam claramente uma nova estratégia militar global da NATO, que acompanhava a deslocação do epicentro económico do mundo do Atlântico para o Pacífico.

Estas novas teses reforçavam a justeza e a pertinência (permito-me dizê-lo) da questão que o Bloco de Esquerda/Açores vinha levantando, ou seja, que a diminuição gradual de postos de trabalho se iria acentuar e que também por isso estava na hora de começar a pensar em alternativas económicas para a Base das Lajes.

Nessa altura, como agora, PS, PSD e CDS, em uníssono, acusaram o Bloco de Esquerda de dogmatismo ideológico, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi por isso!

A Oradora: ...mas infelizmente para os trabalhadores da Base das Lajes e para as suas famílias a realidade estava do nosso lado e afinal o dogmatismo ideológico estava do lado do PS, do PSD e do CDS.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Deputada, a senhora defende a retirada dos americanos da Base das Lajes!

A Oradora: Portanto, fica claro que os senhores têm responsabilidades na situação hoje vivida pelos trabalhadores da Base das Lajes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora queria o emprego, mas sem os americanos! Isso era o que a senhora queria!

A Oradora: ...e tal como no passado, por razões dogmáticas, não olham para a realidade e, portanto, não defendem nem os Açores, nem os açorianos e menos ainda os trabalhadores da Base das Lajes.

É patética, na nossa opinião, a posição do Governo da República quanto a esta matéria e por arrasto, não no discurso (que aliás o Sr. Presidente acabou de fazer há pouco), mas nas consequências desse discurso, é patética também a posição do Governo Regional. Vou explicar porquê.

Quando Governo da República e Governo Regional subscrevem uma posição dos Estados Unidos que é esta que fica tudo na mesma, o acordo laboral fica na mesma, as instalações ficam na mesma ainda que adormecidas, “nós” – norte-americanos – “é que decidimos o que é que vamos abater, (mais!) é que decidimos o que é que vamos fazer com aquelas instalações”.

Sras. e Srs. Deputados, isto é patético, porque isto é pôr na mão de um estado estrangeiro toda a soberania, quer do Estado Português, quer da Região Autónoma dos Açores ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que exagero!!!

A Oradora: ...e em troca pedimos apenas: “Façam o que quiserem, mas deem-nos qualquer coisinha”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o bloco de leste, na Albânia, como é que ficou?

A Oradora: O problema é que se ficar tudo como está e, portanto, nada for alterado, nós perguntamos quem é que vem investir a sério na Base das Lajes quando a qualquer momento todo o processo pode ser interrompido por uma qualquer guerra que segue dentro de momentos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a China?

A Oradora: É ainda mais patético quando sabemos agora que, por exemplo, a contaminação dos aquíferos da Praia da Vitória e todos os atentados ambientais cometidos pelos norte-americanos da ilha Terceira, a começar por exemplo pelos aterros *ad hoc* de amianto espalhados pela ilha, serão pagos pelo povo português e, portanto, também pelo povo açoriano, através de uma norma feita à medida na proposta de revisão da Lei de Finanças Regionais, como consta do ponto 7, do artigo 8.º. É patético que afinal nós não tenhamos força negocial nenhuma!

Quem é que negocia, qual é o empreendedor, qual é o empresário, qual é o estado que negocia de joelhos face a qualquer interlocutor?

É assim que nós estamos. Chegámos ao ponto de pagarmos e irmos limpar aquilo que os norte-americanos sujaram na ilha Terceira. Fizemos um ponto especial na proposta de revisão da Lei de Finanças Regionais para garantir que é o povo português, o povo açoriano, a pagar toda a pegada ecológica deixada pelos americanos.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, à frente dos interesses do futuro, do desenvolvimento e da economia dos Açores estiveram afinal os dogmas políticos e ideológicos: não os nossos, mas os vossos. Nós, Bloco de Esquerda/Açores, defendemos uma economia avançada, um emprego com qualidade, qualificado e direitos para os trabalhadores.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora está a tentar reescrever a história!

A Oradora: Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas do PS, do PSD e do CDS defendem a NATO, a NATO e a NATO.

E para terminar, Sr. Presidente, gostaria também de lhe colocar duas ou três questões.

Primeira: que consequências terá a decisão dos Estados Unidos da América se ela não vier no sentido de um apoio objetivo a toda a desgraça económica e laboral que vai decorrer da sua decisão? Que consequências terá esta realidade na substância do acordo bilateral?

Vamos mudar alguma coisa no acordo ou vai ficar tudo na mesma como disse o senhor embaixador que não quer nem sequer ouvir falar numa alteração?

Mais! O que é que de facto aconteceu na reunião da Comissão Bilateral, que o Sr. Presidente fez referência há pouco, relativamente à reação da administração norte-americana, face às reivindicações que lhe foram apresentadas pelo Estado Português e através também do Governo Regional?

Disse sim, disse não, disse *nim*, disse que ia pensar, o que é que disse afinal?

E finalmente, serão os Estados Unidos a decidir o que é que a Região Autónoma dos Açores quer fazer para rentabilizar o privilégio da sua posição geoestratégica, ou finalmente é esta a oportunidade de serem os Açores a dizer

o que é que vão fazer com essa posição e de que forma é que a vão rentabilizar em termos económicos, laborais, sociais e de desenvolvimento para esta Região?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por desejar naturalmente um bom ano a todos, sendo este o primeiro plenário do ano de 2013.

Saúdo também o Sr. Deputado Duarte Freitas pela sua recente eleição...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é para quinta-feira!

O Orador: ...para a liderança do PSD/Açores e também o PSD pela realização do seu último congresso no passado fim-de-semana.

Quanto à matéria em discussão.

Em primeiro lugar dizer que esta questão, a questão relativa à Base das Lajes e à presença norte-americana nas Lajes, já foi amplamente discutida aqui e já foi objeto de enormes discussões e debates no Parlamento açoriano. Portanto, esta não é uma questão nova, não é aqui trazida pela primeira vez. Já tivemos oportunidade de a debater aqui, neste Parlamento, e também é bom dizê-lo que já tivemos a oportunidade de todos juntos construir consensos alargados em torno destas questões.

Recordo, por exemplo, o trabalho em conjunto realizado por todos os partidos, neste Parlamento, no final da última legislatura, em que na altura construimos, como sabem, uma resolução conjunta, subscrita por todos e aprovada por unanimidade, por todos, onde, depois das primeiras intenções públicas por parte dos norte-americanos de reduzir o contingente militar na Base das Lajes, imediatamente neste Parlamento, todos os partidos com assento nesta casa entenderam afirmar de imediato aquela que é a nossa posição e aquelas que são as nossas preocupações, relativamente a esta matéria.

No debate que estamos a ter hoje, nesta interpelação, registo para já a intervenção do Sr. Presidente do Governo que foi, na nossa perspetiva, esclarecedora sobre todos os passos e todas as diligências que têm sido feitas pelo Governo Regional nesta matéria. Diga-se, em abono da verdade, com grande empenho, grande determinação e serenidade, o que me parece absolutamente fundamental numa matéria com esta complexidade.

Todas as matérias, todas as reflexões geopolíticas, geoestratégicas, macroeconómicas, militares, em termos de novos conceitos tecnológicos e de projeção de força no mundo, são com certeza relevantes na abordagem que fazemos à Base das Lajes e à existência da Base das Lajes nos Açores, mas parece-me que devemos relevar e aquilo que é mais relevante para nós nesta matéria é a vertente económica e social da presença norte-americana nas Lajes, na ilha Terceira, e nos Açores.

Devemos ter a capacidade de, desde já, afirmar essa preocupação, de realçar a importância económica e social que tem esta matéria para a Terceira e para os Açores, quer ao nível de postos de trabalho diretos que permite, quer também a todas as dinâmicas económicas que permite à sua volta, em termos de aquisição de bens e serviços, de postos de trabalho indiretos que isso potencia e também ao nível do mercado imobiliário, sobretudo no concelho da Praia da Vitória. Refiro que é importante que nós continuemos a realçar a vertente económica e social da Base das Lajes em detrimento, digamos assim, da vertente militar, porque nestas matérias e numa dimensão de negociação interestadual não podemos deixar que algumas altas patentes militares possam entusiasmar-se com material militar de ponta e em nome de conseguir esse material de tecnologia, supostamente, de ponta possam querer esse material em troca dos nossos interesses, dos interesses dos Açores e dos interesses dos trabalhadores que estão hoje a trabalhar na Base das Lajes. Portanto, realço que a vertente económica e social desta matéria é para nós a vertente mais relevante e mais importante.

Nesta matéria, tendo em conta aqui o que defendemos, o Sr. Presidente já foi muito claro. Aliás, temos ouvido e temos tido a possibilidade de conversar

regularmente com os representantes dos trabalhadores e com vários trabalhadores da Base das Lajes e de facto garantir o acesso à reforma e à proteção social dos trabalhadores mais velhos, garantir e tentar enquadrar os trabalhadores mais novos, ter grande atenção a uma matéria referida já aqui pelo Sr. Presidente, que é muito relevante relativamente aos casais em que ambos trabalham na Base das Lajes, em alguns casos em que todo o agregado familiar tem hoje emprego na Base das Lajes, essas matérias têm que ser vistas com muita atenção e têm que ser salvaguardados, na nossa perspetiva, os interesses dessas pessoas e desses trabalhadores.

Também nesse âmbito garantir e implementar aquilo que poderá chamar-se de, paralelamente a essa redução e a esse desinvestimento, plano de revitalização económica que já vê alguns passos (refiro-me àquilo que também foi referido pelo Sr. Presidente relativamente à vinda breve aos Açores do chamado grupo BENS, que poderá dar e ter um papel importante nessa perspetiva), e também analisar com clareza – parece-nos! – e com grande atenção (porque esta é também uma matéria de grande complexidade), a possibilidade de enquadrar na Base das Lajes a utilização daquela base para novas valências, quer militares, quer também novas valências no âmbito civil.

E isto, volto a realçar, esta matéria, é de grande relevância. A vertente económica e social que tem a Base das Lajes, o impacto que tem aquela base ao nível do PIB da ilha Terceira e dos Açores, independentemente de todas as questões mais globais, mais geopolíticas, mais geoestratégicas, com certeza legítimas e importantes, estas são – a questão económica e social – para nós as principais preocupações.

Nesta matéria (à semelhança daquilo que já conseguimos noutros momentos também neste Parlamento) parece-nos fundamental a união e o compromisso de todos na defesa dos nossos interesses, na defesa dos trabalhadores que estão naquela base e na defesa da implementação de planos de minimização do impacto negativo desta redução do contingente norte-americano, e consequentemente da redução de trabalhadores portugueses afetos àquela base.

É fundamental a união de todos na criação de uma frente comum de defesa dos nossos interesses.

Devemos fazê-lo nas diversas frentes.

O Grupo Parlamentar do PS já teve a oportunidade de afirmar estas preocupações aos nossos colegas na Assembleia da República. Sei que vários Sras. e Srs. Deputados deste Parlamento também já o fizeram nas diversas frentes.

Registo também a atitude, o empenho, a determinação do Sr. Presidente do Governo pondo em prática contactos diplomáticos paralelos nos Estados Unidos afirmando aquelas que são as nossas preocupações e que registamos com muito agrado, porque nos parecem ser determinantes também nesta matéria, fazendo ver a algumas personalidades com cargos relevantes nos Estados Unidos a importância que tem esta base para os Açores e para a ilha Terceira e também, diga-se em abono da verdade, esta base é, ao contrário até do que alguns especialistas tentam fazer crer, também no âmbito da sua estratégia negocial, um ativo estratégico relevante para Portugal, mas é um ativo estratégico relevante para os Estados Unidos da América.

Nesta perspetiva volto a realçar a importância da união, de um consenso alargado, da criação – como já disse - de uma frente comum em defesa dos nossos interesses. Tenho também que registar, porque já tive a oportunidade de ouvir várias vezes o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, que nos parece estar com sensibilidade para as nossas preocupações, que parece ter em conta aquilo que acabo de referir relativamente à dimensão económica e social que tem esta matéria para a ilha Terceira e para os Açores e, portanto, volto a realçar a importância da união de todos, da união dos agentes do sistema político, da união também da sociedade açoriana em defesa dos nossos interesses nesta matéria.

Apesar disso, e para terminar Sra. Presidente, não posso deixar de me referir à intervenção que acabamos de ouvir da Sra. Deputada Zuraída Soares, do Bloco de Esquerda, que vem aqui, nesta interpelação, tentar reescrever a história,

defendendo e puxando para o Bloco de Esquerda uma história que não corresponde bem à verdade.

Aquilo que o Bloco de Esquerda defendeu e continua a defender com algumas disfunções ideológicas e dogmáticas relativamente a esta matéria, é que os americanos, pura e simplesmente, saiam da ilha Terceira, saiam dos Açores e saiam de Portugal.

Portanto, Sra. Deputada, não lhe fica bem vir aqui tentar reescrever a história e tentar tirar protagonismos político-partidários para o Bloco de Esquerda como uma espécie de zandinga antecipada que “eu bem avisei e eu bem disse”, quando aquilo que a senhora dizia na altura, aquilo que a senhora defendia na altura era exatamente o contrário daquilo que agora a senhora vem aqui dizer e tenta dizer que defendeu há alguns anos.

Portanto, para já, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, era isto que gostaria de dizer à câmara.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Proponho que se faça agora um intervalo. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar, e numa nota prévia, por cumprimentar o Deputado Duarte Freitas pela recente realização do congresso e eleição para a liderança do PSD, bem assim como o Presidente do Governo Regional para a liderança do seu partido.

Ainda uma outra nota prévia para comentar, digamos, a intervenção do interpelante, o Deputado Paulo Estêvão, que veio aqui fazer uma dissertação sobre geoestratégia, o que acaba por ser sempre muito importante para nós,...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: ...uma vez que o Sr. Deputado tem um interesse particular por estes assuntos. Quero também saudar o Sr. Presidente do Governo Regional pela forma como tem vindo a conduzir este processo e a forma como tem partilhado a informação com os partidos políticos com assento nesta câmara e que de facto eu não poderia deixar de referir aqui esta nota, uma vez que ela revela uma atitude diferente no relacionamento entre o Governo e os partidos da oposição.

Relativamente ao objeto deste ponto da agenda, desta interpelação, relativamente ao PCP, não vou aqui fazer nenhum historial daquilo que tem sido este processo, mas de facto havia alguns indicadores que levavam a crer que o abandono, por parte dos Estados Unidos, da Base das Lajes iria acontecer mais tarde ou mais cedo e esses indicadores remontam ainda ao período antes de fevereiro de 2012, quando a Região foi informada desta intenção do governo dos Estados Unidos, da administração norte-americana.

A verdade é que, mal ou bem, o país não soube – e a Região também não –, na devida altura, ir atendendo a esses indicadores e preparando aquilo que agora se está a concretizar. Para além do facto de que Portugal manteve, na nossa opinião, sempre uma posição de grande subserviência, portanto, uma posição comercial muito fraca relativamente às questões da Base das Lajes.

Portanto, quer o PSD, quer o PS têm aqui responsabilidades muito grandes, mas não é disso que se trata agora. O que se trata é de olharmos para a situação que estamos a viver e para aquilo que deve ser a defesa dos interesses da Região, desde logo, mas também do país.

Eu queria aqui lembrar que o ano passado, ainda não fez um ano, apresentámos, subscrito por quatro partidos desta câmara, um projeto de resolução que no fundo é a última posição que a Região Autónoma dos Açores teve sobre a Base das Lajes.

Gostaria de saber, até para que depois o Governo Regional pudesse tecer algumas considerações sobre isto, se de facto é esta a resolução ou esta a posição da Região que o Governo Regional tem vindo a defender, porque, no fundo, é esta a posição da Região e aquilo que foi aprovado aqui, nesta câmara, em março do ano passado diz, na sua parte resolutiva, o seguinte: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nos termos da alínea 1, do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pronuncia-se por iniciativa própria sobre o processo negocial com vista à eventual alteração da utilização da Base das Lajes nos seguintes termos:

- 1- A valorização da posição geoestratégica dos Açores em qualquer processo negocial relativo à utilização da Base das Lajes deve ser afirmada como fator positivo de envolvimento da Região nas dinâmicas geopolíticas internacionais.
- 2- A procura de novos usos alternativos e valências para a Base das Lajes, seja no contexto da relação bilateral entre os Estados Unidos e Portugal, seja noutros contextos, designadamente no âmbito da NATO ou da ONU, deve ser assumida e promovida no sentido de garantir uma efetiva e duradoura utilização daquela infraestrutura.
- 3- Ao nível de qualquer processo de conversações ou negociações diplomáticas relativas à Base das Lajes, deve ser priorizada a defesa inequívoca dos trabalhadores portugueses, nomeadamente, evitando-se reduções do seu contingente e, bem assim, garantindo o respeito integral pelos seus direitos e interesses.

- 4- Devem, ainda, promover-se outros meios de cooperação política, económica e social que contribuam para o desenvolvimento e progresso dos Açores, garantindo a adequada compensação por qualquer impacto negativo que venha a decorrer da eventual alteração da utilização da Base das Lajes.
- 5- A participação da Região, prevista constitucional e estatutariamente, no processo político e diplomático em curso, deverá ser efetiva e eficaz no sentido da salvaguarda dos interesses dos Açores, nomeadamente ao nível da permanente colaboração entre o Governo da República e o Governo Regional e através do acompanhamento regular e claro por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.”

Esta é a última posição oficial da Região Autónoma dos Açores e tem aqui um conjunto de pontos que acabei de ler e que gostaria de saber se de facto o Governo Regional tem esta recomendação assumida como sua e se tem desenvolvido esforços para que esta posição seja efetivamente cumprida.

Gostaria ainda de referenciar aquilo que para nós é importante, que no fundo acaba por estar nesta resolução, mas que gostaria de reafirmar em termos daquilo que é a posição do PCP relativamente ao momento que se vive neste processo.

Para nós, para além da defesa das indemnizações justas e da rápida reintegração profissional dos trabalhadores que venham a ser despedidos, há outras questões, outras três questões essenciais, em torno das quais é decisivo que as diferentes forças políticas e o Governo Regional se unam:

- Que, a concretizarem-se os despedimentos, seja privilegiada a via do mútuo acordo e que os trabalhadores recebam a indemnização a que têm direito no quadro do acordo laboral;
- Que os Estados Unidos da América apresentem rapidamente um plano de investimentos concreto, quantificado e calendarizado, para minimizar o impacto social e económico decorrente da saída, ou pelo menos da diminuição da presença militar dos Estados Unidos na Base das Lajes;
- Que o processo de descontaminação dos solos e de outros impactos

ambientais negativos que foram produzidos pela utilização da Base das Lajes, não possa ficar à margem das soluções que vierem a ser adotadas sobre esta questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Governo Regional tem muito que explicar!

O Orador: Portanto, Sr. Presidente do Governo Regional, gostaria que o Sr. Presidente, na altura própria, pudesse tecer algumas considerações, quer sobre a posição da Região, quer sobre também estas questões que para o PCP são fundamentais.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É evidente que quando estamos a falar, a analisar uma base militar, as questões geopolíticas são determinantes para percebermos em que contexto é que decorrem as negociações e percebermos a médio prazo como é que as coisas podem evoluir e que posição negocial devemos ter.

Considero que nesta questão da Base das Lajes um dos defeitos, ou uma das deficiências que nós temos tido, é não termos realizado uma antevisão da evolução da situação e estarmos preparados e termos de facto vários cenários preparados em relação a essa evolução.

Acho que este exercício de realizar uma análise de uma situação global...

Porque não se pode explicar aquilo que está a acontecer na Base das Lajes se nos fecharmos a uma observação apenas da nossa freguesia. Assim não conseguimos perceber em que contexto é que as coisas estão a acontecer, obviamente.

Portanto, a análise que eu realizei é uma análise de curto e de médio prazo.

No curto prazo considero – e volto a afirmar isso – que o Governo Regional está a fazer aqueles procedimentos que são os procedimentos necessários.

Podem dizer-me: “Mas está ou não está preparado um plano de contingência para fazer aquilo que os americanos entretanto não aceitam ao longo das negociações por parte do Governo Regional e por parte do Governo da República?”

É que esta questão é uma questão fundamental, porque o enfraquecimento económico da ilha Terceira tem um significado económico muito grande no âmbito da Região. Trata-se da nossa segunda maior ilha, com maior peso económico e o enfraquecimento desta ilha pode ter de facto um efeito catastrófico para a economia açoriana, para mais amplificada pela conjuntura económica tão difícil que nós estamos a atravessar. Por isso, considero que o Governo Regional com certeza terá preparado e estudado vários cenários.

Também compreendo que neste momento não insista na divulgação dessa informação uma vez que é evidente que nós, no quadro negocial em que estamos com os americanos, temos que dizer: “Bom, mas nós já temos algumas coisas preparadas para fazer aquilo que os senhores não querem fazer, ou para aquilo que os senhores não se comprometem a fazer.”

Portanto, compreendo perfeitamente que neste momento não tem interesse para a Região, não é inteligente, para já insistirmos nesse caminho.

O que considero é que a negociação, ponto a ponto, em relação a cada uma das situações que se colocam, nomeadamente em relação ao contingente laboral, essa discussão e essa atenuação dos efeitos da medida da decisão americana é absolutamente fundamental. É isso que o Governo tem estado a fazer.

O apoio da nossa diáspora, dos políticos de ascendência açoriana, também considero que essa questão é fundamental. Todos nós percebemos como é que funciona a política norte-americana, o conjunto de *lobbies* que se desenvolvem, como é que tomam as decisões do ponto de vista da administração federal, portanto, também é bastante importante que os políticos nossos amigos possam explicar junto da administração os efeitos, o contexto específico, que nós estamos aqui a enfrentar nos Açores. Explicar-lhes nomeadamente que estamos a viver no contexto de uma crise económica e que este não é o melhor momento para a Região ser colocada perante uma situação deste tipo.

Depois, considero aquela outra preocupação, que no âmbito do discurso tive oportunidade de realizar, que é a questão a médio prazo. A questão a médio prazo também me preocupa em termos da evolução daqueles que serão os nossos interesses e a importância da Base das Lajes.

Se de facto os Estados Unidos, como está previsto, diminuírem de uma forma muito significativa a sua dependência em relação ao mercado energético do Médio Oriente isto é muito significativo, porque a história demonstra que a Base das Lajes foi justamente utilizada (e muitas vezes) com projeção de força para essa zona. Se os Estados Unidos dentro de 20 anos não tiverem qualquer dependência em relação ao potencial energético do Médio Oriente, isto é um dado bastante significativo. O que significa que nós não podemos analisar a decisão norte-americana apenas na base da decisão de diminuir custos militares, porque a diminuição destes custos militares estão a acontecer em determinados cenários estratégicos, mas não está a acontecer, por exemplo, no Pacífico, e a evolução, quer a evolução tecnológica, quer a evolução geopolítica, enfraquecem (pelo menos nisso) a necessidade dos Estados Unidos projetarem poder militar no Médio Oriente. É evidente que terão sempre interesses permanentes, nomeadamente ajudar o estado de Israel com quem têm uma aliança efetiva, mas há aqui uma redução deste interesse e é nesse sentido que considero que a Região deve também preparar o seu argumentário, no sentido de precisar que os Açores continuam a ser uma Região estratégica absolutamente fundamental no Atlântico, nesta zona que continuará a ter nos próximos anos uma importância económica fundamental, uma importância estratégica para os Estados Unidos muito importante, até como zona de fronteira daquelas que são as necessidades de defesa dos Estados Unidos e, portanto, nesse sentido Portugal e os Açores devem tentar perceber qual é a evolução a médio prazo do interesse norte-americano na Base das Lajes e devem colocar essa questão neste momento.

Qual é o interesse? Qual é a segurança que nós podemos ter em relação à evolução desta questão para não virmos a ser confrontados daqui a 10 ou 20

anos com novas medidas que podem vir a afetar novamente e gravemente a economia regional?

Nós temos que perceber e temos que assegurar um contexto temporal mais largo em relação a uma certa estabilização e compreensão daqueles que são os nossos interesses permanentes em relação à Base das Lajes.

Penso que isto é uma vantagem: ter uma perceção e ter o compromisso norte-americano a médio prazo. Nós não podemos ser confrontados de década em década com diminuições que afetam drasticamente a economia da ilha Terceira, nomeadamente, e também o conjunto dos Açores.

É esta questão que eu penso que deve ser colocada também em cima da mesa (e termino Sra. Presidente).

Considero que há um limite em relação ao qual não devem ser ultrapassadas determinadas fronteiras. Se a redução se continuar a operar, quer a redução da força laboral portuguesa, quer das restantes contrapartidas, quer também da força militar norte-americana e, portanto, ter aqui no Atlântico uma espécie de base adormecida, com pouca capacidade permanente, para depois numa conjuntura de crise ser utilizada, considero que nessas condições não interessa à Região Autónoma dos Açores manter esse posicionamento ou chegarmos a esse estado, ter uma base secundária, adormecida, que é apenas utilizada quando os Estados Unidos têm uma necessidade estratégica conjuntural.

Esse papel para a Base das Lajes não interessa à Região Autónoma dos Açores. Não podemos cair nessa conjuntura, mas é para aí que nós estamos a ser conduzidos. Se analisarmos a questão da Base das Lajes e a diminuição daqueles que são os nossos interesses verificamos que nós há 20 anos tínhamos uma força laboral de mais de 2.000 trabalhadores (penso que 2.700 trabalhadores na Base das Lajes) e tínhamos um conjunto de contrapartidas que na década de 80 chegou a representar 30% do orçamento dos Açores. 30% do orçamento dos Açores na década de 80! Portanto, tudo isto tem vindo a ser diluído e a tendência é para que os meios que os americanos colocam no âmbito da utilização da Base das Lajes sejam cada vez menos interessantes para a Região Autónoma dos Açores e é esta a questão que nós devemos colocar. Este

processo de degradação dos nossos interesses não pode continuar a suceder e no âmbito da negociação em curso devem ser introduzidas cláusulas de salvaguarda para o nosso interesse a médio prazo, para o interesse dos Açores e de Portugal.

Penso que é o momento oportuno para colocarmos estas condições, porque senão, tendo em conta aquela que é a evolução do cenário geopolítico e a evolução tecnológica também da capacidade logística das forças militares norte-americanas, nomeadamente de projeção a grandes distâncias, o que vai acontecer é que nós vamos continuar a registar uma diminuição daqueles que são os compromissos americanos em relação à Base das Lajes. Isso é inaceitável e devemos aproveitar esta oportunidade para proteger e salvaguardar a médio prazo os interesses da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

De momento não tenho mais inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há duas questões que me parecem que estão em causa nesta interpelação, que são claramente de natureza distinta e que não devem ser confundidas.

Uma tem a ver com o posicionamento geoestratégico dos Açores, a importância geoestratégica dos Açores, a mais-valia geoestratégica que a ilha Terceira e os Açores têm.

O Governo está pronto e disponível para debater esse assunto onde e quando as Sras. e os Srs. Deputados quiserem. O Governo não está disponível para misturar as duas coisas.

Deputado Berto Messias (*PS*): Exatamente!

O Orador: Porque a decisão dos Estados Unidos tem que ser avaliada pelo desvalor que tem em si mesma. Não pode ser anulada pelo potencial geoestratégico que os Açores e a Base das Lajes podem ter. Não é o facto dos Açores e a Base das Lajes terem um determinado posicionamento geoestratégico (no passado mais de uma componente militar, no futuro

provavelmente mais de uma componente marítima e comercial) que anula a decisão, que anula os efeitos perversos e negativos da decisão dos Estados Unidos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, da parte do Governo nós não queremos confundir as duas coisas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nós percebemos a forma como estas duas componentes estão ou podem estar relacionadas, mas isso não deve ser misturado...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...e da parte do Governo não será, efetivamente, misturado.

Portanto, o que temos de discutir, ou pelo menos aquilo que o Governo pretende, entende que deve ser salientado, abordado e tratado nesta fase, tem a ver com uma decisão de um estado que durante sessenta e tal anos utilizou uma parte do território da Região Autónoma dos Açores, que hoje diz que quer reduzir substancialmente a sua presença, que por essa via isso tem um determinado impacto social e económico e que até ao momento esse estado não tem dado provas de querer ajudar com esse impacto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! Finalmente!

O Orador: É essa a decisão que deve estar aqui em causa e que deve ser analisada.

Relativamente às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado António Ventura, as medidas pensadas pelo Governo dos Açores, nomeadamente a questão dos fundos estruturais.

Tive a oportunidade de publicamente me referir a esta sugestão do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros quando referiu que poderiam ser até pensados fundos estruturais. É uma boa ideia, mas isso não pode ser feito à custa dos fundos estruturais de que a Região Autónoma dos Açores beneficia ou pode beneficiar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah!

O Orador: Se isso se traduz num acréscimo, vamos a isso; se isso se traduz em indiretamente fazer reverter para a Região Autónoma dos Açores os custos de lidar com isso, não vamos a isso, porque não é correto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Relativamente à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sra. Deputada, sabe Deus a vontade que tenho de entrar no tipo de intervenção que a senhora fez, mas não o farei, porque o que está aqui em causa não são os complexos de esquerda do Bloco de Esquerda, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Agora fiquei com essa impressão!

O Orador: ...o que está aqui em causa é a vida de trabalhadores da Base das Lajes e das famílias dos trabalhadores da Base das Lajes.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Além disso, Sra. Deputada Zuraida Soares, quem quer falar forte da maneira como a senhora falou, deve pelo menos ter o cuidado de se preparar melhor ou de se preparar de forma melhor do que aquela que a senhora aparenta se ter preparado, com mais trabalho, com mais estudo e com mais análise.

A senhora vem dizer que consequência terá a decisão dos Estados Unidos na substância do acordo?

Faço minhas as declarações do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros a propósito deste assunto e conforme eu disse o Governo dos Açores está ao lado do Governo da República nesta matéria e a sua questão está respondida. Já está respondida!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não está respondida! Isso não é resposta!

O Orador: Já está respondida, sim senhora!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não respondeu!

O Orador: O que a senhora quer aqui é trazer para o debate e para a esfera desta questão algo que coloca o Bloco de Esquerda no centro das atenções.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está enganado! Quem não se preparou foi o senhor!

O Orador: Muita paciência, Sra. Deputada Zuraida Soares, mas não conte com o Governo dos Açores para lhe fazer esse favorzinho.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso não é resposta!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, em relação a questões, como por exemplo, o aumento da placa de estacionamento da Base das Lajes e o terminal de carga.

Nós há mais de um ano que aguardamos da parte do Ministério da Defesa uma decisão ou a operacionalização da autorização para podermos fazer esses dois investimentos. Os projetos já foram apresentados à Força Aérea. Há questões que se prendem com alterações de decretos de servidão militar que nós aguardamos que neste momento sejam operacionalizados para que, quer um, quer outro investimento possa ter o seu seguimento.

Em relação à questão da geoestratégia reafirmo aquilo que já referi anteriormente.

Relativamente às diligências para o aumento das escalas técnicas elas esbarram em parte com aquilo que é a natureza da infraestrutura, que é a infraestrutura militar.

Nós não recusamos qualquer tipo de operacionalização ou de utilização de melhoria de utilização dessa infraestrutura, mas ela tem da parte, desde logo, da sua natureza constrangimentos claros e constrangimentos inequívocos.

Em relação ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

A resolução é assumida pelo Governo dos Açores, mas a resolução é assumida pelo Governo dos Açores como um enquadramento global da posição política da Região. O que não pode é falar connosco de alhos e nós respondermos em bugalhos.

Portanto, naquilo que tem a ver com o enquadramento global da posição política da Região Autónoma dos Açores essa é a resolução, esse é o enquadramento da posição que o Governo Regional tem expresso.

Relativamente ao processo de descontaminação dos terrenos da Base das Lajes, das duas parcelas que estão identificadas, já existe algum avanço neste processo. Foram enviados dados que estão a ser analisados na Secretaria Regional dos Recursos Naturais de forma a habilitar, do ponto de vista da própria comissão que tem tratado desta matéria, a tomada de uma posição sobre este assunto.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo daquele que é obviamente o interesse de discutir numa perspetiva mais ampla, a utilidade de discutir numa perspetiva mais ampla, toda esta questão do posicionamento geoestratégico, o que eu gostava de salientar hoje aqui, neste debate e perante esta câmara, são duas questões muito concretas que se colocam no imediato em relação à Base das Lajes.

Primeiro, a situação dos trabalhadores e das suas famílias e sobre essa matéria é importante reafirmar que não é por dizer-se que vão trabalhar mais x portugueses do que x americanos que o assunto está resolvido. Não é disso que nós estamos a falar.

O que nós estamos a falar é de uma decisão de redução, de uma decisão de dispensa de trabalhadores, cujo acompanhamento, cuja solução para assegurar a sua subsistência e o seu rendimento deve merecer também um esforço acrescido da parte do Governo dos Estados Unidos. Ninguém diz para se fazer algo que não seja no fundo ter a razoabilidade de aplicar aquilo que são as regras atualmente presentes de uma forma que acautele o impacto que isso terá nas famílias e nos trabalhadores da Base das Lajes.

Segunda questão relativamente ao impacto social e ao impacto económico.

Desde o início deste processo, desde as minhas primeiras declarações sobre este processo, que tenho afirmado que é responsabilidade do Governo dos Estados Unidos ajudar a lidar com o impacto social e económico desta decisão.

Nós não queremos mandar na casa dos outros da mesma forma que não queremos que mandem na nossa casa.

Obviamente se nos dissessem assim: “Mas os senhores querem que haja uma redução do pessoal na Base das Lajes?”

“Não, bem pelo contrário!”

Mas é por isso que se diz que nós compreendemos o racional da decisão, nós compreendemos a envolvência da decisão, mas não podemos concordar com ela, nem podemos achar que é uma decisão interessante para os Açores.

Agora, sobre a forma como ela é implementada, mais uma vez reafirmo este aspeto, porque neste momento é aí, é exatamente aí que se decide e que se testa o respeito, a consideração que a histórica relação de amizade entre Portugal e os Estados Unidos merece da parte do Governo dos Estados Unidos.

Nós não podemos aceitar um tratamento desta matéria que nos reconduza, ou que nos conduza (melhor dizendo), a uma situação em que: “Far-se-á como é natural que se faça. Far-se-á da forma como nós [Estados Unidos] fazemos em todos os lados.”

Vamos supor, para ilustrar aquilo que eu vos quero transmitir, que nós colocamos uma pergunta do género (vamos supor): “Mas então para os trabalhadores que forem dispensados da Base das Lajes nós não podemos encontrar um tratamento privilegiado de colocação ou noutras bases, ou mesmo nos Estados Unidos?”

Nós não podemos aceitar como razoável uma resposta que diz: “Não, nesse caso aplica-se a lei, portanto, concorrerão em igualdade de circunstâncias com os outros.”

Isso não está à altura da relação que existe entre os dois países. Se essa pergunta fosse colocada nós não poderíamos aceitar uma resposta desse tipo.

Em segundo lugar, para além da questão da implementação, é exatamente a questão do Governo dos Estados Unidos assumir as suas responsabilidades em relação aos efeitos da sua decisão.

É por isso que digo e reafirmo: nós acompanhamos e subscrevemos os esforços que têm sido desenvolvidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em

relação a esta matéria, quer quando diz que isso tem de ter consequências ao nível do acordo técnico (porque já o disse e disse-o bem), quer quando diz que nesta matéria tem que haver aqui um conjunto de questões e de envolvimento da parte do Governo Português e do Governo dos Açores que tem de ser acautelado.

Sobre este assunto, do ponto de vista do Governo, entendemos que esses cuidados, essa separação e essas cautelas devem ser tidas para que no fundo, no caso dos Açores, independentemente de toda a questão geoestratégica, independentemente de toda a questão macro que se coloca e que não é posta em causa por esta decisão, se possa acautelar os aspetos que neste momento para o Governo dos Açores assumem prioridade absoluta: defender os trabalhadores da Base das Lajes e as suas famílias, defender as empresas da ilha Terceira que são afetadas por essa decisão.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pediu a palavra. Tem 2 minutos e 45 segundos.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No caso de não ter tempo para responder à invetiva do Sr. Presidente do Governo, até porque tenho mais uma pergunta para lhe fazer, solicitava ao Governo que disponibilizasse tempo para o poder fazer, à semelhança do que acontece várias vezes entre os grupos parlamentares e à semelhança do que o Bloco de Esquerda também já fez para com o Governo mais do que uma vez, que foi dar-lhe do seu tempo para lhe permitir a resposta. Se fosse possível...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O Governo tem um minuto, se está interessada na resposta certamente compreenderá que não podemos disponibilizar o nosso tempo.

A Oradora: Só têm um minuto? Meio minuto para a resposta, Sr. Presidente. Solicito meio minuto, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Em democracia não é assim! Vê-se o seu interesse pela resposta e pela substância!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Comecei por dizer que a política...

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares...

A Oradora: Não está a contar?

Presidente: Não está a contar, Sra. Deputada Zuraída Soares.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Conforme praxe parlamentar, solicitou tempo à bancada do Governo. A bancada do Governo dispõe apenas de 1 minuto, ainda tem que fazer o encerramento do debate, como tal deve compreender que não tem mais tempo para utilizar. Portanto, agradecia que fizesse a sua intervenção nos 2 minutos e 45 segundos que dispõe.

Deputado Berto Messias (PS): Esta artimanha regimental do Bloco de Esquerda!

A Oradora: Vou tentar!

A política é feita de memória, comecei por dizer, e é assim que vou continuar.

História! Pelos vistos não precisa de ser o Bloco de Esquerda/Açores a convidar os norte-americanos a abandonarem a Base das Lajes. Eles estão a fazê-lo progressivamente, seja qual for a nossa vontade.

História! Não é só o Bloco de Esquerda que entende que há outras formas de utilizar aquela Base no sentido pacífico, científico, tecnológico e que traga riqueza para a nossa Região.

Por acaso, em duas intervenções diferentes, dois académicos diferentes, de sensibilidades políticas diferentes, defenderam e disseram exatamente o mesmo: o académico, ou o professor José Medeiros Ferreira e o académico, ou o professor Miguel Monjardino. Consideramo-nos bem acompanhados.

História! Foi o Bloco de Esquerda o primeiro partido a exigir indemnizações majoradas para os trabalhadores dispensados na Base das Lajes, a exigir

medidas de apoio excepcionais para a economia local e regional, inclusive fizemos chamada à memória histórica daquilo que o Governo da República já fez em Setúbal e no Vale do Ave, em tempos idos, e exatamente pelas mesmas razões, a exigir a limpeza da pegada ecológica deixada na Base, a exigir a assinatura de uma moratória para a desativação dos fins militares da Base e também o desenvolvimento de estudos que possam vir a criar outras alternativas para aquelas instalações.

Portanto, não estamos a reescrever a história.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a reescrever a história à sua maneira!

A Oradora: Estamos a contá-la exatamente como ela ocorreu.

Disse o Sr. Presidente do Governo Regional que o Bloco de Esquerda tinha vindo mal preparado para as perguntas, que eu tinha vindo mal preparada para as perguntas.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu não disse isso! Exigia mais preparação.

A Oradora: Deixe-me dizer-lhe Sr. Presidente que eu tenho que chegar a uma conclusão: o Sr. Presidente não veio preparado para as respostas, porque eu fiz-lhe 3 perguntas e o Sr. Presidente não respondeu a nenhuma e agora vou fazer-lhe mais duas.

Primeira, está a decorrer neste momento, como todos sabemos, uma reunião entre o nosso Ministro da Defesa e o Secretário de Estado da Defesa Norte-Americana.

A pergunta que lhe faço é: no que diz respeito à Base das Lajes o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores tem conhecimento do que está a ser discutido ou proposto?

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que abreviasse.

A Oradora: Esta é a primeira pergunta.

Segunda pergunta, Sr. Presidente. De quem foi a autoria do ponto 7, do artigo 8.º, da Lei de Finanças Regionais, que diz que é o povo português e o povo açoriano que vai limpar os atentados ambientais deixados nesta Região, e sobretudo na ilha Terceira, pela utilização da Base das Lajes para fins militares

pelos norte-americanos? Quem é que lá pôs este artigo, porque ele não está na lei anterior.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu não pedi a palavra!

Presidente: Não, não pediu.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, já que a Sra. Deputada teve a gentileza de referir o CDS na sua primeira intervenção, não queria deixar de lhe dizer se a Sra. Deputada não quer reescrever a história à maneira do Bloco de Esquerda!

Devo lembrar que a senhora ainda não estava cá, nem o Bloco de Esquerda estava neste Parlamento, e já o CDS exigiu a descontaminação dos solos da Base, dos solos da ilha Terceira, exigiu, denunciou, mas com fundamento, ainda o Bloco de Esquerda nem cá estava. Não existia nesta casa.

Portanto, a senhora ao dizer que tomou a iniciativa disto, a iniciativa daquilo, já vem na esteira dos outros. Portanto, veio tarde o Bloco de Esquerda nessa matéria.

E depois o que o Bloco de Esquerda quer é que não se percebe. É que primeiro americanos rua e quando houve a oportunidade de se dar mais valências àquela Base o Bloco de Esquerda não quis. O Bloco de Esquerda queria trabalho, mas não queria americanos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Militares! Valências militares!

O Orador: Mas o Bloco de Esquerda diz que quer uso civil para a Base das Lajes, mas não diz como, não diz quais, não diz como se implementa, não diz efetivamente o que é que faz. Manda só teorias e de teorias, Sra. Deputada Zuraída Soares, não vive o povo. Portanto, americanos rua, empregos ficam! Não conseguimos perceber é como é que essa dualidade se consegue.

Deputada Zuraida Soares (BE): Logo que os americanos mandem, tudo bem!

O Orador: Portanto, o Bloco de Esquerda não veio dar lições a ninguém, nem em matéria de descontaminação, não veio dar lições a ninguém nem em matéria de defesa de postos de trabalho, nem em matéria de defesa da posição geoestratégica da Base das Lajes. Antes pelo contrário!

O que o Bloco de Esquerda veio fazer foi prejudicar os trabalhadores da Base das Lajes e prejudicar as negociações com os Estados Unidos. Foi isso que o Bloco de Esquerda fez, nomeadamente quanto às novas utilizações militares que os Estados Unidos propuseram e que houve interesse e os senhores foram os primeiros a vir denunciar que não queriam essa matéria, mas queriam mais postos de trabalho.

Portanto, o Bloco de Esquerda tem de definir o que é que quer, porque nós não percebemos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Dogmatismo!

O Orador: Sr. Presidente do Governo, sei que não tem tempo e por isso não me vou deter muito nessa matéria, mas devo-lhe dizer, Sr. Presidente, que a Base das Lajes, já foi aqui dito, foi fundamental para o estabelecimento e o estreitamento de relações diplomáticas e de amizade entre Portugal e os Estados Unidos, mas a Base das Lajes foi também uma esteira fundamental para a implementação do projeto autonómico nos Açores, nomeadamente com o seu financiamento de mais de um terço do orçamento regional e por isso mesmo Sr. Presidente, pese embora o momento – e concordando consigo – seja efetivamente de urgência e de emergência relativamente à questão específica dos postos de trabalho (estamos de acordo nesta matéria), não posso nunca minorizar a posição geoestratégica da Base das Lajes daqui para o futuro.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Nem eu! Não é isso que estou a fazer! Com certeza!

O Orador: Não posso nunca e, portanto, é nessa matéria que nós temos de nos apoiar para no futuro não termos mais surpresas.

Permita-me só que lhe diga, Sr. Presidente, precisando com rigor relativamente à placa de estacionamento de aeronaves civis do aeroporto das Lajes. Permita-

me que lhe recorde uma intervenção do Presidente do Governo Regional, em setembro de 2008, na inauguração da aerogare civil da Base das Lajes, diz o seguinte: “É também nosso objetivo [e relembro, setembro de 2008], durante a próxima legislatura, ampliar a placa de estacionamento de aeronaves civis deste aeroporto, cujo projeto aliás já está a ser elaborado pela empresa ANA, reformular o sistema do terminal de cargas e desenvolver espaços para a reparação e manutenção de aeronaves e para armazenagem de equipamento de placa.”

Mais? Não tenho tempo Sr. Presidente, portanto, o rigor dos factos está aqui: “manutenção de aeronaves”.

Está disponível o Governo Regional, aliás de uma proposta que o CDS já aqui fez, não tão abrangente quanto era a vontade do Presidente do Governo em 2008, para instalar na Terceira, na Base das Lajes, alguma valência da SATA que diga respeito à reparação e manutenção de aeronaves?

É ou não é uma forma de criar postos de trabalho?

Portanto, a placa civil não foi aumentada não naturalmente por culpa dos Estados Unidos, não foi por culpa naturalmente também do Governo da República da época. Fomos nós que não fomos à frente com o projeto.

Estava aqui uma promessa...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso não é verdade!

O Orador: Sr. Presidente, se quiser eu releio-lhe outra vez.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O projeto foi entregue à Força Aérea Portuguesa, quer o da ampliação, quer o do terminal de cargas!

O Orador: Eu estou a referir-lhe 2008. Portanto, passaram-se 4 anos e meio...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Aí não diz que o projeto foi entregue, diz que estava a ser elaborado!

O Orador: Aliás, já está a ser elaborado.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas isso foi entregue!

O Orador: Então, Sr. Presidente, eu depois far-lhe-ei um requerimento, já que não tem tempo,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Com todo o gosto!

O Orador: ...para que me dê as explicações, relativamente a essa matéria.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Com certeza!

O Orador: Agora, eu também pergunto-lhe se está o Governo disponível para desenvolver espaços para a reparação e manutenção de aeronaves e para a armazenagem de equipamento de placa no aeroporto das Lajes?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições na Mesa.

Entendo que está encerrado o debate, no entanto, o artigo 184.º do Regimento permite que um Membro do Governo e o Deputado interpelante possam encerrar.

Não sei se o Sr. Presidente do Governo, dispondo apenas de um minuto, se o quer utilizar.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não.

Presidente: Não. Sendo assim dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para encerrar o debate.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, prescindo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, damos assim por concluído o nosso primeiro ponto da Agenda, por isso, e uma vez que faltam 10 minutos para as 13 horas, proponho que façamos o nosso intervalo para almoço.

Regressamos às 15 horas para continuar a Agenda da Reunião.

Boa tarde e bom almoço.

Eram 12 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Ficou definido em Conferência de Líderes que o ponto 2 da nossa Agenda, a interpelação requerida pelo Partido Socialista, seria discutida na manhã de

quarta-feira. Como tal avançamos para o ponto 3 que é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/X - cria um apoio extraordinário para os funcionários da administração regional** - apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista.

Os tempos foram definidos em Conferência de Líderes e são os que utilizaremos neste período legislativo para a discussão dos processos legislativos comuns.

Distribuem-se da seguinte forma: o partido proponente, o Partido Socialista e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD, 20 minutos; o CDS-PP, 13 minutos; o Bloco de Esquerda e o PPM de 10 minutos.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para a apresentação do diploma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A conjuntura da crise e as chantagens da troika têm permitido à arcaica e fossilizada direita que temos no poder ajustar as suas contas com as conquistas sociais do 25 de Abril.

O chavão propagandístico da “refundação” do Estado Social, não passa da tentativa miserável de ocultar o seu verdadeiro propósito:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora estragaste tudo!

O Orador: ...fazer recuar no tempo as condições de vida dos portugueses, garantindo os lucros à custa da massa de portugueses pobres, dominados por um Estado autoritário. Não é refundir, é destruir o Estado Social que PSD e CDS-PP querem!

Assim, cumpriram o seu velho sonho de acabar de vez com os subsídios de férias e de natal. A medida que era transitória e restrita aos funcionários públicos em 2012 passou a ser definitiva e generalizada a todos os trabalhadores em 2013.

Não é o engodo da diluição de um dos subsídios – que, aliás, vai ser engolido pela machadada fiscal do aumento do IRS – que engana seja quem for! O PSD e o CDS resolveram acabar com os subsídios de férias e de natal porque assim o querem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh!

O Orador: Não o fizeram porque foram obrigados; não porque isso contribua para pagar a dívida nacional ou para equilibrar as contas públicas, mas sim porque desvaloriza o trabalho, porque engorda os lucros, porque, no fim de contas, hoje como ontem, a velha direita reacionária está ao serviço do grande capital financeiro e não do bem-estar dos portugueses!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da China! Para os chineses!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se o corte dos subsídios de férias e de natal dos funcionários públicos foi extremamente negativo para o país, para os Açores foi verdadeiramente desastroso.

A importância e dimensão da administração pública na economia das nossas ilhas fez com que este corte abrupto no seu poder de compra resultasse num aumento estrondoso da recessão da economia regional.

Veja-se o comércio de viaturas, o volume de vendas no comércio, com quebras na ordem dos 50% também, o consumo de energia elétrica (menos dez pontos percentuais no segmento industrial no terceiro trimestre de 2012), entre muitos outros indicadores diretos e indiretos.

Mas, Sras. e Srs. Deputados se preferirem, aqui está o indicador direto, aquele que mais importa, aquele que é o reflexo numérico da miséria que este corte ajudou a disseminar na Região: onze mil cento e onze desempregados no fim do mês de novembro de 2012, para o valor ridículo de 33 ofertas de emprego, registadas pelos Centros de Emprego na Região.

Com esta proposta do PCP é disto, portanto, que estamos a falar. De combater o desemprego, de reativar a nossa economia, de recuperar poder de compra para melhorar as vendas das empresas. Estamos a falar de manter e criar emprego, de forma sustentável, em alternativa e complementarmente ao financiamento das empresas com fundos públicos.

Devolver os subsídios de férias e de natal de 2012 aos seus legítimos proprietários não é só justo, é também uma das medidas urgentes e necessárias para combater a recessão nos Açores.

Temos competência para o fazer, se o quisermos. Isto, sim, será usar a Autonomia Açoriana para o emprego.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas esta questão também se coloca no plano jurídico e político. Devolver os subsídios de férias e de natal é também uma questão de coerência. Não pode o Governo Regional lamentar que a Constituição tenha sido violada e, depois, beneficiar desse mesmo atropelo.

Não pode o Governo Regional dizer que discorda do corte dos subsídios e, depois, embolsar a diferença!

O Governo Regional não pode continuar no limbo. O Governo Regional e o partido que o suporta têm de se definir. Assumam de uma vez por todas!

Ou apoiam, sem margens para dúvidas, deixando de imputar para outros o corte de subsídios ou devolvem-nos, a quem pertencem, usando, para isso, as competências autonómicas!

Se já não restam dúvidas que o podem fazer no plano jurídico, também é claro que a margem de manobra orçamental existe. Os dados da execução orçamental de 2012, de janeiro a novembro, dão ao Governo uma folga orçamental de cinquenta e três milhões de euros!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 57!

O Orador: Uma folga que advém, em boa parte da redução em 15% das despesas com o pessoal. Esta redução foi feita à custa do que espoliou aos funcionários da administração regional.

O dinheiro existe. Está lá no Orçamento regional. Devolvam-no a quem pertence.

Acabaram-se os subterfúgios regimentais, jurídicos e orçamentais para evitarem discutir esta proposta do PCP. Este é o momento de se definirem, de uma vez por todas. Estão V. Exas. ao lado de Passos Coelho e Paulo Portas ou ao lado

dos Açorianos? Apoiam a cruzada passadista da direita reacionária ou têm a coragem de usar a Autonomia para garantir o futuro dos Açores, fazer justiça aos trabalhadores da administração pública regional...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está a atacar quem? Estes?

O Orador: ...e contribuir para que a economia regional possa funcionar sem o artificialismo dos apoios públicos.

O desafio é também para o PSD/Açores e para o CDS-PP/Açores que se estão de facto do lado dos açorianos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que é contra a autonomia!

O Orador: ...e não estão de forma subserviente aos vossos partidos no continente que tomem também a decisão que é mais justa para os Açores e para os açorianos.

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é contra a autonomia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto à câmara se há inscrições para debater esta matéria.

(Pausa)

Não havendo inscrições para o debate penso que estamos em condições de votar na generalidade...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sobre esta matéria? Há, há!

Presidente: Há inscrições?

Sra. Deputada, então não estava atenta,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não estava, Sra. Presidente.

Presidente: ...porque eu perguntei mais do que uma vez se havia inscrições para o debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Agradeço que tomem mais atenção da próxima vez.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Como é que para uma matéria tão importante não haveria intervenção nenhuma?!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A propósito deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, iniciativa do PCP, que pretende criar um apoio extraordinário para os funcionários da administração regional que foram abrangidos pela suspensão ou confisco dos subsídios previsto no Orçamento de Estado para 2012, esta iniciativa legislativa obriga-nos a alguns comentários que passarei a fazer.

Primeiro, o Governo Regional em 2012, por sua única e exclusiva iniciativa, retirou o subsídio de férias e de Natal a todos os trabalhadores do setor público na Região Autónoma dos Açores, retirou da economia açoriana entre 50 a 60 milhões de euros, mas não se esqueceu de distribuir estes mesmos subsídios, no caso, por exemplo, da EDA, através dos dividendos dados aos acionistas da empresa. Tirou de um lado e entregou no outro.

Com esta iniciativa, a iniciativa de confiscar os dois subsídios, iniciativa a que não estava obrigado à luz das nossas prerrogativas autonómicas, o Governo Regional juntou mais uma machadada fatal a outras machadas desferidas pelo Governo da República nas empresas, nos cidadãos, na economia em geral.

Deste ponto de vista, o Governo Regional e o Governo da República andam de braço dado com o Memorando da Troika, o que não deixa de ser estranho e até surpreendente, porque tanto o anterior Governo Regional quanto o atual criticam (e bem!) o Governo da República por ir além, muito além, das medidas impostas pelo Memorando de Entendimento assinado com a Troika, mas aqui nos Açores o Governo Regional faz exatamente o mesmo.

Depois de retirar à economia açoriana dezenas de milhões de euros prontifica-se a disponibilizar linhas de crédito às empresas regionais, o que também não deixa de ser estranho e até contraditório, porque primeiro sufoca as empresas

com a falta de poder de compra dos consumidores e depois atribuí-lhes linhas de crédito que ninguém sabe quando estas mesmas empresas poderão pagar e devolver. Ou seja, o Governo Regional, nesta matéria, dá com uma mão aquilo que tira com a outra.

Isto não é defender as empresas regionais, ao contrário do discurso dominante.

Teremos oportunidade de amanhã debatermos a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, mas no âmbito da iniciativa legislativa que estamos a analisar já podemos avançar o seguinte: por que é que o Governo Regional tem a necessidade, a urgência de criar uma agenda para o emprego?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Oh! Por que há de ser?!

A Oradora: No nosso ponto de vista porque se recusou a fazer um bloquinho de notas...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Um bloquinho!

A Oradora: ...apenas com uma folha e pôr nessa folha “pagar o subsídio de férias e de Natal do ano de 2012”.

Esta medida (pagar os subsídios) faria mais pela economia regional, na opinião do Bloco de Esquerda, do que as 60 medidas...

Deputada Artur Lima (*CDS-PP*): Ora aí está!

A Oradora: ...agora inscritas na Agenda Açoriana para o Emprego.

Nós perguntamos: face a medidas cujos resultados mensuráveis e práticos nós só conseguiremos alcançar lá para 2016/2017, quantas empresas é que irão falir até lá? Quantos postos de trabalho é que se irão perder até lá, numa espiral sem fim à vista, que começa exatamente pela colossal diminuição do poder de compra das famílias e das pessoas?

Usando uma expressão tão ao gosto de alguns Srs. e de algumas Sras. Deputadas, e até também do Governo Regional, tudo isto é populismo, mas no caso concreto mal feito.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições...

Agradecia que quando se quisessem inscrever que o fizessem de forma a que seja perceptível pela Mesa que querem usar da palavra.

Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, o meu atraso na inscrição deve-se ao facto de, enquanto proponente, aguardar que outras bancadas pudessem vir a tecer algumas considerações sobre a proposta do PCP, designadamente o Governo, o PSD, o CDS-PP, o PPM e o próprio Partido Socialista. Apenas isso. A minha pausa foi apenas por isso. Enquanto proponente aguardava que mais bancadas se pronunciassem sobre o assunto.

A pronúncia do Partido Socialista, o silêncio, de facto também quer dizer alguma coisa, mas sempre se esperava que o partido que sustenta o Governo tivesse alguma coisa a dizer às açorianas e aos açorianos e aos empresários que estão a ser vítimas deste roubo que foi perpetrado aos funcionários da administração pública regional e que contribuem em muito para o estado atual da economia regional. Se o Partido Socialista não tem nada a dizer ao povo açoriano sobre esta questão, melhor saberão que eu aquilo que devem fazer.

Portanto, isto para justificar a minha inscrição tardia, já quando V. Exa., Sra. Presidente, estava para dar por encerrado o debate.

Eu gostaria e desafio novamente o Governo Regional a que se pronuncie sobre esta situação de roubo que foi feito a mando do Governo da República, mas que as competências autonómicas permitiam que nós pudéssemos encontrar uma solução de dar essa retribuição – dar não, pagar essa retribuição, porque é de justiça – aos funcionários da administração pública regional, evitando assim uma maior quebra na atividade económica regional e contribuindo dessa forma também para a manutenção do emprego. Mas a verdade é esta.

Relativamente à questão da folga orçamental que se verifica no boletim da Direção Geral do Tesouro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande volta!

O Orador: 53 milhões de euros é o que está lá no fim do terceiro trimestre de 2012.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 57 milhões de euros!

O Orador: Portanto, esse dinheiro e essa folga orçamental também se devem efetivamente ao facto de uma redução de 15% na despesa com pessoal, cujo valor corresponde em grande parte ao valor que foi confiscado aos trabalhadores da administração pública regional. Portanto, espera-se também que o Governo Regional possa dizer alguma coisa sobre este assunto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria gostava aqui de referenciar aquela que tem sido a posição do PPM em relação a este assunto.

Nós tivemos a oportunidade também de apresentar iniciativas idênticas no âmbito da legislatura anterior. Não mudámos a nossa posição em relação a este assunto e, portanto, nós votaremos favoravelmente, embora tenha de referenciar que não concordo nada com a roupagem ideológica que o Sr. Deputado do PCP faz desta iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado por concordar!

O Orador: O Sr. Deputado parece até que fez tudo o que é possível, o que lhe foi possível, para diminuir os apoios e para votar esta iniciativa sozinho com o apoio do Bloco de Esquerda.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não vai votar a minha intervenção de tribuna!

O Orador: De qualquer das formas, retirando a roupagem ideológica de que o Sr. Deputado revestiu o seu discurso, devo dizer-lhe que aqui é evidente que o Sr. Deputado tem razão. Há uma enorme contradição em relação àquilo que o Governo diz e aquilo que o Governo faz, porque na prática o Governo Regional

tem vindo a dizer que as políticas que são seguidas pelo Governo da República são políticas erradas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dinheiro para o povo!

O Orador: ...são políticas que retiram rendimentos às pessoas, são políticas que promovem uma espiral recessiva. Muito bem! Até estaria tudo correto do ponto de vista do discurso, mas quando tem a oportunidade, devido às competências autonómicas que tem e a legalidade da situação constitucional em Portugal, que pode agir de forma diferente e pode seguir a tal via autonómica, a tal via própria, quando vemos que temos então aqui o corredor da alternativa tão propalada no âmbito das últimas eleições regionais, quando nós verificamos que aqui temos a oportunidade do Governo Regional demonstrar a tal alternativa, o que verificamos é que não o faz.

Não o faz porquê?

Não o faz porque está em desacordo com a justiça do pagamento destes subsídios? Não. Já disse que aquela receita a nível nacional é errada.

Então não o faz por dificuldades económicas que nós temos no nosso próprio sistema autonómico? Não. O Governo Regional tem vindo a dizer que temos uma situação de equilíbrio orçamental, até de *superavit*. Portanto, nesse sentido, também a realidade dos factos demonstra que essa não é uma desculpa que possa ser utilizada pelo Governo Regional.

Então se pensa de forma diferente, se pensa aquilo que vai de acordo com aquela que é a proposta do PCP, se demonstra resultados brilhantes do ponto de vista da execução orçamental, a pergunta que me faço e que muitos açorianos também fazem em relação a esta questão é: por que é que os senhores não dão um passo em frente, por que é que os senhores não explicam o vosso posicionamento nesta questão? Porque o vosso posicionamento nesta questão é absolutamente incompreensível.

A política é feita de coragem e lanço um repto ao Governo Regional para que explique o posicionamento concreto que o Governo Regional tem vindo a adotar nesta matéria.

Por que é que não faz aquilo que apregoa? Por que é que não concretiza aquilo em que acredita (pelo menos do ponto de vista do discurso)? Por que é que não defende aqueles que são os direitos dos trabalhadores portugueses, dos trabalhadores da administração regional?

São estas as questões que para já levanto,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem levantadas!

O Orador: ...no âmbito deste debate.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor parece que está equivocado em relação a esta matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah, é?!

O Orador: Ou está equivocado, ou faz-se estar, ou então parece que há aí uma clara falta de... Medo, se calhar, capacidade de enfrentar o Governo Regional dos Açores, com a autonomia que tem em relação a esta matéria e que o senhor propõe neste diploma, porque o senhor faz uma intervenção a falar em Passos Coelho, em Portas e em Governo da República.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E isso incomodou-o muito? Que chatice!

O Orador: Não me incomodou nada e tanto não incomodou que estou a relembrar aquilo que o senhor disse.

A questão é que o senhor apresenta um diploma a esta casa que propõe ao Governo Regional dos Açores, com autonomia que ele tem e que este Parlamento tem, para devolver aos açorianos aquilo que o Partido Comunista Português diz que foi um roubo ao povo.

Portanto, se é esse o intuito do seu diploma, não sei o porquê da sua intervenção toda virada ao Governo da República.

Mas falemos da Região e falemos do diploma e da sua proposta.

Aquilo que o senhor propõe, no entendimento do CDS-PP/Açores, em boa parte faz sentido e faz sentido por uma razão tão simples quanto esta. É que enquanto

nós temos um Governo da República que afirma repetidamente que tem um país tecnicamente falido, nós temos um Governo Regional a dizer que tem as suas finanças públicas equilibradas e que tem o objetivo, hoje e presentemente, de ajudar as famílias e as empresas e que tem um discurso contínuo que está aqui disponível e em condições de sempre que o Governo da República provocar aos açorianos mais impostos e mais sacrifícios pronto a ajudá-los.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É isso que é preciso dizer aqui nesta casa, porque o dinheiro que foi retirado (como diz o senhor, roubado) aos açorianos em relação aos dois subsídios de Natal e de férias referente ao ano de 2012, por aquilo que foi o orçamento de Estado, quem ficou com ele nos seus cofres foi o Governo Regional dos Açores, não foi o Governo da República.

Portanto, se nós temos um Governo Regional que tem as suas contas públicas equilibradas e é quem ficou com esse dinheiro, então que o devolva aos açorianos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não temos nenhum vice-presidente a nível nacional!

O Orador: É a melhor forma que tem de ajudar as famílias e as empresas, devolvendo esse dinheiro à economia regional.

Até aí estamos de acordo, Sr. Deputado Aníbal, mas foi isso que o senhor não quis clarificar naquela tribuna...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está enganado!

O Orador: ...e teve se calhar medo de o dizer e de o dizer frontalmente aos Membros do Governo e ao Sr. Presidente do Governo que estão ali naquela bancada. Portanto, foi esse o seu grande erro e o seu equívoco.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor só ouviu a primeira parte da intervenção!

O Orador: Depois dizer-se o seguinte, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Aquilo que o CDS-PP não quer é um Governo Regional rico e um povo pobre.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, anunciar-se todos os dias que nós estamos bem, que temos finanças públicas equilibradas e que estamos dispostos a ajudar e quando chega a altura de o fazer, recuar, é isso que nós não queremos. Um Governo rico e um povo pobre.

Por isso, marquem a diferença do Passos.

E sabem qual é a diferença? É dar um passo em frente e um passo diferente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É isso que falta fazer.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito Bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate que agora é trazido a esta casa, por esta resolução de Decreto Legislativo Regional do PCP, é um debate em janeiro de 2013 sobre uma opção orçamental referente ao Orçamento de 2012. Primeira questão essencial. Ou seja, o que se está a discutir aqui é uma matéria que foi discutida, analisada e devidamente debatida nesta casa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há circunstâncias novas!

O Orador: ...aquando da aprovação e debate do Orçamento da Região para 2012 e foi por todos devidamente entendida que em termos de Orçamento de 2012 essa situação estava devidamente clarificada e ao contrário do que parece, que o Sr. Deputado Luís Silveira se esqueceu de dizer,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se esqueceu, não!

O Orador: ...esqueceu-se de dois aspetos fundamentais em relação a 2012: a redução da despesa correspondente a estes subsídios do orçamento da Região

foi totalmente absorvida pela redução das transferências do Orçamento de Estado em 2012 e pela redução do défice da Região em 2012, ou seja, como na altura foi evidenciada e esclarecida...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Digo, sim senhor!

Presidente: O Sr. Vice-Presidente pode continuar.

O Orador: Não é verdade?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é, não senhor!

O Orador: Qual foi no Orçamento de 2011? O que estava previsto no financiamento da Região? 32 milhões de euros.

Qual foi em 2012? 15 milhões de euros. Menos 17 milhões de euros de receita. Logo, compensa os 17 milhões de euros de despesa e menos 24 milhões de transferências do Orçamento de Estado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

O Orador: Basta fazer as contas.

Portanto, essa questão da integração estava debatida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que temos um *superavit*?

O Orador: Não é essa a questão que está aqui em causa.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): É essa a questão!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 57 milhões!

O Orador: O cerne da questão nesta matéria...

O senhor fala dos 57 milhões. Eu vou esclarecer-lhe sobre essa matéria.

Presidente: Sr. Deputado, deixe o Sr. Vice-Presidente continuar, se faz favor. Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os apartes são regimentais.

O Orador: O valor a que o senhor se está a referir corresponde ao valor do relatório de execução do Ministério das Finanças. Não é um documento do Governo Regional,..

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é o GaCS!

O Orador: ...é um documento do Governo da República do PSD/PP e refere-se à execução orçamental do mês de novembro que assegura só uma coisa como está dito: é que a execução orçamental do ano de 2012 irá corresponder àquilo que está previsto no orçamento da Região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que anunciou. **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Quem publicitou foi o GaCS!

O Orador: ...que citou o Ministério das Finanças.

Mas o cerne da questão não está aqui. O cerne da questão muito claramente sobre esta matéria coloca-se nos seguintes termos.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Ele é que publicitou no GaCS!

O Orador: Em 2013 (é bom não esquecer e nós estamos a falar de uma decisão do ponto de vista de despesa de 2013), com o Orçamento de Estado que foi aprovado, é,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Vice-Presidente não venha com o Memorando!

O Orador: ...em primeiro, reposto um dos subsídios, mas que com o aumento da carga fiscal em sede de IRS é retirado no conjunto do país.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não chega!

O Orador: A *nuance* essencial e importante que está na Região e que deveria ser o debate desta casa, sobre esta matéria, é que se no país, no continente, o Estado repõe um subsídio, mas depois vai ao IRS e aumenta o IRS para ter a receita para pagar esse subsídio, ao introduzirem uma norma no Orçamento de Estado em que a receita do aumento fiscal em sede de IRS, sobretaxa dos 3,5% é retirada, que seria receita da Região e passa para a receita do Estado, o que o Estado faz é dizer claramente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é?

O Orador: ...que nos Açores e na Madeira, nas Regiões Autónomas, cabe aos governos regionais repor um dos subsídios, mas a receita que o Estado encontra para essa reposição fica nos cofres do Estado e não é receita da Região.

Deputada Berta Cabral (PSD): Só parte!

Deputado João Costa (PSD): Mas é retirado aos contribuintes! Grande aldrabice!

O Orador: Ou seja, em vez de estarmos todos aqui unidos para criar as condições efetivas sobre esta matéria, que é perante aquilo que foi uma receita própria da Região, que nós consideramos que de forma inconstitucional foi inscrita no Orçamento de Estado para 2013, pelo Governo do PSD/PP, que retira uma receita que é da Região para ficar como receita do Estado, e com essa matéria retira condições financeiras à Região e ao mesmo tempo, do mesmo Orçamento de Estado, aumenta os custos da Região, por exemplo, em sede de Caixa Geral de Aposentações, passando a contribuição para o Estado dos funcionários públicos de 15 para 20%, está a criar condições financeiras, em termos de aumento de encargos para a Região, que minimiza muito significativamente a capacidade da Região fazer face a um conjunto de despesas e de responsabilidades.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Penso que aquilo que nos devia unir, os Açores, os açorianos, era essencialmente manter intato aquilo que é um princípio, um pilar fundamental da nossa Autonomia: é que as receitas próprias da Região são receitas da Região, devem ser usadas na Região, em benefício dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: ...e não como o Governo da República propõe no Orçamento de Estado de 2013,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

...que pega nas receitas da Região, do IRS da Região e fica com elas, retirando à Região os mesmos instrumentos financeiros que a República tem – primeira questão – e ao mesmo tempo impondo à Região custos acrescidos em termos de funcionários públicos ao aumentar apenas nas Regiões Autónomas, nas autarquias e nas universidades os encargos decorrentes da mesma remuneração,

aumentar a contribuição para a Caixa Geral de Aposentações que constitui receita do Estado de 15 para 20%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E muito bem!

O Orador: Nesta matéria aquilo que nos deve unir a todos, aquilo que é essencial, em primeiro lugar, é, defendendo os Açores e defendendo a autonomia,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... não permitir que progressivamente o Estado se aproprie de receitas da Região e não permitir que o Estado impute à Região acréscimos de custos sem o mesmo corresponder a acréscimos de benefícios, que é o que aconteceu com estas duas matérias, que representam na sua totalidade mais de 25 milhões de euros de encargos a suportar em 2013 em relação ao ano anterior. Isto é aquilo que nos deve unir em termos de referencial e de condições para podermos abordar o nosso enquadramento financeiro do ano de 2013.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Berto Messias (PS): Estava a ver que o PSD não falava neste debate!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o PS já falou?!

Deputado Berto Messias (PS): Não! Mas a posição do PSD é mais importante neste debate!

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, uma pergunta muito clara e muito objetiva.

A 2 de agosto de 2012 o Sr. Vice-Presidente assina um documento vinculando o Governo da Região àquilo que nós temos como o Memorando de Entendimento.

A minha pergunta é a seguinte. Isto ainda está em vigor e é para ser cumprido. Dentro daquilo que foi assinado por si, há uma norma, a número 7, que impõe que não sejam aplicadas medidas compensatórias que visem aumentar os níveis de despesa projetada.

Portanto, a minha pergunta é a seguinte, Sr. Vice-Presidente: é ou não é para cumprir e está ou não está em vigor?

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, V. Exa., com todo o respeito que lhe tenha, permita-me que lhe diga que na sua intervenção, consciente ou inconscientemente, laborou em dois erros, talvez para induzir quem nos está a ouvir, ou para confundir quem nos está a ouvir.

Desde logo o seguinte. Esta proposta de Decreto Legislativo Regional remete a sua aplicação para o Orçamento de 2013, mas a verdade é esta, Sr. Vice-Presidente, a discussão deste diploma faz todo o sentido, porque as condições que nós tínhamos aquando da discussão do Orçamento para 2012 (desde logo quando este assunto foi proposto em sede de Orçamento para 2012), alteraram-se substantivamente durante o ano de 2012 também por via da aplicação de novas medidas de austeridade pelo Governo da República, o que torna ainda mais necessário e mais justo a discussão deste diploma agora, até porque o Tribunal Constitucional também se pronunciou sobre ele.

Portanto, V. Exa. não esteja a tentar confundir as coisas dizendo que o ano de 2012 é o ano de 2012 e o ano de 2013 é o ano de 2013. Não é assim!

Uma outra questão, Sr. Vice-Presidente, tem a ver com o seguinte. A parte final da sua argumentação, antes de chegar à questão das receitas que devem ser da Região e que a República vai ficar com elas, o aumento das contribuições da

Caixa Geral de Aposentações (já lá vou também), antes disso Sr. Vice-Presidente, é bom que se diga que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Não tem a ver e o Sr. Vice-Presidente vai ter certamente o PCP e certamente outras bancadas ao seu lado, ao lado do Governo Regional, a defender a Região Autónoma dos Açores e aquilo que são os direitos da Região Autónoma dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Disseram que eram contra, mas votaram a favor na Assembleia da República!

O Orador: V. Exa. esqueceu-se aqui de um pequeno pormenor,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava a falar para aqui ou para ali?

O Orador: ...é que em novembro, no final de novembro, após a aprovação do Programa do Governo...

Oh Sr. Vice-Presidente, pode dar-me atenção?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estou a dar! Eu ouço é com os ouvidos, não é com os olhos! Não preciso de olhar para si!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Precisa, sim senhor!

Sr. Vice-Presidente, nós discutimos aqui um projeto de resolução em que a Região Autónoma dos Açores, através desta Assembleia, tomou posição face à proposta de Orçamento de Estado para 2013, onde nós discutimos essas questões, ou V. Exa. esqueceu-se?

Com certeza que o PS e o Governo Regional não estiveram sozinhos, tiveram o apoio de outras bancadas. Portanto, Sr. Vice-Presidente, não confunda a opinião pública com essa argumentação.

Outra coisa, Sr. Vice-Presidente, é a defesa dos interesses da Região relativamente àquilo que é a receita cobrada na Região, que deve ser da Região e que não deve ser confiscada pela República, que é aquilo que nos querem fazer em 2013 e foi aquilo que nos fizeram com a sobretaxa do IRS sobre o 13.º mês em 2011.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E em que o Governo Regional concordou! Subsídio de Natal!

O Orador: Portanto, aí terá com certeza o PCP do seu lado.

Sr. Vice-Presidente, a questão é a seguinte. O Sr. Vice-Presidente tem uma situação financeira que permite o pagamento deste valor...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem ou não tem?

O Orador: ...aos funcionários da administração pública regional.

Apesar da receita fiscal ter diminuído, V. Exa. tem mais de 53 milhões de euros no fim de novembro de 2012. Tem 53 milhões de euros ali.

Deputado José San-Bento (PS): São questões de tesouraria!

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente, esse não é o argumento. Aliás, eu queria aqui tecer também um comentário à intervenção do Deputado Luís Silveira (e vou deixar as considerações que o Deputado Luís Silveira fez na parte inicial do seu discurso), e devo dizer-lhe que subscrevo inteiramente a parte final.

De facto, aquilo que nós queremos não é ter um Governo rico e um povo pobre.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente, essa argumentação não serve, primeiro, porque a situação que hoje vivemos não é a mesma quando discutimos esta iniciativa em sede de discussão de Orçamento para 2012. A situação alterou-se profundamente e os problemas do rendimento das famílias agravaram-se e isso tem as repercussões que tem na economia regional e, portanto, Sr. Vice-Presidente, esta medida, para além de ser de justiça, para além de ser de direito, é também uma medida que contribuiria e muito para o aumento da dinamização da economia regional. Portanto, Sr. Vice-Presidente, mais do que criar artificialismos de apoios às empresas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...- o apoio direto -, o melhor apoio que se pode dar às empresas é disponibilizar o rendimento. Não é dar mais rendimento, é dar aquilo que é de justiça e de direito, Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que está o investimento público?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É a terceira vez que estamos aqui neste plenário, nesta Assembleia, a discutir esta proposta.

Discutimo-la aquando do orçamento regional para 2012. Na altura ela foi rejeitada e foram tomados como bem os argumentos apresentados pelo Governo.

Lembro ao Sr. Deputado Bruno Belo que nessa altura o PSD também votou contra. Não existia Memorando de Entendimento, portanto, não existia o tal ponto 7 a que se referiu do Memorando de Entendimento a que fez referência e bem, portanto não foi essa a razão. A razão porque na altura foi rejeitada, foi porque se entendeu por bem a argumentação apresentada pelo Governo e que mais uma vez foi muito bem explicada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Hoje não!

O Orador: Novamente voltou a esta Assembleia essa proposta, tendo sido então indeferida a sua admissibilidade, porque, enfim, tratava-se da mesma proposta e numa mesma sessão legislativa.

Agora cá estamos novamente com essa proposta, que de acordo com o PCP, tem alguns pressupostos. Pressupõe que as medidas da austeridade tomadas a nível nacional têm reflexos nos Açores, nos açorianos e na vida regional. É evidente que tem, também os tem na vida nacional, como é óbvio.

O corte dos subsídios foi uma injustiça e tem como novidade...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas concorda, Sr. Deputado. Não concorda?

O Orador: ... (essa sim, é uma novidade) o Tribunal de Contas ter declarado a inconstitucionalidade conforme obrigatório geral por violação do princípio da igualdade. Esqueceu-se contudo de referir que estamos no ano económico de 2013 e que, tal como referiu o Sr. Vice-Presidente, está a fazer propostas que

têm implicações e têm a ver com o ano fiscal de 2012, portanto, desse ponto de vista a proposta é totalmente descabida de sentido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, mais um bocadinho de garra!

O Orador: Esqueceu-se ainda de referir também que o número 1, do artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2012 já nessa altura impunha a sua aplicabilidade à Região de forma imperativa, portanto, esta não é nenhuma novidade,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já vinha de agosto!

O Orador: ...é só ler as normas do Orçamento de Estado.

A Região fez aquilo que lhe foi possível, o que estava ao seu alcance, que foi compensar os trabalhadores cujas remunerações totais ilíquidas mensais se situassem entre os 1.500 e os 2.000 € e, enfim, implementou um conjunto transversal de medidas de apoio às populações que,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é outra questão!

O Orador: ...não compensando esta perda destes subsídios, nos vieram, dentro dos limites daquilo que são as possibilidades da Região, sobremaneira atenuar. Portanto, esta proposta, tal como refere o relatório da comissão, é uma proposta com um destino traçado e obviamente é uma proposta que terá a votação contra dos Deputados do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não acredito! Vão votar contra?!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Não ouviu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado Lizuarte Machado, apenas lembrar-lhe o seguinte. Exatamente para ultrapassar a norma imperativa do Orçamento de Estado é que se propõe aqui a criação, não do pagamento do 13.º e 14.º mês,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...de um apoio extraordinário. Portanto, Sr. Deputado, aquilo que o PCP propõe não é o pagamento do subsídio de férias e do subsídio de Natal,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...é a criação de um apoio extraordinário, tal como a remuneração compensatória ou outras compensações regionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: É isso que o PCP está aqui a propor e é isso que o Partido Socialista está a recusar. É isso, Sr. Deputado!

É a utilização das competências autonómicas para compensar os desmandos do Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso, Aníbal! Muito bem!

O Orador: É a utilização da nossa autonomia e é isso que Vs. Exas. não querem fazer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, que a intervenção de bancada do Partido Socialista, demonstraram claramente que o Partido Socialista e o Governo Regional têm em relação a esta matéria uma duplicidade absolutamente inconcebível do ponto de vista político.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, vamos fazer-lhe um desenho!

O Orador: E a duplicidade do ponto de vista político é esta: é que o vosso discurso de defesa da autonomia, o vosso discurso de defesa dos direitos dos trabalhadores, na prática, é negado quando os senhores têm a oportunidade de proceder de forma diferente e de fazer justiça nesta matéria e de cumprir aliás a legalidade e, portanto, o que acontece aqui é evidentemente uma duplicidade tremenda.

O que é que o Governo Regional faz nesta matéria? Algo absolutamente claro, que é remete as culpas para o Governo da República sobre uma matéria que é da exclusiva competência do Governo Regional, remete as culpas para o

Governo da República e entretanto fica com o dinheiro das pessoas e dos trabalhadores açorianos, entretanto fica com esse dinheiro. A questão é tão simples como essa. Portanto, é muito fácil fazer este tipo de políticas, que é a culpa não é nossa, nós até não estamos de acordo, mas entretanto metemos o dinheiro ao bolso. É isto que está a ser feito, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Esta é que é a questão! E o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional não consegue sair deste dilema, não consegue sair desta duplicidade que está a utilizar em relação a esta matéria.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Prescindo.

Presidente: Então dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um Governo e um debate sobre estas matérias importa necessariamente que assente em princípios de rigor, em princípios de credibilidade e em princípios de respeito total pelas pessoas e pelos destinatários destas medidas e não vale a pena entrar em conversas fáceis de populismo, porque para o Governo dos Açores a questão é muito clara.

Nós mantemos exatamente a posição sobre esta matéria que com toda a transparência e com todo o rigor dissemos aos açorianos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não senhor!

O Orador: ...aquando do debate do Orçamento da Região para 2012.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na campanha eleitoral!

O Orador: Nós não temos uma posição antes das eleições e uma posição depois das eleições. Nós não somos aqueles que anunciamos uma semana antes das eleições que os Srs. Deputados vão votar contra o Orçamento de Estado,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...para na semana a seguir das eleições passarem a votar a favor sem ser alterada nenhuma medida a favor dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Nós o que dissemos antes, dissemos depois, e sobre esta medida fomos muito claros e muito objetivos, explicámos exatamente em sede própria, no Orçamento da Região para 2012, as nossas opções e o seu enquadramento em novembro e em dezembro de 2011.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A bancada do PS não vai reagir a isso?!

O Orador: Portanto, esta é a matéria clara. Os açorianos conhecem a nossa posição e tivemos uma posição muito clara antes das eleições e é exatamente a mesma posição ao milímetro que temos agora.

O que entretanto mudou no cenário para 2013 foi algo que, isso sim, foi substancialmente diferente. Importa dizer que o Governo da República, com os votos favoráveis do PSD e do PP,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS-PP!

O Orador: ...aprovou uma norma que disse claramente que parte das receitas próprias da Região, que constitucionalmente são nossas, passaram a ser receitas do Estado e aquilo que era a responsabilidade do Estado sobre esta matéria para manter foi substancialmente aumentada a sua taxa em sede da Caixa Geral de Aposentações.

E mais! E que (é bom lembrar também) para o atual Governo da República os doentes açorianos, a partir de 1 de janeiro de 2013, passam a ser considerados como estrangeiros e o Serviço Nacional de Saúde não se aplica quando necessário aos doentes açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga àquele para pagar ao hospital de Ponta Delgada!

O Orador: É esta, efetivamente, a realidade que se alterou em relação a este ano.

E sobre, Sr. Deputado Aníbal Pires, a matéria de execução orçamental, com todo o respeito que tenho por si, não seja populista,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Populismo é ao que estamos a assistir!

O Orador: ...não seja demagógico, porque os dados que citou de novembro do relatório de execução (dados que não são do Governo Regional, são do Ministério das Finanças), o que corresponderá no final do ano, é que os Açores irão cumprir sem desvios e derrapagens o seu orçamento para 2012, ou seja, o que este relatório diz muito concretamente é que aquilo que nós dissemos que íamos fazer nesta casa quando aprovámos (e as opções que tivemos) o orçamento de 2012 são aquelas exatamente que vamos cumprir. Não temos nem mais um cêntimo para fazer mais do que aquilo com que nos comprometemos. O que esse relatório diz muito claramente é que as metas orçamentais para 2012 vão ser cumpridas.

Não utilize de forma demagógica instrumentos do Governo da República para tirar conclusões diferentes daquelas que na sua conclusão tem. Isto não contribui, com todo o respeito, para resolver o problema das preocupações que tem e que o Governo Regional partilha.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É preferível não usarem os números do GaCS!

O Orador: Não é dessa forma, não é com essa abordagem...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não podem!

O Orador: ...e não é com essa falta de rigor que se consegue resolver um problema que é grave, que é dos açorianos e que em sede de orçamento regional de 2012 apresentámos e foram votadas por maioria nesta casa as nossas propostas que cumprimos integralmente durante o ano de 2012, como também aquando da discussão do Orçamento de 2013 apresentaremos, nesta casa, aquilo que são as nossas propostas sobre a afetação dos recursos públicos e sobre as prioridades para 2013.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não podem!

O Orador: Introduzir aqui a meio destes dois processos um debate que já é tardio em relação ao Orçamento de 2012 e que é uma antecipação daquilo que só será discutido no orçamento de 2013, a partir do mês do março,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

Deputado João Costa (PSD): Isso é campanha para as autárquicas!

O Orador: ...é um ato de pura demagogia que não procura resolver o problema em que assentam as suas preocupações, mas apenas procura tirar sem afã qualquer dividendo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos ter campanha para as autárquicas!

O Orador: ...desse populismo e dessa utilização de instrumentos que foram debatidos no momento certo no orçamento de 2012 e que teremos a oportunidade de debatê-los novamente no momento certo que é na discussão do Plano e Orçamento para 2013 e aí estaremos novamente para justificar as nossas opções, para partilhar convosco as nossas prioridades e com certeza, como fizemos no passado, para encontrar as soluções mais consensuais possíveis.

O que podemos dizer neste momento é que, tal como dissemos em outubro do ano de 2011, aquilo que foram as nossas projeções orçamentais para 2012, foi aquilo que nós fizemos, foi aquilo que nós cumprimos com rigor e sem qualquer derrapagem ou desvio, mas sem qualquer recurso adicional para fazer face àquilo que estava definido e que foi concretizado ao longo do ano de 2012. No âmbito do debate do Plano e Orçamento para 2013 estaremos aqui para voltar a debater essas matérias e para, com certeza, encontrar em conjunto as melhores soluções para os Açores e para os açorianos, porque a preocupação que o Sr. Deputado tem é a mesma preocupação que nós temos.

Deputados Aníbal Pires (PCP) e Artur Lima (CDS-PP): Então aprovem!

O Orador: E aquilo nos une sobre estas matérias é substancialmente superior àquilo que nos separa, a bem dos Açores e a bem dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, o senhor não respondeu à pergunta do PSD, mas presumo que este Governo quer cumprir aquilo que assinou.

Deputado Berto Messias (PS): Eu achava que o PSD ia pedir desculpas por ter cortado os subsídios de férias e de Natal!

O Orador: Até para que sejamos respeitados também temos que ser solidários, mas o que está aqui em causa não é a formalidade de ser 2012 ou 2013, Sr. Vice-Presidente.

O que está em causa, em primeiro lugar, é a norma do Memorando que o senhor assinou, e em segundo, é a falta de capacidade financeira para poder fazer isso,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...porque se assim não fosse a linha de pensamento seria a mesma que foi em relação à remuneração compensatória.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Devia pedir desculpas por terem cortado os subsídios de férias e de Natal!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, julgo que os dados do Ministério das Finanças, os dados que foram publicados sobre a execução orçamental, são fornecidos pela Região, portanto, fiáveis.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Gaspar inventou aquilo!

O Orador: São fiáveis, são fornecidos pela Região, ou será que lá no Ministério das Finanças inventam isto?

É porque se é verdade que Vs. Exas. irão cumprir as metas orçamentais para 2012, a verdade é que as vossas previsões são completamente erradas, quer do nível da receita, quer do nível da despesa. Está tudo no negativo com algumas exceções. Está tudo no negativo.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, sim senhor, até vamos chegar ao fim do ano numa posição equilibrada, mas as previsões falharam redondamente e, Sr. Vice-Presidente, lembro-me perfeitamente de o ter alertado para o facto de que a previsão da receita que Vs. Exas. propunham ao nível do Orçamento para 2012 iria falhar, porque o consumo iria baixar, porque os rendimentos do trabalho iriam baixar, logo, a receita fiscal iria diminuir.

Não posso deixar de comentar a intervenção da bancada do PSD, por intermédio do Sr. Deputado Bruno Belo, que querendo justificar a posição da bancada do PSD relativamente a esta matéria, se escuda atirando para o Governo Regional o cumprimento do compromisso consagrado no Memorando de Entendimento.

Portanto, julgo que (e é exigível também face à dimensão exagerada que esse Grupo Parlamentar tem)...

Deputado Luís Maurício (PSD): Respeite a democracia!

O Orador: ... seria expetável por parte do povo açoriano que, relativamente a esta matéria, Vs. Exas. não se escudassem no Memorando que foi assinado pelo Governo Regional e pelo Governo da República para justificar a vossa posição. Depois, Sr. Vice-Presidente, não há aqui nenhum populismo, nem nenhuma demagogia por parte desta iniciativa do PCP. Trata-se aqui de repor o direito e a justiça, Sr. Vice-Presidente, e isso não pode ser confundido e permita que lhe diga que não admito que classifique esta iniciativa do PCP como populista e demagógica, porque ela é tudo menos isso. É de direito e de justiça.

V. Exa. pode encontrar todos os outros argumentos (e aliás há pouco falou na seriedade e no rigor), mas acusar a Representação Parlamentar do PCP e o Deputado do PCP de ser populista e demagógico com esta proposta, isso não.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é com a proposta. É com o *timing*!

O Orador: É uma questão de direito e é uma questão de justiça e é também uma medida de apoio à economia regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não tenho mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado, só para clarificar uma coisa.

Quando me referi ao populismo e à demagogia da sua proposta, estava a referir-me (evidentemente não a devia adjetivar nesta fase em relação ao seu conteúdo) ao *timing* em que a coloca.

Tendo em conta que se trata de uma proposta, que do ponto de vista prático, implica uma afetação de recursos com expressão orçamental, nós consideramos é que a mesma necessariamente deve...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A entrada em vigor!

O Orador: ...e tem de ser debatida no seu enquadramento global que é no orçamento, no âmbito do debate do orçamento para 2013, e é nesse contexto que inclusivamente há um processo que refere que...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Entrada em vigor...

O Orador: Está bem.

...o seu enquadramento necessariamente deve ser...

Só queria clarificar isso. Quando me referi não era ao conteúdo. Acho uma posição legítima do PCP. O entendimento que tem sobre a afetação de recursos públicos será aquilo que o PCP entender que tem, são as suas opções. Agora o que referi nesta matéria, para clarificar, é em relação ao *timing*, ou seja, não fazer esse debate em sede do primeiro momento onde é feito o debate sobre a afetação de recursos, que é no debate do orçamento da Região, e ter antecipado isso sem que o mesmo possa ter, Sr. Deputado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Então é só por causa disso que votam contra!

O Orador: ...aplicabilidade prática, sem a aprovação do orçamento da Região. É no orçamento da Região, com a visão global dos recursos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já é uma coisa diferente do que o senhor estava a dizer.

O Orador: ...e das despesas, que o mesmo deve ser feito, enquadrado e devidamente debatido.

Foi isso que estava a referir.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então vão repor no momento próprio?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Continuamos ansiosos à espera da resposta do Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nem sei qual é!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É sobre a aplicabilidade do Memorando!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós queríamos aqui, de uma forma muito clara, reafirmar que para nós a autonomia, sendo um instrumento político da maior importância...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não parece!

O Orador: ...para nós termos soluções diferentes, soluções melhores, não é uma armadura dourada contra tudo e contra todos. Defender a autonomia para nós é, entre outras coisas, não seguirmos o exemplo da outra Região Autónoma que pura e simplesmente entrou num caminho de completo descrédito e de completa falência.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Fuga para aqui, fuga para ali! Daqui a bocado chama o Batista da Silva!

O que interessa é fugir da questão!

O Orador: Nós estamos a falar daqui e o Grupo Parlamentar do PS quer deixar muito clara a forma como o Sr. Vice-Presidente esclareceu esta câmara naquilo que para nós é uma elementar prudência que nos obriga a enquadrar estas propostas.

Permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Aníbal Pires, que reconhecemos um contributo importante e um papel muito importante político ao PCP nos Açores, mas nós nunca precisámos do PCP para termos medidas de discriminação e medidas de apoio...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... aos açorianos.

O Partido Socialista tem este património e,...

Deputado João Costa (PSD): Têm esse património e o Governo da República tem outro!

O Orador: ...portanto, para nós os princípios de prudência na abordagem destas questões orçamentais, princípios de rigor na gestão orçamental, são fundamentais para continuarmos a ter uma situação financeira que é reconhecida pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e até pelo FMI (imaginem!)...

Deputada Berta Cabral (PSD): E o Tribunal de Contas!

O Orador: ...como uma Região com contas estabilizadas e com contas em ordem.

Agora, nós temos não só que reafirmar, ao contrário do que se tentou aqui ignorar, que a defesa da autonomia também se faz por uma gestão rigorosa, criteriosa,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ...recorrendo à prudência orçamental e que, obviamente, nos exige, em certos momentos, uma ponderação exigente e difícil e a termos de tomar decisões que sabemos que não são as mais agradáveis.

Mas o PS tem a coragem de fazer isso. Não só fazemos, como explicamos estas questões aos açorianos e os açorianos compreendem, como compreendem também que parte das dificuldades que o Sr. Vice-Presidente aqui muito bem

explicou ao nível das finanças públicas também decorrem de impactos negativos das políticas erradas do Governo da República que está a asfixiar o país e a desgraçar as regiões.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Esta é que é também a verdade e, portanto, isto significa que estas matérias têm que ser vistas com uma enorme amplitude. É também aqui o momento, neste debate, para reafirmarmos que, apesar de todas essas dificuldades que foram aqui bem explicadas, apesar de um Governo da República insensível aos Açores e que está a matar da cura o país, mesmo assim, mesmo com todas essas dificuldades, mesmo com todos esses constrangimentos, o PS e o Governo Regional têm tido a capacidade de desenvolver políticas anti cíclicas. Nós continuamos a ter níveis de fiscalidade, quer sobre o rendimento dos trabalhadores, quer sobre o consumo, inferiores àquilo que se passa no continente e àquilo que se passa nos Açores.

Por que é que temos isso?

Porque nós fomos prudentes na gestão das nossas contas públicas, tivemos margem de manobra para fazer isso e os Açores estão a ter um esforço para manter altos níveis de investimento público. Conseguimos fazer isso ao contrário do que está a acontecer na Madeira, que nem tem orçamento para pagar as suas dívidas, e ao contrário do que está a acontecer no continente, onde pura e simplesmente o investimento público colapsou.

Por que é que é possível fazer isso nos Açores?

Porque nós gerimos bem as finanças públicas, fomos prudentes na nossa gestão orçamental e tivemos margem de manobra para ter essas políticas que também têm um grande impacto ao nível do rendimento das famílias e ao nível do emprego.

Portanto, estas é que são as questões e fomos nós que conseguimos manter com uma gestão rigorosa e criteriosa,...

Deputado João Costa (PSD): Se não fosse o senhor a dizer, ninguém acreditava!

O Orador: ...que muitas vezes nos obriga a tomar medidas difíceis, que conseguimos preservar isso.

Eu queria também aqui dizer aos Srs. Deputados do PSD que insistem muito numa pergunta e é bom que fique muito claro. Não sei se os senhores querem reabrir o debate sobre um acordo (não foi um memorando Sr. Deputado, se me permite, foi um acordo) que se impunha, um acordo que era inadiável com a República, que foi estabelecido em agosto.

Este debate já foi feito, este debate foi feito em setembro. Os senhores se quiserem reabrir esse debate nós estamos aqui para isso, agora deixe-me que lhe diga, isto foi dito aqui, neste Parlamento, (o senhor certamente seguiu essas declarações) pelo ex-Presidente do Governo Regional e por esta bancada do Grupo Parlamentar, que nós entendemos que esse acordo assinado em agosto foi uma vitória para os Açores...

Deputado João Costa (PSD): Então vote a favor!

(Risos de alguns Deputados da Câmara)

O Orador: ...e foi um acordo que permitiu, ao contrário da interpretação que o senhor está a fazer, manter benefícios sociais muito importantes ao nível do Complemento de Pensão, do Complemento de Abono de Família, ao nível da Remuneração Complementar e ao nível da Remuneração Compensatória dos funcionários públicos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E das cirurgias no hospital!

O Orador: ...e isso esteve em cima da mesa, houve a capacidade de preservar estas boas soluções que a autonomia tinha adotado.

Por que é que nós conseguimos isso na altura?

Porque nós conseguimos gerir bem as nossas finanças, recorrendo criteriosamente à prudência e à boa gestão para conseguirmos ter o orçamento que tivemos, com os resultados que também conhecem.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe, o único que conheço é o cancelamento das cirurgias no hospital de Ponta Delgada!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, custa-me a perceber que tipo de socialismo é que está aí nessa bancada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Aquilo que o senhor acabou de reafirmar e de dizer dessa bancada não é de um partido que se arroga da partilha, da interajuda e de ajudar aqueles que estão mais fragilizados e que mais precisam.

Deputado José San-Bento (PS): Homessa!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem! O senhor quer inscrever-se no PCP?!

O Orador: Socialismo desse acho que ninguém precisa e não foi esse socialismo que há 3 meses foi vendido pelos senhores na campanha.

Falando em campanha, que os senhores aqui chamaram ao debate, é bem diferente aquilo que os senhores estão hoje a fazer aqui, do que fizeram em outubro passado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

O Orador: E disso nenhum açoriano que esteja a acompanhar este debate tem dúvidas, mesmo se calhar muitos daqueles que se arrogam socialistas lá fora.

Vejamos! Primeiro o senhor vem aqui (e falando em demagogia que tanto falaram os senhores e também daí falaram) dizer (e acabou de frisar) que é um acordo.

Os senhores têm vergonha de dizer que assinaram um memorando.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é um acordo! É um memorando!

O Orador: O que diz aquilo que os senhores assinaram é “Memorando de Entendimento entre o Governo da República português e o Governo da Região Autónoma dos Açores.”

Não é um acordo, é um memorando!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é um acordo, é um memorando! Os senhores não sabem o que está lá escrito!

O Orador: É isso que aqui está e os senhores fogem a isso, porque memorando entre os Açores e a República pode confundir-se com Memorando da Troika do qual os senhores querem fugir,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Claro!

O Orador: ...o mesmo Memorando da Troika proposto pelo Partido Socialista da República, que é preciso que se diga.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É vergonhoso!

O Orador: E depois, Sr. Deputado, é preciso dizer-se o seguinte.

O CDS-PP, nesta casa, votou a favor de uma proposta do Partido Socialista para a Remuneração Compensatória.

Qual é a diferença da proposta hoje apresentada aqui pelo PCP da vossa proposta da Remuneração Compensatória?

Sabe qual é a diferença? É o memorando que os senhores assinaram.

Sabe porquê? Porque o ponto 7 desse memorando diz uma coisa tão simples quanto esta e vou citá-lo: “Durante a vigência do presente memorando o Governo Regional dos Açores compromete-se a aplicar na Região Autónoma dos Açores todas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Todas!

O Orador: ...as medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não leias mais. Chega!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não leias mais, porque o resto não dá jeito!

O Orador: Estamos entendidos, Sr. Deputado.

Portanto, a diferença...

Deputado Francisco César (PS): Leia o resto!

Deputado Domingos Cunha (PS): Leia mais, Sr. Deputado!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não leia mais!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Luís Silveira está no uso da palavra. Faça favor de continuar.

O Orador: ...é tão e somente esta. Sabem o que é: é que este memorando é a verdade verdadeira da nossa situação, da nossa Região.

Portanto, o grande problema dos senhores é esse documento que os senhores assinaram e que até o princípio de assumirem que é um memorando custa-vos a fazer, dizendo que é um acordo. É esse o grande problema, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso é uma coisa extraordinária!

O Orador: ...e, portanto, socialismo desse certamente os açorianos não precisam.

Muito obrigado.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é o que se chama uma tarefa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se há uma característica que este Governo tem é de dizer uma coisa antes das eleições e dizer o mesmo logo a seguir às eleições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Não fomos nós que no dia 1 de abril de 2011 dissemos, perante o país, que não retirávamos o subsídio de férias, nem subsídio de Natal.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Quem disse isso foi a mesma pessoa que os senhores aplaudiram domingo passado em Ponta Delgada. É essa a grande diferença deste Governo Regional,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E mais!

...que aquilo que diz antes das eleições é aquilo que cumpre depois.

Evidentemente que nós gostaríamos de fazer muito mais. Nós gostaríamos de ter muito mais capacidade para apoiar as empresas e as famílias açorianas. Nós gostaríamos de ter muito mais capacidade para apoiar as pessoas que estão em desemprego.

Nós teríamos mais capacidade se não nos tivessem tirado a sobretaxa do IRS. Nós teríamos mais capacidade se não tivessem aumentado a nossa contribuição para a Caixa Geral de Aposentações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Demagogia!

O Orador: Nós teríamos mais capacidade se não nos obrigassem a pagar os doentes dos Açores em Lisboa como o PSD e o PP votaram na Assembleia da República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Teríamos mais capacidade!

Agora uma coisa é certa: com os recursos que temos, com a capacidade que temos, aquilo que dissemos que íamos fazer antes das eleições é exatamente aquilo que vamos fazer, que estamos a fazer e que iremos fazer. E a tudo aquilo que se colocar obstáculos perante a nossa capacidade de com os nossos recursos e com a nossa autonomia poder fazer aquilo que prometemos e que vamos cumprir aos açorianos, terão no Governo Regional uma grande luta, uma grande frente para evitar que nos tirem aquilo que é nosso para podermos dar aos açorianos aquilo que é deles.

Deputados Domingos Cunha e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: É essa a grande diferença entre o Governo e aquilo que os senhores propõem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Segundo aspeto fundamental. O Memorando de Entendimento entre o Governo Regional e o Governo República foi devidamente discutido, debatido,...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Onde?

O Orador: ...assumido por pronta frontalidade pelo Partido Socialista...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde?

O Orador: ...e foi esse mesmo documento que os açorianos opinaram e votaram durante as eleições.

Portanto, também sobre esta matéria o que nós dissemos antes das eleições é exatamente aquilo que dizemos hoje.

O tempo tem dado e o tempo continuará a dar razão àquilo que nós dissemos, porque aquilo que está é exatamente aquilo que nós assumimos, aquilo que os açorianos conheciam e aquilo que os açorianos, através do seu voto, também validaram.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: E neste contexto, como dissemos na altura e dizemos agora, a nossa estrutura de apoios complementares que existia vamos mantê-la. Vamos manter os apoios sociais, vamos manter a Remuneração Complementar, vamos manter a Remuneração Compensatória,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...vamos manter o Complemento Regional ao Abono de Família, vamos manter o Complemento Regional de idosos, vamos manter o Complemento Regional de apoio aos medicamentos como nos comprometemos na campanha e como vamos fazer.

Deputado João Costa (PSD): Convém que reforcem!

O Orador: Tudo faremos para ter o máximo de recursos para apoiar os açorianos e é isto, neste momento, com toda a serenidade, aquilo que nos deve

unir. Aquilo que é mais importante neste momento, decisivo para a nossa autonomia, é todos juntos lutarmos para termos o máximo de recursos disponíveis, que são nossos, para depois podermos distribuir.

Deputado João Costa (PSD): Já está a dizer uma coisa diferente daquilo que disse na campanha!

O Orador: No momento em que isto está a ser debatido, criar divisões internas dentro da Região, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...criar situações de conflitualidade dentro da Região, dividindo os açorianos, não é defender os Açores, é enfraquecer os Açores. Perante esta tentativa de enfraquecer os Açores nós respondemos que não é por aí. Neste momento o caminho é unirmo-nos naquilo que é mais forte e que nos deve unir e então depois discutir aquilo que nos separa no momento certo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Quando atacam a Região devemo-nos unir para depois podermos enfrentar os nossos inimigos externos, para depois discutirmos as nossas divergências internas.

É isso que defende o interesse dos Açores, é isso que é defender os açorianos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Mas isso já não faz parte do debate!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, eu ouvi e gostei muito de ouvir o que o Sr. Deputado Luís Silveira aqui citou da norma número 7. O que ele citou é muito importante, mas o que ele não citou acho que ainda é mais importante, que é “que respeitem direta ou indiretamente quaisquer remunerações dos

trabalhadores da função pública, bem como aos demais trabalhadores do setor público empresarial, comprometendo-se ainda a não aplicar medidas compensatórias que visem aumentar os níveis de despesa projetada em resultado dessas medidas.”

Deputada Berta Cabral (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Projetada quando?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora! Oh Bruno, lê lá isso para ouvirem bem!

O Orador: Repare! Quem propôs e quem assinou o senhor sabe quem foi. Vou dizer.

Deputado José San-Bento (PS): Não precisa dizer!

Deputado Francisco César (PS): Quem foi?

O Orador: Mas atenção, Sr. Vice-Presidente, o senhor tinha mais capacidade se não tivesse proposto isso. O senhor tinha muita mais capacidade se não tivesse proposto isso.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Costa (PSD): Isso é que é!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo fim, Sr. Deputado Bruno Belo, a leitura que o senhor faz é uma leitura que, do nosso ponto de vista, não tem em conta os grandes ganhos e aquilo que foi assegurado, garantido, mantido,...

Deputado João Costa (PSD): 185 milhões!

O Orador: ...são medidas muito importantes e que nós já aqui fizemos este debate.

Quero reiterar o que está aqui em causa e que também não deve ser confundido, que é sobretudo nós também termos, de alguma forma, a capacidade de influenciar um Governo da República a ter que seguir outro caminho e outras políticas. Essa é que é neste momento a questão essencial no que diz respeito em geral às finanças públicas em Portugal, e também no caso, das regiões autónomas.

Outras questões e outras considerações já fiz na minha primeira intervenção em relação quer à componente das receitas, quer em relação a um conjunto de cuidados que nós devemos ter na nossa gestão.

Quanto ao Sr. Deputado Luís Silveira, numa outra interpelação que me foi feita, queria dizer-lhe que o senhor tentou introduzir aqui uma questão de natureza ideológica que não vou responder. A nossa obra fala por si.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Eu não tenho tempo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): “A nossa obra!”

Deputado Francisco César (PS): Nossa, dos açorianos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gostei de ouvir!

O Orador: Basta recordar o que foi a última discussão orçamental para se perceber o cuidado com que o Partido Socialista tem atendido precisamente a quem está a ter e a viver maiores dificuldades. Acho completamente descabida essa referência que fez.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gostei do termo!

O Orador: Agora há um esforço que o senhor faz sempre (e isso também reconheço), que é este grande esforço que faz para fingir que nada tem a ver com o Governo que neste momento desgoverna o país. Os senhores fazem parte deste Governo e, portanto, têm de assumir as suas responsabilidades e queria que ficasse muito claro que estas ...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sou deputado regional!

O Orador: Com certeza, mas não deixa de ser, no plano político, o mesmo partido e,...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Ah bocadinho o senhor dizia “PS/Açores”!

O Orador: ...portanto, é perfeitamente razoável a dedução que está aqui a ser feita.

Queria deixar muito claro e voltar a reafirmar, Sr. Deputado, ...

(Aparte inaudível do Deputado Luís Silveira)

O Orador: Se prestar alguma atenção!

...que quando se fala de algumas das medidas e quando é feito um apuramento de responsabilidades é bom que se perceba então do que nós estamos a falar.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Não fomos nós que ganhámos eleições dizendo uma coisa antes e fazendo outra depois, como aliás muito bem salientou o Sr. Vice-Presidente. Não fomos nós que dissemos que não era possível pedir mais sacrifícios às pessoas e a primeira coisa que fizeram quando assumiram o poder foi precisamente pedir muito mais sacrifício às pessoas.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, falam no memorando, mas não estava no acordo que o PS assinou um imposto que levou metade do subsídio de Natal de 2011; não estava no memorando que o PS assinou eliminar o 13.º e o 14.º mês dos funcionários públicos e pensionistas;...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ...não estava no memorando que o PS assinou aumentar a taxa máxima de IVA da energia e da restauração;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a diferenciação fiscal?

O Orador: ...não estava no memorando que o PS assinou aumentar para o dobro as taxas moderadoras da saúde e também não estava nesse memorando que o PS assinou o agravamento de taxas e de custos de serviços públicos que estão a tornar o país um país mais desigual, mais injusto e no fim disso tudo os portugueses, que tiveram imensas dificuldades, colaboraram com o Governo, mas o Governo falhou e hoje o país está numa situação ainda pior, com uma dívida maior...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores introduziram taxas nos Açores pela primeira vez!

O Orador: ...e com um défice que continua a ser preocupante.

Portanto, as vossas soluções não funcionam. Os senhores assumam as vossas responsabilidades, porque nós já percebemos que os senhores não fazem parte de nenhuma solução. Os senhores são hoje o problema do país.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, poderemos eventualmente ser o problema do país, agora o que me entristece, como açoriano, é que os senhores são o problema dos Açores e não resolvem o problema dos Açores e o senhor tenta vir aqui dizer que o país está nessa situação, mas o senhor não pode apagar a história, nem pode sequer reescreve-la. Quem assinou o memorando, quem procurou o FMI, quem procurou a Troika, quem pediu foram os senhores que deixaram o país na miséria e à beira da bancarrota.

Deputado Francisco César (PS): Por causa dos senhores que traíram o país!

Deputado João Costa (PSD): “Por causa dos senhores”!

(Risos do Deputado João Costa)

Deputado Francisco César (PS): Quem é que não aprovou o PEC IV? Os senhores disseram que aprovavam e depois não aprovaram!

O Orador: Foram os senhores!

E mais! No memorando...

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: ... está escrito o aumento das taxas moderadoras que os senhores propuseram e assinaram.

Deputado José San-Bento (PS): Como é que o senhor diz isso?

O Orador: Mas o mais grave não é o da República! O mais grave foi os senhores introduzirem pela primeira vez, não sendo obrigados a isso, taxas moderadoras nos Açores. Não eram obrigados a fazê-lo e, portanto, os senhores foram contra a autonomia e foram introduzir taxas moderadoras na saúde sem terem necessidade de o fazer. Tentaram introduzir taxas moderadoras e não me preocupa Sr. Deputado o que se passa nessa matéria na República. Preocupa-me aqui e preocupa-me um hospital que não faz cirurgias por falta de dinheiro e pagamento a fornecedores.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, o que é que isto tem a ver com o debate que estamos a ter?

O Orador: Isso é que me preocupa, Sr. Deputado José San-Bento. Como (há de me fazer a justiça de reconhecer) relativamente...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Quem falou em taxas moderadoras foi aquele senhor!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, a excelsa direção da bancada do Partido Socialista já percebi que não está interessada, mas o Sr. Deputado José San-Bento naturalmente estará.

Os senhores é que se arrogam de terem um saldo positivo e quem disse que os Açores tinham 57 milhões de euros de saldo positivo não foi o Ministério das Finanças, foi o GaCS, o gabinete de anúncios do Governo Regional, que custa uma fortuna à Região, em que está aqui escrito: “57 milhões”.

E sobre o Serviço Regional de Saúde, Sr. Deputado, era o governo socialista Governo da República e eu denunciei aqui, nesta casa, que nem as receitas (está aqui quem se lembra disso, tratou do assunto e exigiu lá fora que fosse tratado,

na altura o Sr. Secretário Domingos Cunha) dos médicos dos Açores eram aceites no continente. Nessa altura tratou-se disso e nessa altura, Sr. Deputado, não ouvi essa bancada a criticar a dívida da saúde e a cobrança e o Sr. Deputado para ser honesto vai dizer desde quando vem essa dívida. Desde quando, de que ano é que essa dívida vem para com a República? Há quantos anos essa dívida existe? Desde quando é que os senhores a reivindicam perante o Governo da República?

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, o Serviço Regional de Saúde é uma proposta do PCP?

O Orador: Passaram a reivindicá-la quando mudou de Governo, porque nunca ao camarada Sócrates e ao camarada Teixeira dos Santos os senhores reivindicaram um tostão dessa dívida.

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Nós sempre o fizemos e continuamos a fazê-lo. Os açorianos não têm que pagar nada do Serviço Regional de Saúde.

Sr. Deputado Berto Messias, quem introduziu e falou da saúde aqui foi o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Berto Messias (PS): Foi em aparte regimental! Nem sequer fica bem em termos regimentais!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, agora os senhores dizem o que querem, ouvem o que não querem. É assim.

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar no debate sobre a proposta em apreço.

O Orador: Não foi em aparte regimental, foi na intervenção do Sr. Vice-Presidente e do Sr. Deputado José San-Bento.

Isso incomoda-o, eu compreendo!

Deputado Berto Messias (PS): Não incomoda nada!

O Orador: Agora o vosso comportamento devia ser o mesmo, porque nós continuamos a achar que os Açores não devem pagar um tostão dos tratamentos

dos açorianos feitos na República, como achávamos em 2007, em 2008, em 2009, em 2010.

Deputado Berto Messias (PS): Eu não disse o contrário!

O Orador: Os senhores agora é que acham, mas antes não achavam.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: E as taxas moderadoras foram os senhores que as introduziram nos Açores, tiveram essa primazia e aumentaram relativamente às análises clínicas. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, respondendo ao Sr. Deputado Bruno Belo.

Sim, Sr. Deputado, é o Memorando de Entendimento que o Governo Regional...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah! Chama-se memorando!

O Orador: ...assinou com o Governo da República que assegura que nos Açores continuará a haver Remuneração Compensatória; é o memorando que assegura que nos Açores continuará a haver Remuneração Complementar; é o memorando que assegura que nos Açores continuará a haver Complemento Regional ao Abono de Família; é o memorando que assegura que nos Açores continuará a haver complemento e apoio para os medicamentos dos idosos.

É sim, Sr. Deputado! É o memorando que assinámos que dá esse direito aos Açores, é o memorando que assinámos que dá esse direito aos açorianos ao contrário do que os senhores tentaram fazer passar antes das eleições. Primeira questão.

Segunda questão que eu penso e reafirmo aqui este apelo.

Não é o momento de se discutir se a responsabilidade é mais um pouco de há 4 governos da República, há 3 ou 2 ou 1. Não é este o momento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, não! Não vos dá jeito!

O Orador: Não é este o momento, porque o momento é de nos unirmos para defender o que está em causa neste momento que é a defesa dos Açores e dos açorianos. Cada vez, cada momento em que introduzirmos a questão se a responsabilidade é mais do ministro da saúde de há 20 anos, se é do ministro da saúde de há 15 anos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que disseram!

O Orador: ...nós estamos a dar argumentos para fragilizar a nossa posição. Por isso aquilo que é essencial neste momento são duas questões essenciais: primeira, unirmo-nos dentro da Região, salientarmos aquilo que nos une e não aquilo que nos separa, definir hoje numa voz única aquilo que é a posição comum para podermos ter as condições para amanhã podermos discutir as nossas diversidades, porque se hoje fragilizarmos a nossa posição comum, amanhã não teremos condições para debater os recursos a distribuir em função das nossas diversidades.

É isso que exige o interesse dos Açores, é isso que exige o interesse dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não ia voltar a intervir nesta matéria, porque parti do princípio que na minha primeira intervenção tinha dito tudo, exatamente aquilo que o Bloco de Esquerda queria dizer, mas intervenções outras que se vêm sucedendo obrigam-me a fazer no mínimo dois comentários.

Primeiro comentário. Neste esgrimir, no fundo, de argumentos entre o Governo Regional e o Partido Socialista que o suporta e os partidos que suportam o Governo da República...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem suporta o Governo da República é o CDS nacional!

A Oradora: ...foi aqui dito, inclusive pelo Sr. Deputado Artur Lima, no caso, mas isto tem sido repetido até à exaustão da parte do PSD e do CDS, quer nos Açores, quer na República, que quem assinou o tal do memorando, do maldito memorando com a Troika, foi o Partido Socialista. E foi! Não há a mínima dúvida. Chamou o FMI, chamou o resgate e assinou o Memorando da Troika.

Mas cuidado, açorianos e açorianas, porque a memória é curta e vale a pena recordar quem é que veio logo a seguir para ficar na fotografia, quem é que veio logo a seguir para tirar fotografias de telemóvel para dizer:...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

A Oradora: ...“Oh, oh! Eu também assinei, eu também concordei. Mais! Eu negocieei até à exaustão para que este memorando e este acordo fosse o menos penalizador possível para os portugueses.”

Quem foi, açorianos e açorianas? Foi o PSD e foi o CDS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Não tirámos fotografias! Está a mentir!

A Oradora: Isto é verdade. Isto é a verdade!

E por isso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a mentir!

A Oradora: Sra. Presidente, a fotografia tirou-a o Prof. Eduardo Catroga.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Quem disse que tinha negociado o memorando, o tinha tornado mais “fofinho” para os portugueses foi também o CDS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

A Oradora: É verdade. Posso continuar, Sra. Presidente?

Presidente: Faça favor de continuar.

A Oradora: Portanto, é bom que os açorianos e açorianas percebam que no meio desta retórica parlamentar há uma verdade insofismável. Há um partido que chamou a Troika e assinou o memorando e há dois partidos que

subscreveram tudo. Mais! Assumiram a responsabilidade de terem adoçado este memorando. É bom que isto não seja esquecido.

Depois,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Está a mentir!

A Oradora: Não estou a mentir e o povo açoriano sabe bem que não estou a mentir. Não lhe convém!

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

A Oradora: Pois não, até era dos contribuintes e agora esqueceu-se que eles existem.

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

Faça favor de continuar, Sra. Deputada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a mentir!

A Oradora: Também não posso deixar de me referir aos seus apelos reiterados à unidade de esforços entre todas as forças políticas nos Açores, em defesa de todos os açorianos e açorianas. Mas quero lembrar-lhe que para fazer esse apelo o Sr. Vice-Presidente não precisa de misturar alhos com bugalhos, porque normalmente é a melhor maneira de não clarificar nem os alhos, nem os bugalhos, coisa que até ao momento tem acontecido, porque, Sr. Vice-Presidente, é um facto que há normas inconstitucionais no orçamento para 2013 (aliás, o meu partido fez o pedido de fiscalização na República exatamente porque concorda com essa afirmação), tal como é verdade que algumas destas normas dizem diretamente respeito aos Açores e às prerrogativas autonómicas dos Açores. São inconstitucionais e nesta inconstitucionalidade e nesta crítica, Sr. Vice-Presidente, o Bloco de Esquerda até hoje nunca faltou na Região Autónoma dos Açores à unidade, seja com que partido for, inclusive com o Governo Regional, e contará sempre connosco, Sr. Vice-Presidente.

Agora, outra coisa é branquear a inconstitucionalidade das normas do orçamento de 2012, que retiravam os subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores da administração pública, que foram também tidas como

inconstitucionais e que a Região Autónoma dos Açores podendo dar um exemplo de legalidade, de direito, de constitucionalidade, dar um exemplo de que há uma região neste país que respeita os acordos que o Estado faz com os cidadãos, de que há uma região neste país que se preocupa com a economia e com as empresas, de que há uma região neste país que recusa a espiral de recessão em que o Governo do PSD e do CDS nos mergulhou e que essa região pudesse ser a Região Autónoma dos Açores,...

Deputado José San-Bento (PS): E é!

A Oradora: ...era a prova de que um Governo do PSD e do CDS faz toda a diferença de um Governo do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): E faz!

A Oradora: Esta é que é, no nosso entender, a tal via açoriana e até agora, Sr. Vice-Presidente, nesta discussão que temos tido aqui à conta da iniciativa legislativa do PCP eu ainda não consegui ver qual é a diferença,...

Deputado José San-Bento (PS): Está muito distraída, Sra. Deputada!

A Oradora: ...porque no caso concreto do confisco dos subsídios de férias e de Natal os senhores fizeram exatamente a mesma coisa que o Governo da República fez e, portanto, não há via açoriana nenhuma neste ponto de vista.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Melo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, há uma via açoriana, é a via açoriana das desculpas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é que é a via açoriana.

Sr. Vice-Presidente, as suas intervenções vão-me fazendo lembrar alguns episódios e quando falou no memorando que está aqui, falou daquilo que não está. Fez-me lembrar um senhor que agora está em Paris, que quando apresentou o memorando falou de tudo o que não estava,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Quando foi traído pelos senhores! Os senhores traíram o país!

O Orador: ...mas não falou do que estava.

Deputado João Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Finalmente, queria dizer-lhe também que o grande rigor e gestão, de facto, são bem patentes e nas últimas 24 horas, o hospital de Ponta Delgada tem sido o melhor exemplo desse trabalho.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota relativamente a uma intervenção do Deputado José San-Bento, em relação à necessidade ou não que o Partido Socialista tem do PCP. Nem eu querendo! Não quero nenhum tipo de postura, Sr. Deputado!

Agora queria era lembrar-lhe que na legislatura de 96-2000, algumas das compensações que foram introduzidas, foram por iniciativa do PCP e algumas delas até mereceram o desacordo do Partido Socialista que na altura já era Governo. É bom que se lembre disso e vá verificar, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado está a dizer que é contra os sistemas de suporte às empresas?

O Orador: Relativamente ao assunto que estamos a discutir (e porque julgo eu estaremos já na fase final do debate em virtude do tempo se estar a esgotar)...

Deputado Francisco César (PS): Não falando na traição que fizeram ao país!

O Orador: ...aquilo a que assistimos de facto foi aqui a alguns desvios, devaneios, quer do Partido Socialista e do Governo, quer da bancada do Partido Social Democrata, porque entretanto discutiram tudo menos aquilo que é a essência desta iniciativa do PCP. Ali e aqui!

Aliás, o que se perceberá certamente depois por que é que isso veio a acontecer, mas de facto lamento que o Partido Social Democrata se tenha escudado apenas nas perguntas feitas ao Governo Regional, isto é, se tenha escudado no memorando para justificar aquela que vai ser a sua posição de voto, relativamente a esta iniciativa do PCP .

Portanto, Sr. Deputado, julgo que quem assistiu a este debate e quem ouviu aquilo que V. Exa., Sr. Deputado Bruno Belo, disse em nome da bancada do PSD percebe perfeitamente que o PSD quer esconder aquilo que é a sua opção,...

Deputado Bruno Belo (PSD): É coerente!

O Orador: ...que no fundo não é diferente daqui da bancada do Partido Socialista, isto é, a opção é a de continuar a afetar recursos... Ou melhor, a opção é a de continuar a retirar rendimento ao trabalho, rendimento às famílias e afetar esses recursos roubados aos cidadãos, às empresas e alimentar artificialmente as empresas. Isto é, chegou-se ao cúmulo de afetar recursos públicos para que as empresas paguem os salários aos seus trabalhadores, ou parte dos salários aos seus trabalhadores.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado está a dizer que é contra os programas de suporte às empresas?

O Orador: Não estou a dizer que sou contra isso, Sr. Deputado.

O que estou a dizer é outra coisa, Sr. Deputado. É que se aumentarem o rendimento do trabalho, se valorizarem o trabalho, vão ter rendimento disponível para que haja consumo e para que as empresas cumpram aquilo que é o seu objeto e não é a alimentá-las artificialmente para depois acontecer aquilo que vai acontecendo na Região, como por exemplo aconteceu a semana passada com o encerramento de duas unidades hoteleiras (uma em Ponta Delgada, outra no Nordeste),...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é o socialismo do Estado!

O Orador: ...ainda por cima cujo grupo económico, tanto quanto se sabe, não tem nenhuma dificuldade financeira e que também, tanto quanto se sabe, tem usufruído de vastos e larguíssimos apoios de recursos públicos da Região desde o tempo dos governos do PSD até aos governos do Partido Socialista.

Portanto, o que se trata aqui, relativamente ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata (isto é, aos dois grupos sociais democratas aqui presentes) é de facto uma opção política e económica: é retirar e desvalorizar o trabalho e afetar esses recursos ao capital.

Pois bem, é isso que nos separa e é isso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o senhor ri-se!

Deputado Francisco César (PS): Isso é a cantiga de há 100 anos!

O Orador: ...é que é preciso que fique claro e o povo açoriano e o povo português têm de perceber isto. V. Exas. estão do lado do capital financeiro, não estão do lado das pessoas, porque se estivessem do lado das pessoas garantiam-lhes rendimento para lhes garantir dignidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições pelo que damos por concluído o debate desta matéria e passamos à votação deste projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O diploma anunciado foi rejeitado com 29 votos do PS, 20 votos do PSD, com 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, era só para solicitar que a Sra. Secretária repetisse a votação, porque eu não consegui perceber.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária faça o favor de repetir a votação.

Secretária: O diploma anunciado foi rejeitado com 29 votos do PS, 20 votos do PSD, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Rejeitado como, Sra. Secretária?

Secretária: Rejeitado é contra, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado, parece-me totalmente perceptível aquilo que a Sra. Secretária acabou de dizer, portanto, agradeço que não faça esse tipo de comentários.

Secretária: Vou repetir para o Sr. Deputado ficar esclarecido.

O diploma anunciado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, com 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental, portanto, voltamos daqui a um quarto de hora.

Eram 16 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Entramos no ponto 4 da Agenda da reunião, que se refere à **Petição n.º 8/2012**, cujo primeiro subscritor é o Sr. Rui Manuel Ávila de Simas.

Para a apresentação do relatório dou a palavra à Sra. Relatora da CAPAT.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIÇÃO DA PETIÇÃO Nº 8/2012 – PARA QUE A ASSINATURA DOS CONTRATOS RELACIONADOS COM A EXPLORAÇÃO E PROSPEÇÃO DOS FUNDOS MARINHOS DO MAR DOS AÇORES SÓ POSSA SER CONCRETIZADA APÓS UM AMPLO E PARTICIPADO DEBATE PÚBLICO

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 7 de dezembro de 2012, na delegação da Terceira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Angra do Heroísmo.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição n.º 8/2012 – “Para que a assinatura dos contratos relacionados com a exploração e prospeção dos fundos marinhos do mar dos Açores só possa ser concretizada após um amplo e participado debate público”.

A mencionada Petição, contendo 334 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 20 de março de 2012, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei 43/90, de 10 de agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190º e 191.º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2012/A, de 20 de novembro, as matérias relativas a ambiente, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

1. APRECIACÃO DA PETIÇÃO

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, admiti-la por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

b) Objeto da petição

Os peticionários pretendem que a Assembleia Legislativa recomende ao Governo Regional que a assinatura de contratos relacionados com a exploração e prospeção dos fundos marinhos do mar dos Açores só possa ser concretizada após um amplo e participado debate público em que sejam equacionadas e dadas garantias sólidas em temáticas como a segurança ambiental, a negociação de contrapartidas justas para a Região e a constituição prévia de um fundo público regional que garanta a preservação e futura aplicação racional do conjunto de receitas que se vierem a obter por esta via.

c) Diligências efetuadas

Admitida a Petição, a Comissão decidiu efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro subscritor;
- Audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar;

– Solicitação de parecer escrito à Universidade dos Açores.

2. AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

A Comissão procedeu à audição do primeiro subscritor da petição, Dr. Rui Simas, acompanhado do subscritor Eng.º André Silveira, na sua reunião do passado dia 12 de abril.

O **Presidente da Comissão** enquadrou a audição e relevou a participação dos cidadãos, usando dos recursos para tanto disponíveis. Seguidamente, deu a palavra ao peticionário para expor a sua pretensão e respetivas motivações.

Usando da palavra, o **Peticionário** Dr. Rui Simas referiu que a petição foi motivada por uma notícia da agência LUSA. Considerando que a Lei de Bases nacional é muito genérica e não acautela os estudos de impacte na prospeção e retorno para a Região da prospeção, a preocupação dos peticionários foi de que deveria haver um debate público com especialistas da área, ao mesmo tempo que alertam para questões que consideram de relevante interesse, como sejam, a imposição de estudo de impacte ambiental na prospeção, o valor da caução perante desastre ecológico, o acompanhamento do processo de prospeção por alguém da Região, o fundo regional e que tipo de contrato protegendo os *royalties* que foram equacionados.

O Deputado **Clélio Meneses**, do **PSD**, começou por referir que o diploma regional que criou o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre não deveria ter sido aprovado antes da apreciação da petição, lembrou o requerimento de baixa à Comissão que o seu partido apresentou e considerou que o debate está prejudicado.

O Deputado **Aníbal Pires**, do **PCP**, saudou os peticionários e referiu que votou favoravelmente o diploma porque considerou importante acautelar os interesses da Região, uma vez que não havia legislação regional sobre a matéria. Para o Deputado, qualquer exploração está obrigada a um quadro legal que obriga à realização de estudo de impacte ambiental e que inclui discussão pública. Para o

Deputado, também será do conhecimento dos peticionários que a Região já tem outros proveitos que não são os que resultam do Orçamento do Estado, que são integrados no plano de investimentos do Governo e que é uma decisão que corresponde à Assembleia Legislativa, onde os Deputados são os representantes do povo, pelo que a pretensão de encaminhar um proveito é uma limitação da competência dos Deputados.

Respondendo aos Deputados, o **peticionário** Dr. Rui Simas considerou que a Lei 90/90 não obriga a estudo de impacte ambiental e que a matéria não fica acautelada pelo plano a que o diploma obriga. Para os peticionários, os ganhos que possam advir devem ser integrados num fundo e não no orçamento da Região, porque este é apresentado pelo Governo à Assembleia e é o Governo que o executa.

O Deputado **Hernâni Jorge**, do **PS**, começou por referir que a Petição, nas questões que toca, não está prejudicada pela aprovação de qualquer iniciativa legislativa, nem mesmo pela aprovação que ocorreu, porque a petição e o diploma não são a mesma coisa, embora estejam correlacionadas. Segundo o Deputado, o diploma aprovado diz que a Região assume as suas competências no âmbito da gestão partilhada em matéria de prospeção e exploração dos recursos em causa e é indispensável para que a Região possa ser parte outorgante nos contratos, caso contrário, será o Governo da República, que também se apropriará dos proveitos que resultem.

Para o Deputado, as preocupações que os peticionários trouxeram à Assembleia são importantes, mas considera que as questões contratuais estão salvaguardadas pelo regime da contratação pública e pelo diploma aprovado, com as alterações que lhe foram introduzidas. Considerou fundamental que o diploma seja assinado pelo Representante da República, para que a Região possa fazer valer o seu regime jurídico de avaliação do impacte e licenciamento ambiental, que obriga à realização de avaliação de impacte ambiental de qualquer prospeção e exploração, independentemente da área em causa e ao contrário do regime da República, que não impõe esta restrição.

O Deputado considerou, ainda, que nunca seria por via do diploma em causa que esta questão se resolveria, porque já está resolvida através do regime de avaliação do impacte e licenciamento ambiental que mencionou.

Quanto ao eventual regime económico e financeiro, o Deputado disse que, no momento, nenhum dos Deputados estará na posse de todos os elementos que permitam elaborar esse regime, com correspondência com a realidade que se pretender acautelar. No futuro, disse, a Região terá necessidade de aprovar esse regime, mas devem conhecer-se todos os aspetos relevantes.

O Deputado **Paulo Estevão**, do **PPM**, informou ser um dos subscritores da petição e concordar com os respetivos objetivos e considerou que a discussão não é sobre um diploma mas sobre as preocupações dos peticionários. O Deputado disse, ainda, que gostaria que o diploma tivesse baixado à Comissão.

O Deputado **Hernâni Jorge**, na qualidade de Presidente da Comissão, esclareceu todos os procedimentos da Comissão para análise da iniciativa legislativa mencionada bem como o objeto da petição.

O Deputado **Paulo Estevão** considerou que não houve debate público nem audição de especialistas e questionou a urgência na aprovação do diploma, que considerou não estar esclarecida. Manifestou-se otimista em relação ao futuro e considerou que tal esclarecimento acontecerá no futuro e que daí advirá o fundo regional que acautelaria uma perspetiva estratégica de exploração.

O deputado **Paulo Ribeiro**, do **PSD**, considerou que a discussão e votação do diploma foi feita à pressa, com a sociedade civil a querer discutir o assunto.

A Deputada **Isabel Almeida Rodrigues**, do **PS**, rejeitou as declarações dos Deputados sobre o processo de discussão e aprovação da iniciativa legislativa e lembrou a importância do regime regional para a salvaguarda dos interesses da Região.

O **Peticionário** Dr. Rui Simas considerou que o diploma visou a precaução do contrato cuja celebração se prevê até ao próximo mês de junho e referiu a existência de cientistas preocupados com este assunto.

O Deputado **Clélio Meneses** lamentou a intervenção do PS e o aproveitamento da petição e afirmou que o debate público que o seu grupo parlamentar pretendia era prévio ao diploma.

Para o Deputado **Paulo Estevão**, o que interessa é defender a Região e há um conjunto de pessoas que considera importante que se realize um debate público sobre a matéria.

Ao terminar a audição, o **peticionário Dr. Rui Simas** referiu a necessidade de acautelar tudo o que seja importante para a Região antes de chegar ao contrato. Considerou que o diploma regional acautela mais coisas do que o nacional mas que, ainda assim, é insuficiente.

3. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar na sua reunião de 12 de Abril de 2012, na delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Ao iniciar a audição, o **Presidente da Comissão**, Deputado **Hernâni Jorge**, do **PS**, procedeu ao enquadramento da audição e à explicitação do objeto da petição, dando a palavra ao Secretário Regional para uma primeira intervenção sobre a matéria.

O governante iniciou a sua intervenção lembrando o debate sobre a matéria que decorreu no Plenário da Assembleia Legislativa e considerou que, quanto às preocupações de natureza ecológica ou ambiental, o Anexo II do Regime de Avaliação do Impacte e Licenciamento Ambiental submete a avaliação de impacte ambiental qualquer atividade de extração, independentemente da dimensão da exploração e da substância em causa, pelo que todos os documentos são públicos e o período de consulta pública decorre por um prazo mínimo de 30 dias, que pode ser prolongado por um período até 6 meses. Para o governante, a questão da publicidade e da discussão está assim contemplada na

legislação regional vigente, até porque é obrigatória a realização de, pelo menos, uma sessão pública.

Quanto à questão de natureza financeira e do destino do dinheiro que a Região venha a receber o governante considerou que, se é verdade que a questão não está devidamente acautelada, também é verdade que estamos ainda longe de realisticamente vir a tirar contrapartidas financeiras. O Secretário Regional alertou para a circunstância da aprovação anual do Plano e Orçamento da Região e para a regra da universalidade da receita, pelo que a questão deve ser ponderada no momento próprio. Por outro lado, o governante considerou que o Código dos Contratos Públicos acautela a transparência do procedimento, reiterando que nos encontramos numa fase ainda incipiente do processo.

4. CONTRIBUTOS DE OUTRAS ENTIDADES

A Comissão solicitou parecer escrito à Universidade dos Açores. O parecer recebido é junto ao presente relatório e dele faz parte integrante.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* saúda a participação dos cidadãos através do instrumento de participação política democrática da petição e considera que, sem prejuízo do acompanhamento que esta matéria deva merecer no futuro, as questões suscitadas pelos peticionários estão acauteladas pela legislação regional aprovada.

O *Grupo Parlamentar do PSD* lamenta que o necessário debate da petição em análise esteja prejudicado uma vez que o diploma regional que criou o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre foi aprovado, à pressa, antes da apreciação da petição, ao contrário do que o PSD propôs expressamente, sendo este um assunto de demasiada

importância para a Região, para ser assim abordado, conforme decidiu a maioria parlamentar do PS.

O *Grupo Parlamentar do CDS-PP* saúda os proponentes e signatários da petição, pelo trabalho e empenho a favor do bem comum que demonstraram ao usarem este mecanismo de intervenção na causa pública, considerando que questões suscitadas serão acauteladas pelo acompanhamento que esta matéria suscita, sendo que, caso se verifique necessário, poderão os deputados proporem melhorias à legislação existente que regulamenta a exploração e prospeção dos fundos marinhos.

A *Representação Parlamentar do PCP* saúda a iniciativa dos cidadãos e a preocupação demonstrada relativamente quer à preservação ambiental quer aos proveitos que possam vir a ser auferidos pela exploração dos recursos minerais e dos fundos marinhos, considerando, no entanto, que algumas das propostas dos peticionários invadem os poderes dos órgãos próprios da Região.

Capítulo V

CONCLUSÕES

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 8/2012, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho aprovou, por maioria, com os votos a favor do PS, CDS/PP e PCP e a abstenção do PSD, as seguintes conclusões:

1. A extração de minerais e rochas dos fundos marinhos, qualquer que seja o método ou tecnologia, dimensão e localização, está sujeita ao regime de avaliação do impacte ambiental por força do disposto no artigo 16.º e na alínea c) do n.º 6 do Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.
2. Nos termos do disposto no artigo 38.º do citado Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, a avaliação do impacte ambiental é

obrigatoriamente submetida ao processo de participação pública, nos termos definidos nos artigos 105.º e seguintes do mesmo diploma.

3. O Decreto Legislativo Regional n.º 21/2012/A, de 9 de maio, que estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores estabelece expressamente, no seu artigo 2.º, que o regime que institui não prejudica o regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental.
4. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro as águas interiores, o mar territorial e a plataforma continental contíguos ao arquipélago são parte integrante do território regional.
5. O citado regime de revelação e aproveitamento de bens naturais exige, no seu artigo 5.º, que as propostas dos interessados nas operações de prospeção, pesquisa e exploração de recursos geológicos incluam a apresentação de planos específicos contendo as medidas de proteção ambiental e de recuperação paisagística a executar durante e após os trabalhos propostos.
6. Nos termos da mesma disposição legal, a aprovação dos planos de proteção ambiental e de recuperação paisagística é condição prévia à emissão de quaisquer licenças e autorizações e à celebração de quaisquer contratos.
7. As propostas referidas no número 5 devem, ainda, apresentar uma análise detalhada dos custos e benefícios inerentes à operação, explicitando as vantagens económicas, laborais e fiscais para a Região Autónoma dos Açores.
8. O artigo 17.º do mesmo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2012/A subordina as atividades de pesquisa e de exploração dos recursos geológicos no mar às normas sobre exploração mineral que venham a ser

adotadas pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e às normas e recomendações sobre proteção da biodiversidade e da natureza adotadas no contexto do Anexo V à Convenção OSPAR.

9. De acordo com a mesma disposição legal, todas as operações realizadas no mar incluem, obrigatoriamente, um plano de prevenção da poluição do meio marinho, previamente aprovado e sem o qual não pode ser emitida qualquer licença ou autorização.
10. O Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A, de 20 de março, estabelece o regime de acesso a recursos naturais para fins científicos (que incluem os recursos biológicos e genéticos, seus derivados e subprodutos, o ar, a água, os minerais e o solo), de transferência dos recursos naturais, recolhidos e ou acedidos para fins científicos e a partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos naturais recolhidos e ou acedidos para esses fins.
11. O Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que aprovou o regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade e transpôs para o ordenamento jurídico regional a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens, e a Diretiva n.º 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens, determina, no seu artigo 147º, que na Região Autónoma dos Açores a utilização dos recursos biológicos e dos recursos genéticos rege-se pelos princípios estabelecidos pela Convenção da Diversidade Biológica, visando a utilização sustentável dos componentes da diversidade biológica e a minimização dos impactes adversos da atividade económica sobre a biodiversidade.
12. O Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores, interdita, nas áreas de Reserva Natural Marinha situadas dentro da zona económica exclusiva, a

exploração de recursos que envolva técnicas invasivas do fundo marinho e dos ecossistemas associados.

13. Nos termos no disposto no citado Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, nos fundos marinhos subjacentes às áreas marinhas protegidas situadas fora da zona económica exclusiva não podem ser autorizadas, financiadas ou apoiadas por entidades sedeadas na Região quaisquer atividades de natureza extrativa ou que resultem na perturbação dos sistemas bentónicos ou das espécies bentónicas ali existentes.
14. O ordenamento jurídico regional confere elevado grau de proteção ambiental face a atividades de exploração e prospeção dos fundos marinhos do mar dos Açores.
15. A sujeição das referidas atividades ao regime de avaliação do impacto ambiental garante a participação pública através dos mecanismos adequados.
16. As autoridades regionais devem assegurar que o desenvolvimento das atividades de exploração de recursos marinhos cumpre o princípio da repartição justa e equitativa dos benefícios daí advenientes e da sustentabilidade ambiental.
17. As atividades de prospeção e exploração dos fundos do mar dos Açores devem ser acompanhadas e fiscalizadas pelas entidades competentes.

Angra do Heroísmo, 7 de dezembro de 2012

A Relatora, *Isabel Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: **Obrigada, Sra. Deputada.**

A discussão desta petição foi organizada pela Conferência de Líderes, tendo cada Grupo e Representação Parlamentar o direito a usar da palavra uma única vez, por um período de 10 minutos.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, saudar a iniciativa dos cidadãos que subscreveram esta petição e tomaram esta iniciativa, demonstrando a atenção que a vida política regional deve merecer e o acompanhamento que deve merecer por parte de todos os cidadãos.

Os recursos minerais dos fundos marinhos, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, e a sua exploração devem ser apropriados pela Região. Aliás, esta câmara aprovou na legislatura passada um Decreto Legislativo Regional que prevê isso mesmo, o que não impede que se tomem alguns cuidados relativamente àquilo que é a prospeção e a exploração destes recursos, uma vez que irão incidir certamente em sistemas muito sensíveis, designadamente junto de algumas fontes hidrotermais e, portanto, têm que se revestir de algum cuidado.

Aliás, até na sequência dos cuidados que deve haver, a Representação Parlamentar do PCP teve oportunidade de, em devida altura e após ter conhecimento de que havia a intenção de uma empresa multinacional, a *Nautilus Minerals*, vir fazer prospeção para os mares dos Açores (designadamente foi pedido um parecer à Região, salvo erro, pelo Ministério da Economia), perguntar ao Governo Regional – por acaso acabámos por não obter resposta do Governo Regional –, exatamente porque queríamos ter conhecimento da cópia do projeto de prospeção, discriminando nomeadamente as áreas a serem prospectadas e quais as áreas a que se pretendem eventualmente estender a mineração, bem assim como uma cópia do parecer da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e informação circunstanciada sobre o processo de negociação de contrapartidas financeiras para a Região.

Infelizmente, o Governo Regional não nos respondeu a este requerimento, porque também compete a esta câmara, ou melhor, desde já compete a esta câmara acompanhar este tipo de atividade, uma vez que se trata, por um lado, de um grande potencial que deve ser posse da Região e por outro lado, porque a

sua exploração, a sua mineração, pode causar alguns problemas em termos dos ecossistemas dos fundos marinhos. Portanto, deve ser efetivamente acompanhado, desde logo por esta câmara, mas também pela sociedade de uma forma geral, embora, e relativamente a esta petição, julgo que alguns dos pressupostos do objeto da mesma invadiam claramente competências que são, desde logo, da Assembleia Legislativa Regional, nomeadamente com a propositura de criação de um fundo onde seriam concentrados os proveitos da mineração dos fundos marinhos.

O PCP irá com certeza acompanhar com preocupação tudo aquilo que se desenvolva à volta da mineração dos fundos marinhos no mar dos Açores, tendo em consideração, e desde logo, que é preciso também acautelar aquilo que são os interesses da Região nesta matéria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta petição incide sobre um assunto de grande importância para o futuro do desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

É certo que estamos no início da exploração, no início do estudo e da análise da capacidade do potencial do mar açoriano.

Lembro que estarmos (a localização do nosso arquipélago, sem vizinhos) próximos do Oceano Atlântico faz com que toda a zona envolvente esteja sobre os diversos graus de jurisdição de que o país dispõe.

É de tal forma gigantesco este potencial, do ponto de vista da jurisdição, que estamos a falar, se vier a ser aprovado na ONU, de uma área de jurisdição marítima de Portugal na ordem dos 4 milhões de quilómetros quadrados. 4 milhões de quilómetros quadrados é praticamente metade do território continental dos Estados Unidos, portanto, trata-se de uma enorme extensão sobre jurisdição portuguesa. Desses 4 milhões de quilómetros quadrados, se juntarmos a Zona Económica Exclusiva e as zonas marítimas adjacentes,

estamos a falar de 2 milhões e seiscentos mil quilómetros quadrados de área que pertence aos Açores, em que nós temos especiais responsabilidades, porque ainda não existe um quadro jurídico definido em relação à plataforma continental.

De qualquer das formas – e evidentemente fora da Zona Económica Exclusiva – estamos a falar apenas da exploração dos fundos marinhos e não da coluna de água.

Portanto, penso que estes números deixam bastante evidente aquela que é a grandeza da jurisdição nacional e também o potencial tremendo.

A questão que se coloca é que para já este futuro, esta enorme capacidade, este enorme potencial não está a curto prazo à disposição dos açorianos e das autoridades portuguesas. Neste momento ainda não é possível iniciar uma exploração destas riquezas que nós temos. Há algum levantamento sobre aquele que poderá ser o potencial, mas esse levantamento, tanto quanto pude consultar, significa apenas 1% desta área de 4 milhões de quilómetros quadrados, ou seja, o levantamento estará feito de forma científica apenas em 1% desta área. Portanto, há um trabalho imenso para fazer.

Seja como for, recordo aqui as declarações de um Secretário de Estado do atual Governo da República que falava a médio prazo de um rendimento potencial de 60 mil milhões de euros. Não é erro! É mesmo 60 mil milhões de euros por ano. Portanto, isto significa de facto perspetivas boas, mas estamos com certeza, pela análise que pude fazer, a falar de um período que ainda está distante do ponto de vista daquela que é a capacidade tecnológica atual para fazer esta exploração.

Seja como for, existe uma problemática que penso que é central para a autonomia dos Açores e a problemática é a divisão de responsabilidades que a Constituição prevê em relação à gestão dos fundos marinhos e da área de jurisdição marítima dos Açores e aqui o que nós vemos é uma tentação por parte do Governo da República de vir hegemonizar e de vir a explorar a riqueza dos Açores. Estão a legislar nesse sentido. É necessário que a autonomia açoriana – e já o começou a fazer, legislando também nesse sentido, mas temos

de facto de insistir na proteção dos nossos recursos naturais – garanta que uma parte significativa do processo de decisão sobre a exploração da área de jurisdição marítima da nossa zona de influência corresponda ao Governo Regional dos Açores. Temos que garantir que uma parte desse processo de decisão e que as riquezas de exploração que venham a ser alcançadas venham de facto a ficar nos Açores.

Em relação àquelas que são as preocupações dos subscritores desta petição, considero que também são preocupações importantes e que nos devem também preocupar. Estamos a falar aqui da segurança ambiental.

É evidente que a exploração no âmbito da prospeção não é tão evidente, mas no âmbito da exploração, se vierem a ser de facto criadas as condições para a exploração dos fundos marinhos, nós temos que ter todas as condições do ponto de vista da proteção ambiental para que a mesma venha a ser realizada.

E depois também nesta petição – e termino, Sra. Presidente – há uma preocupação com a utilização dos possíveis rendimentos e do potencial financeiro que resulta desta exploração. É evidente que este assunto também nos preocupa. Nós consideramos que, tal como sucede (aliás, é o exemplo que é referenciado) na Noruega, há que ter em conta que se este potencial se vier a materializar e se tiver esta magnitude que é referenciada até por membros do Governo português, faz todo o sentido de facto criar a tal reserva estratégica sobre uma gestão especial para que esse dinheiro não venha a ser desbaratado e que esse dinheiro venha a servir como um sustentáculo para o desenvolvimento dos Açores no futuro, mas isso apenas se este potencial se vier a verificar e, mais importante neste contexto, quando se vierem a verificar (como já vimos) as condições de desenvolvimento tecnológico e as profundidas a que se encontram estas áreas, pelo que estamos a falar de um período que corresponderá nunca a menos de duas décadas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE)**: Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria evidentemente começar também por saudar os peticionários e as peticionárias por mais esta iniciativa cidadã e aproveitar o pretexto desta iniciativa cívica para saudar também os milhares e milhares de açorianos e açorianas que ao longo da última legislatura se dirigiram a esta Assembleia através de numerosas e diversas petições e ao mesmo tempo exortar todos os açorianos e açorianas neste início de legislatura a continuarem a fazê-lo e a confiarem nesta Assembleia para, de uma maneira ou de outra, darem resposta aos seus anseios, às suas preocupações e também às suas queixas.

Relativamente ao conteúdo desta petição. No fundo os seus subscritores apelam a este Parlamento para que se empenhe em dois tipos de preservação, digamos assim. Por um lado, que se empenhe na preservação ambiental dos recursos minerais e dos fundos marinhos do mar dos Açores; e, por outro lado, que este Parlamento se empenhe também na preservação dos proveitos económicos ou das contrapartidas económicas que possam resultar desta mesma exploração.

Como é dito, bastamente explanado aliás ao longo da substância do parecer da comissão há pouco lido pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues, através das suas conclusões, parece pacífico concluir (aliás, a conclusão 14.º fá-lo explicitamente) que “o ordenamento jurídico regional confere elevado grau de proteção ambiental face a atividades de exploração e prospeção dos fundos marinhos do mar dos Açores”. Dando como certa esta conclusão e esta evidência, nós também acreditamos que o povo tem razão quando diz que “cautelos e caldos de galinha” nunca fizeram mal a ninguém e que portanto, fazer incidir, através desta petição e do assunto afluído nesta petição, um foco de atenção, uma discussão e um alerta na opinião pública açoriana em geral, sobre uma matéria sensível e passível de gulas várias, dado o eventual montante de que estamos a falar e que ainda há pouco o Deputado Paulo Estêvão referiu, – dizíamos nós – que fazê-lo através desta petição só pode ser um ganho para a nossa Região, para a nossa opinião pública em geral, porque nós acreditamos que cidadãos informados, esclarecidos, atentos e exigentes contribuem para

uma sociedade evoluída e civilizada, que é exatamente aquela que todos nós queremos para os Açores.

Portanto, desse ponto de vista, a petição já deu o seu contributo, cabe agora a esta casa e aos órgãos de governo próprio desta Região fazer o resto.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queríamos felicitar obviamente os signatários desta petição por usarem uma iniciativa possível, uma iniciativa válida e que cada vez mais, felizmente, começa a ser hábito na sociedade civil tentar intervir junto dos assuntos que a preocupam, de uma forma direta e de uma forma através da qual se podem expressar objetivamente e sem intermediários.

É sempre um ato de cidadania louvável quando vemos estas iniciativas e sobretudo quando elas chegam ao fim e são aqui discutidas e trazidas à discussão.

Primeiro aspeto que queria ressaltar é que mais uma vez nesta matéria o CDS-PP provou que está ao lado da autonomia antes de estar ao lado do Governo da República e ao lado da autonomia significa ao lado dos interesses dos Açores e ao lado dos interesses dos açorianos.

É nosso entendimento (como ficou claro ao longo da discussão que passou de duas sessões legislativas, aliás, de duas legislaturas) e nosso empenho que esta matéria deve ser claramente da competência da Região Autónoma (no mínimo, tem de ser partilhada), mas sobretudo entendemos que é uma competência que é efetivamente da Região.

Portanto, foi com muito agrado também que tivemos oportunidade de discutir e de ver esta matéria discutida.

Segundo aspeto, mais concretamente em relação àquilo que saiu dessa discussão. Concluiu-se que, apesar de todos os bons instrumentos que já existem de proteção, foram detetadas algumas limitações e algumas questões

que seguramente poderão vir a este plenário, nesta legislatura, por alguns dos Deputados participantes na comissão e que poderão vir a trazer melhorias nesta gestão e neste controle destes recursos, que são efetivamente um grande potencial para o desenvolvimento da Região atual e futuro.

O terceiro aspeto é salientar novamente aquilo que já aqui foi algumas vezes dito, mas nunca é demais sublinhar, que é a brutal (diria assim) importância que esta matéria da exploração dos recursos pode vir a ter. É evidente que é um mundo que ainda está por explorar, é evidente que há muito conhecimento em relação a todo o potencial que daqui pode advir, mas o que já se sabe é suficiente para percebermos que esta pode ser uma saída muito importante para o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores e daí mais uma vez sublinharmos a importância desta matéria ficar nas competências e manter-se nas competências, como nós assim o entendemos, da Região Autónoma e desta Assembleia, no âmbito das suas competências estatutárias e constitucionais.

Portanto, felicitar os proponentes desta iniciativa.

Alertar para a necessidade talvez de algumas correções aqui e sobretudo para a abrangência, a profundidade, o alcance que esta matéria pode vir a ter no futuro da Região Autónoma dos Açores.

Não é demais relembrar que, nesta questão como em muitas outras, o CDS está em primeiro lugar ao lado dos Açores e da autonomia.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD saúda naturalmente os subscritores desta petição e saúda-os por duas ordens de razões. Em primeiro lugar pelo exercício de uma cidadania ativa e

participativa que deve ser sempre objetivo deste Parlamento incentivar e estimular. Em segundo lugar pela temática.

A temática que aqui é trazida através desta petição é verdadeiramente importante e decisiva para o nosso futuro e para a própria Autonomia.

Recorde-se que os peticionários solicitam a esta Assembleia que, e cito: “recomende ao Governo Regional que a assinatura de contratos relacionados com a exploração e prospeção dos fundos marinhos do mar dos Açores só possa ser concretizada após um amplo e participado debate público”. Fim de citação.

E este é um debate importantíssimo e atual para a Região Autónoma dos Açores.

E este debate pretendido pelos peticionários, desta vez, ficou por fazer nesta casa.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E ficou por fazer, e é bom recordá-lo e contextualizá-lo, porque a maioria absoluta do Partido Socialista na anterior legislatura não quis e inviabilizou-o.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta petição surgiu nesta Assembleia quando se discutia uma proposta de decreto legislativo regional que estabelece “o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores”.

Na altura, recorde-se, o PSD requereu que este diploma baixasse à respetiva comissão parlamentar para que houvesse tempo de promover o debate proposto nesta petição.

A sociedade açoriana queria envolver-se neste debate e infelizmente o PS não quis.

Mas para além de não ter permitido o debate proposto, o Partido Socialista procurou com esta petição tentar legitimar a sua atuação e a do Governo Regional neste domínio com o argumento de que a legislação aprovada

salvaguarda todas as preocupações e os receios levantados pelos peticionários, no domínio, por exemplo, dos cuidados ambientais que a eventual exploração e prospeção dos nossos fundos marinhos podem acarretar.

Ou seja, o PS procurou ao longo da análise desta petição circunscrever o debate ao referido decreto legislativo regional e não às preocupações expressas pelos peticionários que iam muito além disso.

Aliás, bastaria ter assistido à reunião da Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho que fechou o relatório desta petição, para constatar as dúvidas e até as perplexidades que as conclusões propostas então pelo PS suscitaram, mesmo dentro da bancada do Partido Socialista,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...com o Sr. Deputado Paulo Borges a colocar algumas fundadas dúvidas sobre esta matéria e sobre esta legislação, o que dá bem nota, no nosso entendimento, da necessidade e da utilidade de um debate sobre esta matéria, que até poderia levar a melhorias para a dita legislação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é que o Deputado Paulo Borges disse?

O Orador: Infelizmente foi assim que a anterior maioria e o anterior governo se comportaram, fecharam-se.

Esperamos que agora, a bem dos Açores e de uma matéria tão decisiva para o seu desenvolvimento, o novo governo e a nova maioria tenham uma atuação diferente.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Comentador da Antena 1!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pela parte do PSD já o afirmámos no encerramento do debate de aprovação do programa do Governo. De entre um conjunto de questões de regime em que o Presidente do PSD/Açores demonstrou a nossa total disponibilidade para discutirmos e alcançarmos consensos, uma delas é relativa “à prospeção e à exploração dos fundos marinhos”.

Reafirmo o que foi dito na altura que “a titularidade dos direitos dessa prospeção e exploração é da Região” e que “estaremos sempre ao lado dos Açores, cooperando com os órgãos de governo próprio da Região em todas as ações que venham a ser tomadas para assegurar esse direito”.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sobre esta matéria não pode haver nenhuma dúvida mas isto obriga a uma alteração profunda da atitude que tem caracterizado a atuação do Governo até agora: o Governo Regional tem de deixar de tratar este assunto como um segredo só seu.

Esta é uma matéria que devido à sua importância, à sua complexidade e até à conflitualidade dos interesses em presença exige que a Região esteja unida.

Exige o contributo e o envolvimento de todos e da própria sociedade civil açoriana, que tem o dever e o direito de participar neste debate.

Nesta matéria temos de avançar dando passos seguros para que a exploração dos nossos fundos marinhos se faça de forma sustentada,...

Deputado João Costa (PSD): Os senhores são experientes em passos seguros!

O Orador: ...cientificamente abalizada e protegida por uma fiscalização competente e eficaz.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ó Luís, vais ter que explicar o que o Deputado Paulo Borges disse!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ele estava inscrito, só que o Sr. Deputado Carlos Mendonça “desinscreveu-o”! Eu vi!

Deputado João Costa (PSD): Ainda tenho esperança que ele volte a dizer o que disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista começa naturalmente por saudar a iniciativa dos cidadãos que se materializou nesta petição e por relevar a matéria objeto dessa mesma petição.

O Partido Socialista já tem afirmado diversas vezes que entende que a exploração sustentável dos nossos recursos é uma condição indispensável do nosso desenvolvimento e determinante...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

A Oradora: Não sei se a minha intervenção está a afetar os Srs. Deputados? ...do legado que deixaremos às gerações futuras.

Entendemos também que a participação pública assume particular relevância nas questões ambientais (e já o assumimos aqui diversas vezes), enriquece o processo de tomada de decisão e contribui para a responsabilização de todos os cidadãos.

Entendemos também que importa garantir que os Açores serão os beneficiários inequívocos dos benefícios que advenham da exploração destes recursos.

Se é verdade que aquilo que é o território regional está claramente definido no nosso Estatuto Político-Administrativo, a prática recente da República tem demonstrado que o conceito de gestão partilhada, que se aplica às águas para lá do mar territorial, pode ser cerceado através de interpretações restritivas que impedem a sua densificação num sentido favorável à Região Autónoma dos Açores.

Nos tempos recentes temos assistido como nunca a iniciativas da República, cujo objetivo é precisamente arredar a Região desta gestão partilhada. Vejamos alguns exemplos.

O regime de revelação e aproveitamento de recursos naturais existentes na crosta terrestre, já aqui falado, conheceu o pedido de fiscalização sucessiva da legalidade suscitado pelo Representante da República fundamentado no facto

do mesmo não corresponder à ideia de gestão partilhada de poderes, uma vez que não se preveem procedimentos de decisão concertada ou de codecisão entre a Região ou o Estado e nem se atribui (imagine-se!) ao Estado um poder de veto ou de não retificação de decisões que são competência das autoridades regionais.

Mais adiante falarei sobre a forma como este diploma foi votado nesta Assembleia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Muito importante!

A Oradora: Noutro plano, a República criou no quadro da região marinha do Atlântico Nordeste uma subdivisão da plataforma continental entendida numa decisão que, não tendo acolhimento nas sub-regiões marinhas definidas pela União Europeia, visou claramente limitar a atuação e os poderes das regiões autónomas limitando a sua intervenção a uma mera colaboração com as entidades nacionais nos termos que estas definem.

Cumprе lembrar que o Partido Socialista votou sozinho as propostas de alteração que apresentou e que visavam conferir às subdivisões marinhas do Atlântico Nordeste conformidade com o disposto na Constituição e no Estatuto e sobretudo defender o interesse dos Açores.

Aliás, o PS foi também o único partido que se manifestou contra esta iniciativa. O PSD apoiou-a e manifestou o sentido favorável. O PP absteve-se.

Ora, é disto que falamos quando falamos na defesa do mar dos Açores.

Mais recentemente, no âmbito da proposta de Lei de Bases do Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo, não foram respeitados os direitos da Região sobre as zonas marítimas portuguesas, tal como consagrados no artigo 8.º do EPARAA. Diga-se, em abono da verdade, que PSD e PP acordaram finalmente e deram o seu apoio às propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista e manifestaram-se finalmente contra uma iniciativa da República nesta matéria.

De facto, a atenção crescente que os fundos marinhos em torno do mar dos Açores tem suscitado, tanto no plano económico, como no plano político, demanda a defesa intransigente dos nossos interesses e dos nossos direitos.

Um dos grandes desafios que os Açores enfrentam em matéria de recursos naturais é a defesa do nosso direito a decidir sobre os recursos que se situam para lá do mar territorial e garantir que a região beneficiará direta e efetivamente desses recursos e é neste contexto que o Partido Socialista compreende as preocupações manifestadas pelos signatários da petição.

Concordando com o Bloco de Esquerda e com a Sra. Deputada Zuraida Soares quando diz que esta deu um contributo à discussão, não podemos deixar de lembrar que esta petição foi uma iniciativa da Plataforma de Cidadania, à qual aderiram muitos cidadãos é certo, mas uma iniciativa que se inseriu claramente na sua estratégia com vista ao ato eleitoral do passado mês de outubro.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Quiseram na altura os demais partidos representados nesta casa, a propósito desta petição, sustentar um processo legislativo importantíssimo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é a substância da petição!

A Oradora: ...para a afirmação dos direitos da Região no âmbito da gestão partilhada dos recursos para lá do mar territorial e o que aconteceu depois, Sr. Deputado Luís Garcia, todos nós sabemos.

Convém aqui lembrar a história.

Deputado Luís Garcia (PSD): A sua história!

A Oradora: Convém lembrar que a iniciativa do Governo deu entrada nesta Assembleia com pedido de urgência para apreciação na comissão em 10 dias, que os senhores aprovaram por unanimidade.

Nas duas reuniões da CAPAT o PSD não levou uma única proposta tendente a melhorar aquilo que os senhores entendiam que não estaria bem nessa iniciativa legislativa. As únicas propostas que foram discutidas e aprovadas nesta câmara foram-no por iniciativa da bancada do Partido Socialista.

Deputados José San-Bento e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Quanto ao regime jurídico o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse (infelizmente não está na sala, mas tomei nota do que ele disse) que era importante...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh lá!

A Oradora: ...resistir às tentações por parte do Governo da República e era necessário que a autonomia garantisse uma significativa participação da Região no processo de decisão.

Ora o Sr. Deputado Paulo Estêvão votou contra este diploma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estamos a discutir o diploma! Estamos a debater a petição!

A Oradora: De facto, há coisas extraordinárias!

E a iniciativa foi aprovada apenas com os votos do PS e do PCP e com as abstenções do PP e do PSD.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Naquela altura os senhores estavam muito embrenhados na luta política que antecedeu as eleições regionais e especialmente PSD e PP não hesitaram:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que é que estamos a discutir aqui?

A Oradora: ...entre a República e a Região escolheram a República, porque isso significava estar contra o Partido Socialista e contra o Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

A Oradora: No processo de análise da petição o PSD manteve-se à margem. No entanto, o que releva é que a comissão fez a sua análise e os restantes partidos se debruçaram sobre as questões colocadas.

Foi uma reunião (como já foi referido pelo Sr. Deputado Nuno Melo Alves, do PP) com uma grande participação das restantes forças políticas e de facto foram elaboradas e aprovadas as conclusões que já foram aqui apresentadas.

Tal como havíamos dito na altura, consideramos que no essencial as preocupações manifestadas estão acauteladas pela legislação existente e foi esse o trabalho que efetivamente a comissão fez, de levantar o ordenamento existente e ver como é que estas preocupações se enquadravam nelas, sobretudo atendendo ao momento do processo em que nos encontramos e que já foi relevado praticamente por todos os intervenientes a propósito desta matéria.

Naturalmente que o Partido Socialista entende que a todo o momento deveremos avaliar a adequação dos instrumentos disponíveis à realidade com

que nos defrontaremos e em face disso decidir pela introdução das melhorias necessárias. Por isso mesmo se defende e se propôs em conclusão o acompanhamento e a fiscalização das atividades em causa pelas entidades competentes.

O Partido Socialista não prescinde de que a exploração destes recursos, onde e quando ocorrer, se faça de modo ambientalmente sustentável e que os Açores sejam os principais beneficiários dos benefícios que daí advenham.

Consideramos também que os mecanismos de participação pública, no âmbito da avaliação de impacto ambiental, asseguram o necessário debate que é, aliás, demandado pelos peticionários.

O Partido Socialista lamenta apenas que numa dada altura dum processo importantíssimo para a Região as forças políticas tenham optado por colocar em segundo lugar os interesses da Região para acudir a outros interesses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

A Oradora: Mas tudo acaba bem, quando está bem. O diploma foi aprovado, a petição foi analisada e as suas conclusões estão aprovadas pela larga maioria dos partidos representados nesta casa.

Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É lamentável a sua intervenção!

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado Paulo Borges, não vai falar?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está encerrada a discussão desta petição, estando por consequência encerrado também este ponto da Agenda.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 30 minutos.

Agradecia que os líderes se abeirassem da Mesa, se fazem favor.

Eram 18 horas e 14 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 41 minutos.

Entrámos no ponto 5 da nossa Agenda com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional** para a criação da **Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores (SDEA, EPE)**, apresentada pelo Governo Regional.

Para a apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O presente diploma sucede à extinção da Agência para a Promoção de Investimento dos Açores (APIA), criando em sua substituição a Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, à qual fica atribuído um conjunto vasto de competências no domínio da conceção e execução de políticas que visam o reforço da competitividade das empresas, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Graças a Deus que extinguiram a APIA!

O Orador: ...bem como de promoção, da inovação e do empreendedorismo.

Esta iniciativa insere-se no âmbito da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial e vem ao encontro da nossa estratégia de desenvolvimento regional na qual se confere a máxima prioridade à criação de emprego e à dinamização da atividade económica, designadamente através do alargamento da base económica da exportação, do fomento da inovação, da dinamização de novos instrumentos de apoio às empresas e um adequado acompanhamento das empresas em todo o seu ciclo de vida e da atribuição também de um conjunto alargado de apoios no âmbito da definição de empresas de carácter estratégico, tendo em vista a criação de um desenvolvimento económico sustentável.

Do vasto conjunto de competências ou de atribuições desta nova entidade que substitui a APIA merece especial referência a promoção de medidas para a redução dos custos de contexto, a simplificação e agilização dos processos de investimento, a criação de novos sistemas de incentivos ou de apoio às empresas e a conceção de novas medidas de apoio ao emprego e à formação profissional.

Por outro lado, importa também, no âmbito das...

(Apartes inaudíveis dos Deputados Artur Lima e Aníbal Pires)

O Orador: Se os Srs. Deputados me derem licença! Obrigado!

...principais atribuições desta entidade, a dinamização de um conjunto integrado de iniciativas visando a promoção das exportações, a internacionalização das nossas empresas e a captação de investimento externo. Por outro lado, o fomento ao empreendedorismo e à inovação, bem como a capacidade de criação de atividades com valor acrescentado e com a valorização económica do conhecimento.

Será também no âmbito desta entidade desenvolvido o nosso projeto, também incluído na Agenda Açoriana, da rede de gabinetes de apoio às empresas aproveitando as atuais instalações e recursos humanos, mas criando sinergia na diversidade do apoio também às entidades empresariais regionais.

Ao mesmo tempo que é criada esta entidade e substituída a APIA, também é extinto o Conselho Regional de Incentivos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Graças a Deus!

O Orador: ...e proposta a criação de um Conselho Estratégico como órgão consultivo do Governo, tendo em conta que a missão desta nova entidade é substancialmente mais alargada na problemática que era a APIA e neste contexto também deve-se configurar este novo órgão consultivo à conjugação e ao âmbito de problemáticas que são analisadas.

No fundo, o que aqui se pretende é agilizar a administração pública regional, simplificar os procedimentos, desenvolver sinergias sem que daí decorra qualquer necessidade de alargar o número de entidades existentes, mas sim de congregar sob o mesmo chapéu um conjunto de atividades que estavam diversificadas e assim conseguir condições para que a promoção do emprego, o apoio às empresas no seu ciclo de vida não só no âmbito do investimento, mas particularmente também no âmbito do seu funcionamento, possam gerar um apoio à rentabilidade e sustentabilidade da estrutura produtiva regional, particularmente direcionado naquilo que são os setores essenciais de

incorporação de maior valor acrescentado, de maior capacidade da estrutura produtiva regional e enfrentar o enquadramento conjuntural externo adverso que a Região, o país e a Europa vivem neste momento.

É esse também, como referi, um instrumento dentro de muitos outros, estando o mesmo englobado na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial.

O que estamos aqui no fundo também é a dar sequência a essa mesma Agenda através das mais de 60 medidas que nela estão incluídas.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD já em diversas circunstâncias, desde logo aquando da discussão do Programa do Governo e depois em outras circunstâncias, manifestou que tem uma total disponibilidade para acompanhar as medidas, os programas, as iniciativas que o Governo apresente e que merecerão da parte do PSD apoio e introdução de eventuais melhorias todas as medidas que visem, no fundo, resolver o principal problema que neste momento atravessa a sociedade açoriana, que é o elevado nível de desemprego que certamente constitui preocupação de todos nós que aqui nos sentamos para defender os interesses da Região.

Portanto, é essa disponibilidade que mantemos, é essa disponibilidade que queremos reiterar mais uma vez e que no caso em apreço (aliás, foi uma questão que o próprio Sr. Vice-Presidente do Governo acabou de referir) esta iniciativa insere-se dentro de um conjunto de iniciativas mais vasto e que se inscrevem naquilo a que o Governo entendeu chamar de Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial.

O Sr. Presidente do Governo estava a olhar para mim como se eu eventualmente falhasse.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sr. Deputado, longe de mim tal coisa!

O Orador: Penso que não falhei nenhuma palavra. Poderia falhar nalgum dos termos que constitui a designação desse documento.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Está certíssimo!

O Orador: Relativamente a essa Agenda o PSD deu também o seu acordo de princípio relativamente à sua concretização e amanhã teremos oportunidade também de expressar, digamos, uma posição mais clara no debate que aqui faremos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para o PSD apoiar não deve ser grande coisa!

O Orador: Acho que estamos a discutir questões importantes e estamos aqui a discutir questões que podem reverter...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desde quando os apartes incomodam o Deputado António Marinho?

O Orador: Há dificuldade da parte de alguns partidos relativamente...

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

O Orador: Como dizia, essa disponibilidade obviamente mantém-se, mas isso não quer dizer que naturalmente todos os caminhos que o Governo entenda serem os caminhos adequados e que legitimamente prossigam no sentido de alcançar objetivos e que se calhar, provavelmente, são objetivos perfeitamente consentâneos com aqueles que o PSD tem, não serão exatamente os mesmos caminhos, serão abordagens relativamente diferentes.

Há aqui uma questão que gostaria de referir. No mesmo momento em que manifestámos a nossa disponibilidade para o apoio, para melhorar estas iniciativas, para acompanhar estas iniciativas que levam os Açores a ultrapassar a situação de crise em que se encontram e que seja restituída a esperança aos açorianos, designadamente tentando travar o processo de destruição de emprego, nós na mesma altura, ou seja, no mesmo debate de Programa do

Governo, demos conta de uma outra situação, é que a orgânica do próprio Governo não nos parecia ser a abordagem mais correta aquela que foi feita relativamente ao desenvolvimento económico, relativamente à economia e dissemos concretamente e citando que (isto foi feito na declaração final do debate do Programa do Governo) no momento gravíssimo de crise económica não nos parecia opinado não existir uma Secretaria da Economia que servisse de esteio para o desenvolvimento de políticas económicas para atacar a crise em que estamos envolvidos.

E dizia mais! Boa parte das questões da economia são absorvidas por quem tem a responsabilidade de gestão do orçamento, opção que já provou ser errada com experiências fora e dentro do país. Conhecemos ou lembramo-nos perfeitamente de uma experiência de um governo de há uns anos atrás em que se concentrou finanças e economia e que poucos meses depois acabou por se provar que não era, obviamente, a solução adequada.

Dissemos ainda mais que a “macrocefalia” da Vice-Presidência do Governo, que suga competências, poderes e meios financeiros não nos parece ser uma boa solução para uma boa gestão setorial e para o equilíbrio de poderes, fundamental para uma boa governação.

Tudo isto para dizer o quê? Parece-nos que há o reconhecimento agora, por parte do Governo Regional, que a orgânica do Governo Regional não está a ser a mais adequada e daí a necessidade da criação de uma entidade que se substitua ao próprio Governo naquilo que deveriam ser as suas próprias competências. Prova-se agora, efetivamente, que não era a mais correta.

No entanto, aquilo...

Deputado José San-Bento (PS): Isso só prova o desconhecimento do PSD!

O Orador: Oh, Sr. Deputado! Sabe que o povo lá fora gosta de saber estas coisas e qual a posição de cada um de nós.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, eu fiz um aparte sério!

O Orador: De qualquer forma, a este reconhecimento de que a orgânica não parece ser a mais adequada, fiz acompanhar também a nossa integral disponibilidade para apoiar, acolher as iniciativas do Governo.

Diga-se de passagem que algumas das competências e algumas das preocupações que estão evidenciadas no conjunto de competências que são atribuídas a esta Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores são preocupações que nós também temos. Inclusivamente há situações que nós próprios acolhemos e bem, porque constituem aliás propostas que apresentámos há relativamente pouco tempo, portanto, revemo-nos em parte naquelas competências, mas designadamente em comissão fiz uma pergunta ao Sr. Vice-Presidente que até ao momento ainda não teve uma resposta clara, nem mesmo na introdução feita pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

Perguntei designadamente o que é que pode passar a ser feito com esta configuração, em termos institucionais, que não era feito até agora?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a tornar-se interessante!

O Orador: Em que medida é que a Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores vem colmatar falhas que existiam anteriormente? Ou seja, os organismos, que neste momento pendem da Vice-Presidência e até algum tempo dependiam do Secretário Regional da Economia quando ele existia, não são capazes de desenvolver este tipo de competências?

É importante criar-se um organismo para ter um objetivo claro, para encontrar iniciativas que levem à criação de emprego e alcançar o objetivo que existe neste momento como objetivo principal, primordial na Região Autónoma dos Açores? Não pode ser feito por estes organismos já existentes?

Será esta a via adequada para ter todas estas competências?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores dessa maneira são iguais!

O Orador: Será que há vantagens em ter uma estrutura empresarial deste género para assumir estas competências?

E perante esta pergunta não houve da parte do Sr. Vice-Presidente uma evidência clara de que todas estas competências só podem ser assumidas se forem feitas por parte desta Sociedade de Desenvolvimento Empresarial.

Poder-se-ia criar uma nova estrutura que eventualmente não saísse do âmbito do setor administrativo regional, do setor público administrativo regional; podia centrar-se a atividade de algumas dessas entidades, por exemplo, de algumas

direções regionais; podia existir uma abordagem e uma atitude por parte destes organismos que fosse diferente e que fosse mais proactiva, ou seja, não nos parece ser absolutamente necessário criar uma entidade pública empresarial para executar um conjunto de tarefas que são absolutamente essenciais à resolução da crise na Região Autónoma dos Açores e ao estímulo do desenvolvimento da própria Região.

Portanto, embora reconhecendo que esta Sociedade de Desenvolvimento Empresarial entra por abordagens que quanto a nós essenciais, que quanto a nós são positivas, acolhendo até propostas que nós temos vindo a defender ao longo do tempo, não ficámos convencidos que seja necessário para atingir este desiderato. Não ficámos convencidos pelo menos em função daquilo que o Sr. Vice-Presidente do Governo disse em comissão e que disse agora mesmo na introdução que fez.

Por isso, da parte do PSD, embora considere importante a preocupação manifestada com a apresentação desta iniciativa, embora dê o seu acordo de princípio à própria Agenda para a Criação de Emprego e Competitividade, embora dê esse acordo de princípio quanto à sua concretização, não pode nada mais fazer neste momento. Relativamente a esta iniciativa e cumprindo aquilo que se tem vindo a dizer, designadamente neste debate de Programa do Governo, não pode fazer mais do que dar o benefício da dúvida relativamente a esta Sociedade de Desenvolvimento Empresarial, embora as dúvidas (dando o benefício da dúvida) nos continuem a assaltar. Temos dúvidas que seja esta a solução adequada e não seria certamente a nossa solução.

Por isso, não vamos criar qualquer tipo de obstáculos, vamos manter algo que dissemos também na discussão do Programa de Governo, que era nunca o Governo poderá dizer que esta ou aquela ajuda está a faltar, porque aqui ou ali não foi possível um acordo com o PSD/Açores.

Portanto, nós não vamos votar desfavoravelmente esta iniciativa e a única coisa que queremos que fique perfeitamente claro é que esta não é a nossa solução (de qualquer forma não a vamos votar desfavoravelmente) e que neste momento as dúvidas continuam-nos a assaltar relativamente à necessidade de criar uma

entidade de natureza empresarial para produzir, para ter como competências aquilo que pode ser feito por parte do setor público administrativo regional. Por isso, ainda não vimos quais são as vantagens de concentrar essas competências que até aqui eram de algumas direções regionais, o porquê da necessidade de as concentrar numa sociedade deste tipo.

De qualquer forma – e finalizando – não vamos votar desfavoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queríamos dizer o seguinte. Nós votámos contra a criação da APIA,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E muito bem!

O Orador: ...portanto, é com muito agrado que vemos reconhecido o fracasso daquela empresa no seu encerramento, nos propósitos que se pretendiam que, sendo eles nobres, sendo eles importantes, falhou. O grande reconhecimento do seu fracasso é agora a sua morte anunciada e a sua substituição por uma outra empresa.

E sobre esta outra empresa importa-nos dizer aqui o seguinte. Infelizmente tem havido uma tendência (o que nos surpreende, porque há uns anos este mesmo Partido Socialista dizia-se contra as sociedades de desenvolvimento regional que tinham um modelo na Madeira...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): À semelhança da Madeira!

O Orador: ...e aqui eram altamente criticadas), nós temos vindo a assistir nos últimos anos...

Deputado Francisco César (PS): Não tem nada a ver!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...à criação do Governo Regional, SA, ou EPE, se preferirem. Isto é uma situação que nos parece um bocadinho desadequada, desde logo porque esta tendência agora tem uma nova *nuance*: além de retirar do âmbito de

fiscalização direta, do âmbito do orçamento aqui aprovado, diretamente por esta casa, neste momento, pelo que disse o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional em sede de comissão, esta empresa irá substituir no quadro da conceção, da criação, do pensar, do refletir aquelas que são as políticas do Governo Regional, a Secretaria da Economia e a direção regional, a DRIAC.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): DRAI!

O Orador: A DRAI. Peço desculpa, agradeço a correção.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Presumindo que era isso a que o Sr. Deputado se referia!

O Orador: E esta substituição parece-nos toda desadequada na medida em que a direção regional passa, nas palavras do Sr. Vice-Presidente, a ter uma atividade fiscalizadora precisamente desta criação de medidas, deste pensar, deste estruturar.

Ora, essas são precisamente as competências dos técnicos superiores na função pública, são as competências de pensar, de criar as medidas, de criar as políticas de acordo com as orientações do Governo.

Parece-nos manifestamente exagerado que sejam substituídos nas suas funções – e é o que este diploma faz e que já fazia o diploma da APIA e outros que por aí andam –...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Subscrevo!

O Orador: ...secretários por administradores, que sejam substituídos diretores regionais por diretores gerais,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Diretores gerais?

O Orador: ...que sejam substituídas nas suas funções as secretarias do Governo Regional por empresas que fogem a todo o tipo de controlo desta casa e não só.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Com a concordância do PSD!

O Orador: Com a concordância do PSD, aparentemente!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estas competências, inclusive desta empresa, são competências que vão buscar diretamente aquelas que são as atribuições do Governo Regional, começando logo na alínea a), do artigo 7.º dos estatutos (“propor e promover medidas para a redução de custos de contexto”), já aqui referida pelo Sr. Vice-Presidente.

Ora, esta empresa não tem qualquer capacidade nem de decreto, nem de iniciativa legislativa para acabar com esses custos de contexto que são quase sempre custos públicos,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ora aí está como o senhor responde às suas perguntas!

O Orador: ...são quase sempre situações públicas, como casos de prazos de licenciamento e outras questões.

Para que é que se cria aqui mais um órgão, mais um organismo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais despesa!

O Orador: ...para dizer ao Governo Regional que deve resolver, que deve reduzir os seus prazos de licenciamento, por exemplo, ou que deve melhorar outras facetas?

Achamos que esta matéria, e com os atributos que aqui estão, tem tanta importância e tanto peso que deve ficar estritamente na esfera do Governo Regional e na tutela do Sr. Secretário da Economia, porque merece efetivamente esse destaque e merece efetivamente essa elevação.

Achamos que as competências que lhe são atribuídas, que não são de facto aqui competências que podiam ser do Governo Regional,...

Deputado Francisco César (PS): O problema não são as competências!

O Orador: ...são competências que acabam por estatizar, ao fim e ao cabo, a atividade das empresas, competências, como por exemplo, a de participar ... Perdão! A alínea g): “desenvolver estratégias de eficiência coletiva [passo a citar] por parte da PME”.

Isto são estratégias que as próprias empresas em conjunto, através das suas câmaras de comércio, através dos seus órgãos, devem desenvolver conjuntamente.

O Governo aqui, aparentemente, - esta EPE, ao fim e ao cabo, poderia ser uma direção regional e pouparia a criação de 5 lugares de administração -,...

Deputado Francisco César (PS): Está a contradizer-se um bocadinho, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 5!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Até!

O Orador: Até 5!

...poderia facilmente e com maior eficácia (dizemos nós) desenvolver diretamente em articulação com os órgãos de Governo Regional e não com este intermediário.

Estas competências diversas, este rol de competências que estão aqui no artigo 7.º são quase todas retiradas – retiradas não –, absorvidas, sobrepostas àquelas que são as competências da sociedade civil das próprias empresas, dos seus agrupamentos, das suas associações e, por outro lado, competências diretas do Governo Regional, da área da economia, da área das finanças, da área do emprego, que são agregadas e passadas para o lado desta empresa, mantendo-se as estruturas de onde elas partem, ou seja, ao fim e ao cabo não se retira nenhuma competência do Estado,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então, retira-se ou não se retira?

O Orador: ...da Região, neste caso, mas passam a constar como competências aqui e esta confusão de facto vem provar que a criação desta empresa não terá bom porto como não teve a APIA.

Aliás, permitam-me a ironia, estes estatutos da SDEA que aqui estão parecem um bocadinho como os desejos da Pepa para 2013.

(Risos da câmara)

A Pepa queria uma malinha preta Channel que dizia bem com tudo, um clássico. O Governo Regional quer uma SDEA que faça um bocadinho de tudo na área económica para não ter que fazer diretamente.

Isto aqui, Sras. e Srs. Deputados, consideramos que são efetivamente medidas que não beneficiam por estarem aqui agregadas nesta empresa e consideramos que esta empresa não trará benefícios para a Região, na medida em que está aqui estruturada. Achamos que é redundante.

O Sr. Vice-Presidente dizia outro dia, em declarações à imprensa, que considerava que esta empresa não era estatizante na medida em que só concorreria aos apoios nela previstos, só adeririam aos projetos que o Governo lançar através da SDEA as empresas que assim quisessem. Pois bem, parece-nos aqui uma atitude perfeitamente descabida, na medida em que esta empresa surge como uma das respostas do Governo Regional, uma das 60 medidas propostas para o combate ao desemprego e para o desenvolvimento da competitividade económica. A lógica dita que se isto é criado com esta necessidade seria para ser o mais abrangente possível, portanto, o Governo deveria desejar precisamente o oposto, que todas as empresas aderissem.

Agora, não podem é desejar isso e ao mesmo tempo estar aqui a sobrepor-se às competências. Não é a completá-las, não é a ter competências supletivas, é a sobrepor-se.

Não deveria estar a fazer isso nesta medida porque efetivamente o que acaba por fazer é prejudicar a atividade, ao fim e ao cabo, e não dinamizá-la.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A criação desta empresa não trará nada de novo a este setor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só despesas!

O Orador: Não trará nada de vantajoso, pelo menos que nós possamos vislumbrar em termos da gestão, da articulação conjunta destas medidas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, cuja criação estamos aqui agora a debater por proposta do Governo, vem substituir e no fundo reconhecer a inutilidade da agora extinta APIA, inscrevendo-se esta sociedade numa das 60 medidas da Agência Açoriana para o Emprego e Competitividade Empresarial.

A confusão de organismos, de lojas, de agências, de comissões a criar na referida Agenda reflete-se, quanto a nós, neste diploma. E isto é tão claro e que até pareceres de entidades que apoiam sem reservas a referida Agenda solicitam esclarecimentos sobre a mais do que provável duplicação e atropelo de competências e de funções.

A alteração proposta neste diploma, à qual por princípio não temos nenhuma objeção de fundo, porque entendemos que o Governo deve ter os meios apropriados para a execução das suas políticas, para além de confusão regista, do nosso ponto de vista, uma ideia pré formatada, que é começar a casa pelo telhado e vamos explicar porquê.

Um dos fatores emergentes e decisivos para tirar os Açores da atual crise em que está mergulhado é o investimento, seja ele externo, ou seja ele interno. Por isso, a nosso aviso, a primeira grande medida não deveria ser montar mais uma sociedade, mais uma empresa,...

Deputado Francisco César (PS): Não é mais uma empresa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mais!

A Oradora: ...mais uma comissão; deveria ser dizer claramente aos investidores internos e externos quais são as regras do jogo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São as regras do Sr. Vice-Presidente!

A Oradora: ...e quais são os fatores de atratividade que existem nos Açores. Tanto mais que o Governo é o primeiro a reconhecer que há desatualização naquilo a que podemos chamar o código de prioridades para o investimento e nós concordamos com o Governo Regional. Há uma desatualização, ou seja, concordamos com o diagnóstico, não temos a certeza se viremos a concordar com a terapia.

Contudo, e do nosso ponto de vista, mudar alguma coisa, neste caso mudar o nome, para ficar tudo na mesma é que nós achamos que não vale a pena.

Portanto, devemos, quanto a nós, começar por mudar aquilo que é essencial, o que não é o caso com a criação desta sociedade.

Por outro lado,...

Deputado Francisco César (PS): O que é que é essencial, Sra. Deputada?

A Oradora: Já disse que é estabelecer primeiro, com clareza, quais são as prioridades de investimento, de que natureza e quais, na Região Autónoma dos Açores. Começemos por aí.

Deputado Francisco César (PS): A Agência Açoriana para a Criação de Emprego!

A Oradora: Como acontece muitas vezes a confusão de objetivos, de linhas orientadoras e infraestruturais, de duplicação de funções. Estão cá! Mas para começar e para além desta confusão há uma coisa que nós sabemos com toda a clareza: é que até 5 administradores esta sociedade poderá ter para começar. A confusão de um lado, a clareza absoluta do outro. Cinco administradores!

Finalmente, e não tendo uma objeção de fundo, consideramos que há demasiadas zonas de sombra nesta iniciativa e em conformidade, não inviabilizando a aprovação desta proposta de Decreto Legislativo Regional, o nosso sentido de voto será a abstenção.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Direção Regional de Apoio ao Investimento à Produtividade tem as seguintes competências: “Colaborar no estudo e definição de medidas políticas setoriais nas áreas de apoio ao investimento e competitividade; assegurar o funcionamento, a coordenação e a articulação dos sistemas de incentivos ou estímulo ao investimento; contribuir para um contexto de eficiência potenciadora de investimento”; etc., etc. ...

O que nós verificamos é que o conjunto de competências que estão previstas para a Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores repetem estas competências. Significa que nós estamos a duplicar os órgãos que têm as mesmas competências para fazer a mesma coisa e, portanto, dessa forma não só introduz mais um elemento de complexidade de sistema de decisão (porque temos duas entidades que têm as mesmas competências e, portanto, isto não pode ser bom em qualquer sistema em que o processo de decisão seja um processo de decisão absolutamente racional, não tem nenhuma vantagem), como por outro lado aumenta a despesa que a Região tem neste setor e tem para cumprir estes objetivos.

Considero que esta iniciativa do Governo até ao momento não foi devidamente esclarecida, no sentido de qual é a vantagem que a Região retira em realizar mais esta despesa e em ter mais uma entidade com as mesmas competências que a administração regional já tem. Não vejo qualquer vantagem.

Para mais, poder-me-ão avançar com o argumento da especialização que a Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial teria. Aí considero que a experiência da APIA demonstra exatamente o contrário. A APIA tinha competências menos extensas do que tem agora a Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores e a APIA, que se centrava sobretudo num esforço de captar o investimento externo, falhou.

Portanto, existia um grande grau de especialização por parte da APIA e este grau de especialização não funcionou. Não vejo nenhum motivo para esta entidade, com um grau maior de competências que reproduzem as que estão já no âmbito da administração regional. Não vejo qual é a vantagem, a vantagem em termos do processo de decisão, a vantagem em termos de celeridade, de racionalidade e de menor despesa para a administração regional.

Para mais, nós também podemos verificar, nomeadamente, por exemplo, naquele que é o parecer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores – leio apenas este parágrafo –: “ Estão previstas algumas atribuições para as quais a Câmara do Comércio não concorda, uma vez que já existem entidades que as vêm desenvolvendo, como são os casos desta câmara e das suas associadas.

Referimo-nos muito em especial à coordenação e dinamização da instalação de uma rede de gabinetes de apoio às empresas”, etc., etc.

Ou seja, o próprio mundo empresarial...

Deputado Francisco César (PS): Não acha muito estranho!? Em todo o mundo é assim!

O Orador: ...considera que existe uma invasão daquelas que são as suas competências, ou seja, também temos uma invasão daquelas que são as competências já da administração regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Apoio às empresas é concorrência à privada!

O Orador: Estamos aqui neste processo, no âmbito da Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, a replicar competências que estão no âmbito na sociedade civil e que estão no âmbito da administração regional.

Portanto, de forma alguma estou convencido que esta sociedade pode trazer algumas vantagens em termos do desenvolvimento empresarial dos Açores, em termos do desenvolvimento do setor exportador dos Açores, do desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores. Não vejo nenhuma vantagem, vejo sim mais uma despesa e novamente com um conjunto de burocracias e uma complexidade, uma sobreposição de tomadas de decisão que vão tornar a tomada de decisão nos Açores, nestes setores, mais complexa, mais burocrática.

Não vejo nenhuma vantagem, por isso não posso apoiar esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou, no âmbito deste clima de alguma convergência sobre esta proposta que se está aqui a desenvolver, tentar esclarecer, ou pelo menos, contribuir para a discussão tirando algumas dúvidas que eventualmente ainda existem, clarificando algumas questões.

A primeira questão que é bom dizer é que isto não é mais uma entidade. Nós não estamos a criar mais entidades. Nós estamos a pegar nas entidades existentes, na atual estrutura da administração e reafectar entre elas competências. Primeira questão. Não estamos a criar mais entidades.

Segundo aspeto fundamental. Nós não estamos, ao contrário do que foi dito, a alterar competências entre departamentos da administração regional.

Terceira questão que também está a gerar confusão. Por exemplo, o Sr. Deputado leu as supostas competências da DRAIC, mas são as competências não no âmbito desta legislatura, são da anterior. Aí é que está o seu engano. O Governo o que aprovou foi a macro orgânica que definiu as competências entre cada departamento do Governo. Ainda não aprovou, como o não poderia ter feito, a orgânica, a micro orgânica, que é dentro de cada departamento como é que a administração se organiza, quais são as competências de cada direção regional, quais são as competências de cada entidade, no âmbito de cada departamento. Portanto, é esse equívoco da análise que está a ser feito.

O que foi única e exclusivamente definido foram quais as competências de cada departamento e isso não está aqui em causa. O que está em causa é, depois dessas competências de cada departamento estarem definidas, como é que o departamento se organiza de forma a fazer face à operacionalização dessas competências.

Gostaria também de lembrar ao Sr. Deputado Nuno Melo Alves (hoje não vou entrar em aceso debate consigo, porque o Sr. Deputado faz anos hoje e aproveito para lhe dar os parabéns e como sabe da praxe parlamentar tem que pagar o jantar a todos os Deputados...

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu faço anos amanhã!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Paga amanhã!

O Orador: Paga amanhã! Já temos jantar pelo menos para dois dias!

As questões que coloca, uma parte, eu sinceramente não consegui perceber e a outra parte eu sinceramente acho que não têm qualquer razão.

Neste contexto, gostaria de lembrar-lhe que a estrutura que neste momento nós propomos, em termos de organização, é uma estrutura, por exemplo, que foi há pouco tempo profundamente disputada entre ministros do PSD e do PP,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

Deputado Francisco César (PS): Ai é, é!

O Orador: ...porque aquela estrutura de organização que, por exemplo, o seu líder nacional defendia como da sua tutela,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E que seja? E depois?

O Orador: ...ou seja, é aquilo que os senhores acham que não deve ser aplicado aos Açores em termos estruturais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Autonomia? O Governo Regional anda a copiar o Governo da República?

Estamos conversados!

O Orador: Sr. Deputado, digo-lhe muito à vontade (e tendo em conta que o Sr. Deputado Nuno Melo Alves faz anos hoje) que as boas ideias devem ser seguidas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos conversados!

O Orador: ...independentemente de quem as propõe e quem tem preconceito em relação a quem propõe as ideias e não ao conteúdo das ideias nunca conseguirá ter uma avaliação construtiva das questões. Isto é o que lhe digo.

Portanto, para nós as boas ideias são sempre para aplicar.

Agora o que interessa essencialmente é nesse âmbito, depois de fazer estes esclarecimentos, criarmos as condições sem aumentar a estrutura da administração pública regional...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aumenta!

O Orador: ...permitir ter sinergias de forma a que se possa fazer mais, de forma mais rápida e com maior eficácia e eficiência em relação às questões e aos novos desafios.

Ao contrário do que o Sr. Deputado Nuno Melo Alves disse a APIA não foi uma inutilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Inutilidade absoluta!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual foi o investimento que ela fez?

O Orador: A APIA fez exatamente aquilo que era a sua função no tempo em que estava. Agora o novo desafio que se coloca, neste momento, aos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dê um exemplo de um investimento que ela fez?

O Orador: ...e às empresas dos Açores, a prioridade, não é captar novos investimentos e é isso que os senhores não perceberam. Hoje em dia o apoio às empresas não é direcionado para mais investimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai não?!

O Orador: O apoio às empresas, neste momento, deve ser direcionado para manterem o emprego, para assegurarem a sua sustentabilidade e a sua rentabilidade. É este o desafio que a conjuntura nos impõe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim que se cria mais emprego!

O Orador: Ao contrário do que diz o Sr. Deputado Paulo Estêvão, para nós, Governo, o apoio às empresas é uma competência e uma responsabilidade também do Governo e uma responsabilidade que nós não abdicamos e neste contexto o que é importante...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a subsidiodependência levada ao extremo!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas podia ter dito!

(Risos de alguns Deputados da câmara)

O Orador: O Sr. Deputado disse e citou que “estes gabinetes, os gabinetes criados, irão dar apoio às empresas”.

O senhor disse: “Não, apoio às empresas é uma competência das câmaras do comércio”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso!

O Orador: Disse, disse. Posso não ter percebido, mas foi isso que disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas também é!

O Orador: Também é, agora não podemos confundir o que são competências... Obviamente um decreto legislativo não define competências de entidades privadas, define a organização de entidades públicas, ou seja,...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Sr. Deputado, se me permitir. Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sempre nos demos bem!

O Orador: Neste contexto, o que importa dizer é que não se trata aqui de (nem se podia) definir competências entre público e privado. As entidades públicas atuam de acordo com as suas competências e as entidades privadas atuam de acordo com as suas competências. Nunca pode um normativo legislativo definir as competências dos privados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso que parece que está a fazer!

O Orador: Não! O que está a definir é a forma como se organizam as competências públicas. Não confundir competências com atividades. Uma coisa é delegar atividades, uma coisa é delegar competências, uma coisa muito diferente é abdicar de competências e aqui não se trata de abdicar, como não podia ser, de nenhuma competência.

Sobre esta matéria, para concluir, o que importa para resumir é que, primeiro, não há criação de mais entidades; segundo, não se trata de alterar competências orgânicas do Governo, mas sim mantê-las no âmbito da orgânica, de (dentro da macro orgânica departamental) definir uma nova forma de organização que se considera que é aquela que permite uma maior rentabilização e aproveitamento dos recursos humanos, materiais e logísticos existentes, de forma a que esta reorientação estratégica - que se assume e que se define -, onde a prioridade deixa de ser pela conjuntura externa o apoio ao investimento privado, passe para o apoio às empresas e ao emprego. O grande desafio que se coloca agora não é promover mais investimento, porque o que as empresas precisam é de serem mais competitivas, mais rentáveis, mais sustentáveis e poderem manter os seus níveis de emprego e, tendo em conta que é esta a nova exigência que se

enquadra neste momento na estrutura empresarial regional, poder fazer de forma mais eficaz. Porquê?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o que o Governo faz com esta empresa! Está a dar-nos razão!

O Orador: Porque há que distinguir claramente o que é que são as entidades operativas de execução dos programas, daquilo que deve ser o contributo macro da sua definição, da sua avaliação, permanentes resultados e da sua monitorização em termos de ajustamento e de aperfeiçoamento constante das políticas. Isso é também algo que nós devemos fazer com a participação de todos (câmaras do comércio), de todos os agentes económicos.

Não há nenhuma política de apoio às empresas, de apoio ao emprego que, sendo hoje boa, não possa ser melhor e uma política que, sendo hoje boa, não possa, dado o enquadramento que se altera diariamente, ser aperfeiçoada, ser melhorada.

O que aqui se diz muito claramente é que nós temos que estar (e estamos e estaremos) permanentemente disponíveis para adequar, em cada momento, as nossas políticas, no sentido não só de aperfeiçoá-las, mas de as adaptar com maior dinâmica, com maior rapidez e com maior fluidez às necessidades da estrutura empresarial e necessária aos trabalhadores açorianos.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Sendo 19 horas e 30 minutos, encerramos por agora os nossos trabalhos. Retomamos amanhã de manhã às 10 horas.

Uma boa noite para todos.

Eram 19 horas e 30 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Paulo Alexandre Vieira Borges

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Jorge Manuel de Almada Macedo

Correspondência

1- Ante Proposta de Lei :

Assunto: Autoriza o Governo a aprovar os princípios e regras gerais aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas e a complementar o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais - n.º 106/XII/2 - n.º 1/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2012 – 11 – 09

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 11 – 29.

2 - Proposta de Lei :

Assunto: Revoga a Lei dos Compromissos e dos Programas em Atraso - n.º 318/XII – Aprova o Código de Processo Civil - n.º 3/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2012 – 12 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 27;

Assunto: Aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário - n.º 114/XII – n.º 4/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2012 – 12 – 06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 27;

Assunto: Estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada - n.º 117/XII - n.º 8/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2012 – 12 – 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 03;

Assunto: Procede à quinta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, ajustando o valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho - n.º 120/XII - n.º 11/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 01 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 23;

Assunto: Aprova a lei de finanças das Regiões Autónomas - n.º 121/XII - n.º 12/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 01 – 03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 23;

Assunto: Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - n.º 122/XII - n.º 13/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 01 – 03

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 23.

3 - Projeto de Lei:

Assunto: Revoga a Lei dos Compromissos e dos Programas em Atraso - n.º 313/XII/2 – n.º 2/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2012 – 11 – 09

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 11 – 29;

Assunto: Altera o regime de renda apoiada para uma maior justiça social primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 8 de Maio - n.º 318/XII – n.º 5/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2012 – 12 – 06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 27;

Assunto: Suspensão da Aplicação do regime da renda apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio – n.º 319/XII- n.º 6/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2012 – 12 – 06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 27;

Assunto: Procede à revogação da Lei 22/2012, de 30 de Maio (Regime Jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica - n.º 322/XII – n.º 7/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2012 – 11 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 1 – 31;

Assuntos: Regime de Renda Apoiada - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio - n.º 323/XII/2.^a – n.º 9/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2012 – 12 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 03;

Assunto: Procede à primeira alteração à Lei n.º 103/97, de 13 de setembro, que estabelece o regime fiscal específico das sociedades desportivas – n.º 119/XII – n.º 10/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2012 – 12 – 18

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 07.

4 - Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o regime dos juros aplicável, no reembolso de verbas no âmbito de apoios concedidos pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.; à Agricultura ao Desenvolvimento Rural, às Pescas e aos setores conexos – MAMAOT – (reg. DL. 548/2012) – n.º 3/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 11 – 04

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 17;

Assunto: Estabelece as regras e os procedimentos a adotar pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., no processo de delegação de tarefas e competências necessárias à execução da função de pagamento das ajudas e dos apoios financeiros, designadamente no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia, e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - MAMAOT - (Reg. DL 560/2012) - n.º 4/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 12 – 30

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 12;

Assunto: Regulamenta o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013, concluindo a transposição da Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa - MAMAOT - Reg. DL 633/2012. – n.º 7/X

Entrada: 2012 – 12 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 09;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei n.º 5/2013 - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2013 – MFAP - (Reg. DL 5/2013) – n.º 8/X

Entrada: 2013 – 01 – 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 23.

5 - Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Revoga a Lei dos Compromissos e dos Programas em Atraso - n.º 313/XII/2 – n.º 2/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 11 – 22

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 11 – 28;

Assunto: Aprova a orgânica da Entidade República dos Serviços de Águas e Resíduos PCP (MAMAOT) - Reg. PL 113/2012 - nº 5/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 12 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 19;

Assunto: Estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo – PCM 8MAMAOT) Reg. PL 597/2012 - (nº 6/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 12 – 11

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 31.

6 - Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Cria um apoio extraordinário para os funcionários da Administração Regional que foram abrangidos pela suspensão de subsídios prevista no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012.- nº 1/X](#)

Autor: PCP

Entrada: 2012 – 11 – 06

Comissão: Comissão de Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 26;

Assunto: [Adapta à Região Autónoma dos Açores o Código do Trabalho e respetiva regulamentação - n.º 2/2012](#)

Autor: BE

Data entrada: 2012 – 12 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 04;

Assunto: [Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2009/A, de 5 de junho \(PROMEDIA II - Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada para o Quadriénio 2009-2012\). - n.º 3/X](#)

Autor: PSD

Data entrada: 2012 – 12 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 06;

Assunto: [Alteração ao Anexo \(Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca – FUNDOPESCA\) do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de Maio de 2002 - n.º 4/X](#)

Autor: BE

Data entrada: 2012 – 12 – 12

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 14;

Assunto: [Alteração ao Regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional \(Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional 8/2002/A de 10 de Abril\).- n.º 5/2013](#)

Autor: PCP

Data entrada: 2013– 01 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013-02-14.

7 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores \(SDEA, E.P.E.\) – n.º 1/X](#)

Autor: Governo

Data entrada: 2012 – 12 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 27.

8 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo que efetue as diligências necessárias para que a EDA, SA. institua uma redução tarifária, especial e transitória, no valor de 10% sobre o valor a faturar a cada cliente de eletricidade - n.º 1/X](#)

Autor: PCP

Entrada: 2012 – 11 – 06

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 26;

Assunto: [Rejeita o memorando de entendimento assinado entre o Governo Regional e o Governo da República – 2/X](#)

Autor: PCP

Entrada: 2012 – 11 – 06

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 26;

Assunto: [Cria a Comissão Eventual para a Revisão do Sistema Eleitoral da Região – n.º 8/2012](#)

Autor: PSD

Data entrada: 2012– 12 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013-01-11;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que realize os procedimentos necessários, nomeadamente a criação de uma dotação orçamental adequada, para que as obras de ampliação \(alargar e prolongar o cais\) e modernização do porto da Casa se possam iniciar ainda no decorrer do ano 2013 - n.º 9/X](#)

Autor: PPM

Data entrada: 2012- 12 – 18

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013-01-18;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que encomende à Universidade dos Açores a realização de um estudo técnico-científico aprofundado sobre os reais impactos do fim do regime das quotas leiteiras nos Açores. - n.º 10/XII](#)

Autor: CDS/PP

Data entrada: 2013- 01 – 07

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013-02-07;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que alargue o âmbito do Programa Operacional PRO-EMPREGO a todos os trabalhadores que, embora estejam afetos à Administração Central, exerçam a sua atividade em serviços desconcentrados na Região Autónoma dos Açores.- n.º 11/2012](#)

Autor: PPM

Data entrada: 2013- 01 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013-02-14.

9 - Petições:

Assunto: Criação de Legislação sobre reformas – n.º 1/X

Autor: Eduardo Manuel Vieira Barbosa

Data de Entrada: 2012 – 11 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: por 60 dias; Aguarda Admissibilidade da Comissão

Assunto: Por Uma Nova Política para com os Animais de Companhia – n.º 2/X

Autor: Teófilo Soares de Braga

Data de Entrada: 2012 – 12 – 26

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 02 – 27; Aguarda Admissibilidade da Comissão.

10 – Anteprojeto de Lei:

Assunto: [Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores \(Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho\).](#)
[– n.º 1/X](#)

Autor: PPM

Entrada: 2012 – 11 – 15

Comissão: Assuntos, Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 12 – 26.

11 – Requerimentos:

Assunto: [Pagamentos do Governo Regional dos Açores às empresas de construção civil](#)

Autores: Luís Rendeiro, António Ventura, e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2012.11.27

Referência: 54.03.03 – N.º 8/X;

Assunto: [Hospital da Horta sem Nefrologista](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Luís Maurício (PSD)

Data de Entrada: 2012.11.28

Referência: 54.03.07 – N.º 9/X;

Assunto: [Apoio à comunicação social privada dos Açores](#)

Autores: José Andrade, António Ventura e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2012.11.29

Referência: 54.03.00 – N.º 10/X;

Assunto: [Trilhos Pedestres da Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.12.03

Referência: 54.07.09 – N.º 11/X;

Assunto: [Dragagem do Fundo do Porto da Casa](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.12.07

Referência: 54.07.09 – N.º 12/X;

Assunto: [Atribuição/pagamento de bolsas de estudo](#)

Autores: Judite Parreira, António Ventura e Renato Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2012.12.12

Referência: 54.03.00 – N.º 13/X;

Assunto: [Remodelação do Museu Carlos Machado](#)

Autores: José Andrade e Renato Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2012.12.12

Referência: 54.03.02 – N.º 14/X;

Assunto: [Unidade de Saúde da Ilha do Corvo - 2](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.12.13

Referência: 54.07.09 – N.º 15/X;

Assunto: [Anulação de Procedimento concursal - 2](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.12.13

Referência: 54.07.09 – N.º 16/X;

Assunto: [Nova Biblioteca Pública Regional de Angra do Heroísmo](#)

Autor: Artur Lima (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.12.13

Referência: 54.01.03 – N.º 17/X;

Assunto: [Remodelação do Museu Carlos Machado “Pior a Emenda que o Soneto”](#)

Autores: José Andrade e Renato Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2012.12.14

Referência: 54.03.02 – N.º 18/X;

Assunto: [Concurso de aquisição de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias entre as ilhas das Flores e do Corvo, com obrigações de serviço público](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.12.14

Referência: 54.07.09 – N.º 19/X;

Assunto: [Apoios concedidos, contratos celebrados e ajustes diretos na Administração Pública Regional](#)

Autores: Artur Lima, Nuno Melo Alves e Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.12.14

Referência: 54.01.00 – N.º 20/X;

Assunto: [Estado atual do processo de levantamento e aquisição, realizado pela Direção Regional da Cultura, de levantamento e aquisição, pela Direção Regional da Cultura, dos objetos de valor cultural e patrimonial existentes na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.12.17

Referência: 54.07.09 – N.º 21/X;

Assunto: [Subtração ilegal de remuneração devido a participação em candidatura eleitoral da oposição](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.12.17

Referência: 54.07.09 – N.º 22/X;

Assunto: [Limpeza de estrada e aquedutos da Vila da Praia](#)

Autores: Valdemiro Vasconcelos e João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2012.12.19

Referência: 54.03.04 – N.º 23/X;

Assunto: [EDA: Cortes de fornecimento de energia elétrica na ilha Terceira com frequência escandalosa, reprovável e persistente](#)

Autores: Artur Lima, Luís Silveira e Nuno Melo Alves (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.12.21

Referência: 54.01.03 – N.º 24/X;

Assunto: [Património imóvel da Região Autónoma dos Açores na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.02

Referência: 54.07.09 – N.º 25/X;

Assunto: [Revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas](#)

Autores: Artur Lima, Nuno Melo Alves e Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.01.04

Referência: 54.01.00 – N.º 26/X;

Assunto: [Oferta de eventos culturais na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.07

Referência: 54.07.09 – N.º 27/X;

Assunto: [Integração da educação pré-escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.07

Referência: 54.07.09 – N.º 28/X;

Assunto: [Apoios ao desporto atrasados](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia, Cláudio Lopes, Luís Rendeiros e Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2013.01.09

Referência: 54.03.00 – N.º 29/X;

Assunto: [Porto Comercial do Pico](#)

Autores: Duarte Freitas e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2013.01.09

Referência: 54.03.06 – N.º 30/X;

Assunto: [Currículo Regional](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.09

Referência: 54.07.00 – N.º 31/X;

Assunto: [Transparência na admissão de trabalhadores da administração pública autónoma](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.01.09

Referência: 54.06.00 – N.º 32/X;

Assunto: [Avaliação da Prevenção das toxicodependências nos Açores](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.01.09

Referência: 54.06.00 – N.º 33/X;

Assunto: [Incube = Incubadora de Empresas + Júnior Empresa](#)

Autores: Cláudio Almeida, Luís Maurício e José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2013.01.10

Referência: 54.03.00 – N.º 34/X;

Assunto: [Dragagem do Fundo do porto da Casa - 2](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.10

Referência: 54.07.09 – N.º 35/X.

12 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Cortes de Eletricidade na Ilha Terceira](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.12.04

Referência: 54.03.03 – N.º 1/X;

Assunto: [Transparência e isenção na Administração Regional](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.12.04

Referência: 54.07.09 – N.º 2/X;

Assunto: [Intoxicação Alimentar/Virose](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.12.06

Referência: 54.03.03 – N.º 4/X;

Assunto: [Anulação de Procedimento Concursal](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.12.06

Referência: 54.07.08 – N.º 6/X;

Assunto: [Unidade de Saúde do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.12.07

Referência: 54.07.09 – N.º 3/X;

Assunto: [Casa-Museu Francisco Ernesto de Oliveira Martins](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.12.11

Referência: 54.03.03 – N.º 5/X;

Assunto: [Hospital da Horta sem Nefrologistas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.12.21

Referência: 54.03.07 – N.º 9/X;

Assunto: [Dragagem do Fundo do Porto da Casa.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.08

Referência: 54.07.09 – N.º 12/X;

Assunto: [Concurso de aquisição de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias entre as ilhas das Flores e do Corvo, com obrigações de serviço público](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.14

Referência: 54.07.09 – N.º 19/X.

13 – Comunicações/Informações:

Assunto: Interpelação ao Governo Regional a respeito da perseguição e intimidação política, a mando da tutela política do Governo Regional, no âmbito da administração regional da RAA.

Autor: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2012 – 11 – 05;

Assunto: Pedido de cancelamento da interpelação ao Governo Regional a respeito da perseguição e intimidação política, a mando da tutela política do Governo Regional, no âmbito da administração regional da RAA.

Autor: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2012 – 12 – 06;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional sobre as negociações em curso a respeito da anunciada redução do dispositivo militar norte-americano e da força laboral portuguesa na Base das Lajes.

Autor: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2012 – 12 – 06;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional, sobre a "Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial"

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de entrada: 2013 – 01 – 03;

Assunto: Sessão de Perguntas ao Governo "Concurso de aquisição de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias entre as ilhas das Flores e do Corvo".

Autor: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2013 – 01 – 02;

Assunto: Ofício a informar o objeto da sessão de perguntas ao Governo Regional - "Processo concursal de aquisição de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias entre as ilhas das Flores e do Corvo"

Autor: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2013 – 01 – 09;

Assunto: Pedido de cancelamento da interpelação ao Governo Regional sobre "Processo concursal de aquisição de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias entre as ilhas das Flores e do Corvo".

Autor: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2013 – 01 – 24;

Assunto: Ofício a solicitar a prestação de depoimento como testemunha em audiência de discussão e julgamento do Sr. Deputado Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Autor: O Tribunal Judicial da Praia da Vitória

Data de entrada: 2012 – 11 – 13;

Assunto: Envio de Resolução “Prosseguir a Luta contra a exploração e o empobrecimento, derrotar a Política de Direita com os Trabalhadores, Portugal tem Futuro”

Autor: A União de Sindicatos da Horta (Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo)

Data de entrada: 2012 – 11 – 14;

Assunto: Ofício a comunicar a distribuição dos Senhores Deputados pelas Comissões Permanentes desta Assembleia, da seguinte forma:

Comissão Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho: Francisco Coelho, Isabel Rodrigues, Claudia Cardoso, Luis Maciel, Graça Silva, Paulo Borges e Pedro Moura

Comissão de Política Geral: José San-Bento, Bárbara Chaves, André Rodrigues, Iasalde Nunes, José Contente, Lizuarte Machado e Manuel Pereira;

Comissão Assuntos Sociais: Domingos Cunha Renata Correia Botelho, Arlinda Nunes, Carlos Mendonça, Catarina Furtado, Lúcio Rodrigues e Pilar Medeiros;

Comissão de Economia: Francisco César, José Ávila, Duarte Moreira, Lara Martinho, Marta Couto, Miguel Costa e Rogério Veiros;

Comissão Permanente: Francisco César, José Ávila, Duarte Moreira, Lara Martinho

Marta Couto, Miguel Costa e Rogério Veiros

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2012 – 11 – 19;

Assunto: Ofício a comunicar os Deputado que integrarão a Comissão Permanente, bem como as seguintes Comissões Especializadas Permanentes, que abaixo indico:

Comissão Permanente: Duarte Nuno D' Ávila Martins de Freitas; António Augusto; Batista Soares Marinho; Luís Carlos Correia Garcia, António Lima Cardoso Ventura, Bruno Filipe de Freitas Belo, Jorge Alberto da Costa Pereira e Cláudio José Gomes Lopes;

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho: Luís Carlos Correia Garcia, Humberto Trindade Borges de Melo; José Maria de Medeiros Andrade; Luís Miguel Forjaz Rendeiro;

Comissão de Política Geral: Jorge Alberto da Costa Pereira, Cláudio José Gomes Lopes, João Luís Bruto da Costa Machado da Costa e Bruno Filipe de Freitas Belo;

Comissão de Economia: António Augusto Batista Soares Marinho, Jorge Manuel de Almada Macedo, António Oldemiro das Neves Pedroso e Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro;

Comissão de Assuntos Sociais: Aida Maria Melo Amaral, Cláudio Borges de Almeida; Luís Maurício Mendonça Santos e Maria Judite Gomes Parreira

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2012 – 11 – 19;

Assunto: Ofício a indicar os Deputados para as Comissões Permanentes da X Legislatura da ALRAA, abaixo indicado:

Comissão Permanente: Artur Lima e Luís Silveira;

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho: Luís Silveira;

Comissão de Política Geral: Luís Silveira;

Comissão de Economia: Nuno Melo Alves;

Comissão de Assuntos Sociais: Nuno Melo Alves;

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima

Data de Entrada: 2012 – 11 – 19;

Assunto: Ofício a indicar que integrará, em primeiro lugar a Comissão de Economia e em segundo lugar a Comissão de Política Geral

Autor: A Representação Parlamentar do BE, Zuraída Soares

Data de Entrada: 2012 – 11 – 19;

Assunto: Ofício a comunicar que integrará a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e, sem direito a voto, a Comissão de Assuntos Sociais

Autor: A Representação Parlamentar do PCP, Aníbal Pires

Data de Entrada: 2012 – 11 – 19;

Assunto: Ofício a comunicar que integrará a Comissão de Assuntos Sociais, e participará na Comissão de Economia, sem direito a voto

Autor: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2012 – 11 – 19;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, o relatório de auditoria e as verificações internas de contas de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 13/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 08/117.01) – “Auditoria à VFC EMPREENDIMENTOS, EM – Relações financeiras com o Município de Vila Franca do Campo e empresas participadas”;
- VIC. n.º 16/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.04) – “Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”;

- VIC. n.º 17/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.05) – “Associação de Municípios da Ilha do Pico”;
- VIC. n.º 18/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.06) – “Tesoureiro de Ponta Delgada”;
- VIC. n.º 19/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.07) – “Tesoureiro de Angra do Heroísmo”;
- VIC. n.º 20/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.08) – “Tesoureiro da Horta”;
- VIC. n.º 21/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.19) – “Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico”;
- VIC. n.º 22/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.22) – “Serviço de Desporto da Terceira”.

Autor: O Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2012 – 11 – 22;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, o relatório de auditoria e as verificações internas de contas de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 14/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/104.02) – “Auditoria ao Município de Angra do Heroísmo – Dívida pública e encargos plurianuais”;
- VIC. n.º 23/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.09) – “Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária da Madalena”;
- VIC. n.º 24/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.05) – “Escola Básica e Secundária de Santa Maria”;
- VIC. n.º 25/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.15) – “Escola Básica Integrada de Lagoa”;
- VIC. n.º 26/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.23) – “Inspeção Regional da Educação”;
- VIC. n.º 27/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.29) – “Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas - IAMA”.

Autor: O Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2012 – 12 – 06;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, o relatório de auditoria e as verificações internas de contas de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 15/2012-FC/SRATC (Proc.º n.º 11/102.03) – “Auditoria aos adicionais ao contrato de empreitada de construção da EB 2, 3 de Água de Pau”;
- Audit. n.º 16/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 12/104.02) – “Auditoria ao Município da Praia da Vitória – Dívida Pública e Encargos Plurianuais”;
- Audit. n.º 17/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 12/104.03) – “Auditoria ao Município da Lagoa -Dívida Pública e Encargos Plurianuais”;
- VIC. n.º 28/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.05) – “Freguesia do Concelho de Velas”;
- VIC. n.º 29/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.01) – “Freguesia do Concelho de Ponta Delgada”;
- VIC. n.º 30/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.13) – “Fundo Escolar da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória”;
- VIC. n.º 31/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.14) – “Escola Básica Integrada de Água de Pau”;
- VIC. n.º 32/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.27) – “Fundo Regional de Coesão”;
- VIC. n.º 33/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.28) – “Inspeção Regional de Saúde”;
- VIC. n.º 34/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.30) – “Inspeção Regional de Emprego”;
- VIC. n.º 35/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.31) – “Centro de Saúde de Angra do Heroísmo”;
- VIC. n.º 36/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.32) – “Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge”;
- VIC. n.º 37/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.33) – “Centro de Saúde da Horta”;

- VIC. n.º 38/2012-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.34) – “Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores”;

Autor: O Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2013 – 01 – 08;

Assunto: Ofício a comunicar a constituição da Mesa da Comissão: Presidente, Francisco Coelho, (PS) Relatora, Isabel Rodrigues (PS) e Secretário José Andrade (PSD)

Autor: O Presidente da Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Francisco Coelho

Data de Entrada: 2012 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar a constituição da Mesa da Comissão: Presidente: Jorge Costa Pereira (PSD) Relator, Cláudio Lopes (PSD) e Bárbara Chaves (PS)

Autor: O Presidente da Comissão de Política Geral, Jorge Costa Pereira

Data de Entrada: 2012 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar a constituição da Mesa da Comissão: Presidente, Domingos Cunha (PS), Relatora, Renata Botelho (PS) e Secretário Cláudio Almeida (PSD)

Autor: O Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Domingos Cunha

Data de Entrada: 2012 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar que a constituição da Mesa da Comissão: Presidente, Francisco César (PS), Relator, José Manuel Ávila (PS) e Secretário Renato Cordeiro (PSD)

Autor: O Presidente da Comissão de Economia, Francisco César

Data de Entrada: 2012 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar a constituição da Mesa da Comissão: Presidente, Ana Luísa Luís (PS), Relatora, Catarina Paula Moniz Furtado (PS) e Secretário Luís Carlos Correia Garcia (PSD)

Autor: A Presidente da Comissão Permanente, Ana Luísa Luís

Data de Entrada: 2012 – 11 – 26;

Assunto: Ofício a indicar os deputados pertencentes à subcomissão: Francisco César (PS), José Ávila (PS), Miguel Costa (PS); Renato Cordeiro (PSD), Jorge Macedo (PSD), Nuno Melo Alves (CDS/PP) e Zuraída Soares (BE)

Autor: O Presidente da Comissão de Economia, Francisco César

Data de Entrada: 2012 – 11 – 26;

Assunto: Ofício a indicar os deputados pertencentes à Subcomissão: Domingos Cunha (PS), Renata Correia Botelho (PS), Catarina Furtado (PS); Cláudio Almeida (PSD), Aida Santos (PSD), Nuno Melo Alves (CDS/PP), Paulo Estêvão (PPM), Zuraída Soares (BE) e Aníbal Pires (PCP)

Autor: O Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Domingos Cunha

Data de Entrada: 2012 – 11 – 27;

Assunto: Ofício a indicar os deputados pertencentes à Subcomissão: Jorge Costa Pereira (PSD), Cláudio Lopes, (PSD), Bárbara Chaves (PS), José Contente (PS), José San-Bento (PS), Luís Silveira (CDS/PP) e Zuraída Soares (BE)

Autor: O Presidente da Comissão de Política Geral, Jorge Alberto da Costa Pereira

Data de Entrada: 2012 – 11 – 29;

Assunto: Ofício a alterar a indicação dos Deputados pertencentes à subcomissão: Domingos Cunha (PS), Renata Correia Botelho (PS), Catarina Furtado (PS); Cláudio Almeida (PSD), Aida Santos (PSD), Nuno Melo Alves (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM)

Autor: O Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Domingos Cunha

Data de Entrada: 2012 – 11 – 29;

Assunto: Ofício a indicar os deputados pertencentes à Subcomissão: Francisco Coelho (PS), Isabel Rodrigues (PS), Pedro Moura (PS), José Andrade (PAS), Luís Garcia (PSD), Luís Silveira (PP), Aníbal Pires (PCP)

Autor: O Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Francisco Manuel Coelho Cabral

Data de Entrada: 2012 – 12 – 11;

Assunto: Ofício a indicar que a Dra. Pilar Sousa Lima Damião de Medeiros será substituída pela Sra. Dra. Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira, na Comissão de Assuntos Sociais,

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2013 – 01 – 04;

Assunto: Ofício a comunicar que por se encontrar na situação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA, vem por este meio solicitar a suspensão do seu mandato de deputada, conforme Despacho n.º 1769/2012, de 29 de novembro, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Autor: A Deputada do PS, Pilar Sousa Lima Damião de Medeiros

Data de Entrada: 2012 – 11 – 30;

Assunto: Ofício na sequência da comunicação da suspensão de mandato da Deputada Pilar Sousa Lima Damião de Medeiros, por motivo de incompatibilidade prevista no artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA, e a informar que, nos termos do art.º 33.º do EPARAA e do n.º 1 do art.º 9.º do Estatuto dos Deputados, essa vaga será preenchida pela candidata Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira, com efeitos a 1 de Dezembro de 2012.

Mais informa que Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira não tem os poderes verificados

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2012 – 11 – 30;

Assunto: Parecer da Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Referente ao ano económico de 2011

Autor: Tribunal de Contas

Data de entrada: 2012 – 12 – 06;

Assunto: Parecer da Conta da Região Autónoma dos Açores Referente ao ano económico de 2011

Autor: O Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de entrada: 2012 – 12 – 07;

Assunto: Reflexão sobre a "Revisão da Lei de Bases do Ambiente

Autor: Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável - CNADS

Data de entrada: 2012 – 12 – 21;

Assunto: Ofício a solicitar a prestação de depoimento, do Sr. Deputado Regional Miguel António Moniz da Costa, no âmbito de um processo litigioso entre a Euroscut Açores – Sociedade Concessionária da SCUT dos Açores, S.A. e a RAA

Autor: José Robim de Andrade, Advogado

Data de entrada: 2012 – 12 – 26;

Assunto: Ofício a enviar o seu protesto pelo encerramento da Estação Rádio Naval da Horta

Autor: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, João Fernando Castro

Data de entrada: 2013 – 01 – 02.

14 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 01 – 14;

Assunto: [Apreciação da Petição n.º 8/2012 – Para que a assinatura dos contratos relacionados com a exploração e prospeção dos fundos marinhos do mar dos Açores só possa ser concretizada após um amplo e participado debate público](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2012 – 12 – 10;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei n.º 543/2012 – Autoriza o Governo a proceder à revisão do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, que regula o exercício da atividades de segurança privada](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2012 – 12 – 10;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 117/XII/2.^a – Estabelece o regime do exercício da atividades de segurança privada - n.º 8/X](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2012 – 12 – 03;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Lizuarte Manuel Machado](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2012 – 12 – 18;

Assunto: [Pedido de autorização para o exercício de funções apresentado pelo deputado Francisco Silva](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2012 – 12 – 18;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Nuno Alberto Lopes Melo Alves](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2012 – 12 – 18;

Assunto: [Pedido de autorização para o exercício de funções apresentado pelo deputado Paulo A. V. Borges](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2012 – 12 – 18;

Assunto: [Aprova a orgânica da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos \(PL 113/2012\)](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2012 – 12 – 18;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei nº 597/2012 – “Estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo”](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 01 – 02;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 1/2012 – Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2011](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 01 – 14;

Assunto: Proposta de Resolução nº 3/2012 – Conta da Região Autónoma dos Açores do referente ao ano de 2011

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 01 – 14;

(O documento supracitado aguarda a elaboração do parecer da Comissão Permanente de Economia, ao qual virá anexo.)

Assunto: [Relatório e parecer sobre a Verificação de Impedimentos e Incompatibilidades da Deputada Arlinda Maria Focha Nunes](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 01 – 14;

Assunto: [Sobre a Verificação de Impedimentos e Incompatibilidades do Deputado Luís Carlos Martins Maciel](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 01 – 14;

Assunto: [Sobre a Verificação de Impedimentos e Incompatibilidades do Deputado Manuel Alberto da Silva Pereira](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 01 – 14;

Assunto: [Petição nº 20/2012 – “Salvem o Pocinho no Lugar do Monte freguesia da Candelária”](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 01 – 14;

Assunto: [Verificação do mandato da Deputada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 01 – 14;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013 – 01 – 14;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 106/XII/2 – “Autoriza o Governo a aprovar os princípios e regras gerais aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas e a complementar o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais”. – n.º 1/X](#)

Autor: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012 – 11 – 29;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 114 – “Aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário” – n.º 4/X](#)

Autor: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012 – 12 – 27;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 318/XII – “Altera o regime de renda apoiada para uma maior justiça social \(primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio\)” – n.º 5/X](#)

Autor: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012 – 12 – 27;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 319/XII – “Suspensão da aplicação do regime da renda apoiada \(Decreto-Lei n.º 166/93 de 7 de maio\)” – n.º 6/X](#)

Autor: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012 – 12 – 27;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 322/XII/2ª, que revoga o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica aprovado pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.](#)

Autor: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013 – 01 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/X - “Cria um apoio extraordinário para os funcionários da Administração Regional que foram abrangidos pela suspensão de subsídios prevista no artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012” \(PCP\).”](#)

Autor: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013 – 01 – 15;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 01 – 14;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 313/XII/2 – “Revoga a Lei dos Compromissos e dos Programas em Atraso”.- n.º 2/X](#)

Autor: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2012 – 11 – 29;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “estabelece o regime dos juros aplicável no reembolso de verbas no âmbito de apoios concedidos pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., à agricultura, ao desenvolvimento rural, às pescas e aos setores conexos – MAMAOT – \(Reg. DL 548/2012\).” – \(n.º 3/X\)](#)

Autor: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2012 – 12 – 05;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que "Estabelece as regras e os procedimentos a adotar pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., no processo de delegação de tarefas e competências necessárias à execução da função de pagamento das ajudas e dos apoios financeiros, designadamente no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia, e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - MAMAOT - \(Reg. DL 560/2012\)" – nº 4/X](#)

Autor: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2012 – 12 – 10;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 119/XII – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 103/97, de 13 de setembro, que estabelece o regime fiscal específico das sociedades desportivas” - n.º 10/XII](#)

Autor: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 01 – 07;

Assunto: [Projeto de Resolução — “Recomenda ao Governo que efetue as diligências necessárias para que a EDA, SA institua uma redução tarifária, especial e transitória, no valor de 10% sobre o valor a faturar a cada cliente de eletricidade”](#)

Autor: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 01 – 07;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 2/2012 — “Rejeita o Memorando de Entendimento assinado entre o Governo Regional e o Governo da República”](#)

Autor: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 01 – 08;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2012 — “Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores \(SDEA, E.P.E\)”](#)

Autor: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 01 – 10.

15 – Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.ºs 3, 4, 5 e 6, bem como as Separatas n.ºs 1 e 2/X.

A redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado